

Manaus, Santarém, Rio Branco, Altamira,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 2.500,00

cadernos do

terceiro mundo

Cr\$ 1.800,00 - Ano VII - Nº 67

EXCLUSIVO
PANAMA: Fala
o Presidente Barletta

DROGAS



Um dos mais graves
desafios do nosso tempo

Angola,
terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

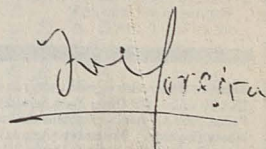
Aos leitores

O preço da revista

Manter, no seu nível técnico atual e com independência, uma publicação como *cadernos* é uma tarefa difícil e complexa. No nosso caso se acrescenta um dado importante: é que, além de sobreviver no meio da crise, estamos crescendo. Pareceria contraditório ter dificuldades crescendo. Mas, lamentavelmente, é assim mesmo. O preço do papel, que apesar de fabricado no país, sobe com a cotação do dólar, e outros aumentos que incidem sobre o custo da produção gráfica levam a esse paradoxo: quanto mais se vende mais se perde. A solução estaria na publicidade, mas esta é peça de um mecanismo que exclui, por princípio, publicações independentes como a nossa. É verdade que temos melhorado nesse campo, mas de forma insuficiente para compensar os déficits operacionais. Moral da história: só os nossos leitores poderão assegurar a sobrevivência da revista. Até agora, estamos mantendo preços abaixo das outras revistas que são publicadas no país. Mas devemos, a

contragosto, modificar esse critério, equiparando progressivamente os preços de venda avulsa e assinaturas. Através de manifestações cotidianas de leitores e amigos, de uma correspondência de apoio que não cessa de crescer, podemos avaliar o prestígio de *cadernos* junto aos leitores e a preocupação com o futuro da revista. Por isso mesmo, sabemos que podemos contar com a sua compreensão e o esforço em favor da continuidade e permanente aperfeiçoamento dos *cadernos do terceiro mundo*, como um instrumento necessário na luta pela informação independente e não alinhada.

Rio, junho de 1984



Neiva Moreira

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavía
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett +

Revista Mensal nº 67
Junho - 1984
Preço de Capa: Cr\$ 1.800,00
Nºs atrasados: ao preço do
último exemplar

• *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Administração
Marinete Silva

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samaral (editor de arte)
Sônia Freitas/Miguel Efe

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Eunice H. Senna
Jessie Jane V. de Souza

Composição
Ronaldo Fonseca

**Depto. de Circulação,
Assinaturas e Promoção**
Henrique Menezes
Inácio dos Santos
Macário Costa

Representantes
Clóvis Senz (Brasília)
Paulo Camarbrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033
Josemar Pinheiro Silva
Rua Tamandaré, 1 - Sala 1
65000 - São Luís (Maranhão)
Horacio Verbitsky
Lavalde 1282 - 19 piso
oficinas 12 y 14
Tel.: 358194
Buenos Aires, Argentina
Fernando Reyes Matta
Casilla 16637 - Correo 9
Providencia - Santiago, Chile
Rafael Roncagliolo
Apartado 270031, Lima 27 - Peru

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4326

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.300.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irãque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Itália), Dialogo Nord/Sud (Itália), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Capa: Mariano

**ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Editor
Artur Baptista

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Alice Nicolau
Guimar Belo Marques

Documentação e Arquivo
Cristina Assis

tricontinental editora Ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200

Representantes
Angola
Luís Henriques, CP 3593 - Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito
Rua do Kongwa, 153 - Maputo

• *Edições em espanhol*
**MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE**

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
Calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - Telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

**BOLÍVIA - CHILE - COLOMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA**

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 - Peru - Telefone: 724-712

• *Edições em inglês*
**ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. **COLOMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Seminario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - News World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 14th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portuaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GR. BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29 Ilington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edición-Difusión de Libro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Bookhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Usca, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vendedores de Periódicos, Humboldt No. 47, México 1, D. F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** IMELSA, Managua, Nicarágua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Parameña, S. A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Djornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUECIA:** Wennergren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S. A. Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro.

*LEITOR: Você é indispensável
na divulgação de nossa revista. Mostre CADERNOS
aos amigos e participe desta promoção.*

ARRANJE 3 ASSINANTES E GANHE UM BRINDE

*Escolha entre: ● uma assinatura grátis para você ou de presente a um
amigo(a), ou ○ 3 (três) livros da "Estante do Terceiro Mundo" constante
desta edição*

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Agência Central) no valor correspondente a 3 assinaturas. Não deixe de escolher o seu brinde no cupom próprio.

CUPOM DO BRINDE

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 17.300,00). Remeto cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou vale postal no valor acima. 67

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 17.300,00). Remeto cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou vale postal no valor acima. 67

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 17.300,00). Remeto cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou vale postal no valor acima. 67

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

Por conseguir mais três assinaturas de cadernos, pelas quais remeto Cr\$ 51.900,00 em cheque nominal ou vale postal à Editora Terceiro Mundo Ltda., tenho direito a receber: () Uma assinatura anual de cadernos ou () três livros da Estante do Terceiro Mundo: códigos (), () e (). 67

Nome: Idade:
Profissão: Bairro:
Endereço: Cidade:
CEP: Estado: Cidade:

estante do terceiro mundo

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 67, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

● Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

● Comprador: não-assinante
 já assinante
 assinante novo:
 estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data:/...../.....

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 25% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito a desconto especial de assinante (até 25%) desta seção.

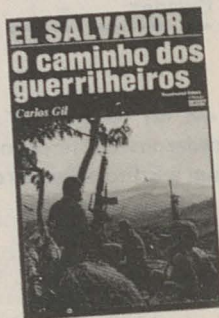


SOBRE A UNIDADE DO PENSAMENTO DE AMÍLCAR CABRAL

de Sergio Ribeiro

O autor, conhecedor das realidades de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, analisa um dos aspectos fundamentais do pensamento do grande teórico africano que não se limitava à defesa da unidade das duas ex-colônias portuguesas da África Ocidental, mas abrangia uma perspectiva continental. Prefácio de Vasco Cabral. 2ª edição. Produzido por cadernos do terceiro mundo, Lisboa, 1984. 56 pág.

E-37 Cr\$ 2.500,00



EL SALVADOR, O CAMINHO DOS GUERRILHEIROS

de Carlos Gil

Uma longa reportagem escrita e fotográfica nas montanhas do "pulgarcito de América" com os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí. O livro contém os principais documentos da revolução e uma cronologia da luta do povo salvadorenho. Prefácio de José Cardoso Pires. Editado por cadernos do terceiro mundo, Lisboa, 1983. 170 pág.

E-38 Cr\$ 4.500,00



SAÚDE E REVOLUÇÃO: CUBA

Antologia de autores cubanos

Chega ao público brasileiro não "mais um livro sobre Cuba" e sim um documento importantíssimo. A experiência cubana na erradicação de doenças infecto-contagiosas; a reorganização do atendimento médico em zonas rurais e urbanas com o apoio da população; o sucesso alcançado pelos programas de saúde, apesar da grande emigração de mão-de-obra qualificada após a Revolução, são alguns dos aspectos discutidos neste livro. Editora Achiamé, Rio.

344 pág.
E-39 Cr\$ 7.500,00



6 Cartas

9 Panorama Tricontinental

18 Editorial: As Olimpíadas e a guerra fria

23 Matéria de capa – Drogas: um dos maiores desafios de nosso tempo, Beatriz Bissio

24 Um poder transnacional

46 Drogas naturais e sintéticas

50 OMS: “O cigarro e o álcool também são drogas”

52 Dr. Gabriel Nahas: “É possível erradicar a droga”

América Latina

54 Panamá: Os planos do novo presidente, *Paulo Cannabrava Filho*

59 Equador: Erros da esquerda levam a direita ao poder, *Maluza Stein*

63 Chile: “Ainda é possível uma saída pacífica”

África

68 Moçambique: A batalha contra a seca, *Etevaldo Hipólito*

71 Um hospital coberto de palha

73 Os estragos do Demoina

75 Inhambane, 10 mortes por dia

79 Organizar para sobreviver

81 Zimbábue: O próximo alvo do “apartheid”, *Carlos Castilho*

Ásia

87 Sri Lanka: Um futuro incerto para a minoria tamil, *Ravindran Casinader*

Esportes

89 A política nas Olimpíadas, *Rodolfo de Bonis*

Cultura

92 Notas

Comunicação

93 Notas

95 Livros do 3º Mundo

96 Humor: Mariano



Traficantes de cocaína



Nicolás Ardito Barletta



A seca em Moçambique

Clube de Amigos

1) O leitor Sérgio Jank nos pede para divulgar que "um grupo de acadêmicos universitários, tentando constituir um comitê de apoio à Nicarágua e El Salvador, deseja receber sugestões, informações e qualquer material referente a estes países". O endereço para correspondência é: "Centro de Estudos - C. P. 365 - Santa Rosa - CEP: 98.900 - RS - Brasil".

2) Já o nosso leitor Sérgio Hobi nos escreve para informar que está promovendo um "concurso nacional de cartões postais". Os cartões "serão escolhidos baseados nos critérios de melhor conservação, paisagem e acabamento. Para os três primeiros prêmios serão dados materiais esportivos, revistas, guias turísticos, selos nacionais e internacionais". Para maiores informações, escrevam diretamente para o Sérgio Hobi: Rua Mario Beni, 148/ap. 01 - Itanhaém - SP - CEP.: 11.740 - Brasil.

"cadernos" nas Filipinas

Alguns dias atrás, caiu nas minhas mãos um exemplar da sua revista (*Third World*, nº 4, fev./mar. 1980), e foi muito reconfortante encontrar nele artigos bem escritos e com posições independentes. Foi igualmente uma satisfação saber que essa revista é feita por um grupo de jornalistas profissionais, progressistas e militantes, dedicados à luta pelo desenvolvimento do Terceiro Mundo por caminhos que não aqueles impostos pelos exploradores, os países imperialistas.

Eu pertenço a uma organização — o Centro de Estudos Nacionalistas — dedicada à luta pela liberdade e a democracia no nosso país. Essa organização congrega basicamente estudantes da Universidade de Filipinas, e trabalha principalmente através dos programas educacionais — concebidos e administrados pelos estudantes — que incluem seminários sobre as Filipinas, sobre a realidade do Terceiro Mundo, a realização de exposições e mantém uma biblioteca. Mas também estendemos o nosso trabalho a colegas de outras universidades e do país em geral. Como podem observar, temos muito que fazer para neutralizar e contrabalançar os efeitos de um sistema educacional neocolonial muito bem estruturado, como é o nosso aqui, nas Filipinas.

6 - terceiro mundo

Considero que a revista que vocês estão publicando poderia nos ajudar muito em nosso trabalho educativo. Ampliaria o nosso horizonte e simultaneamente seria uma boa fonte de informações e análises, especialmente para aqueles estudantes que frequentam a nossa biblioteca.

(...) Os nossos desejos de maior força para essa equipe de jornalistas terceiro-mundistas. Juntos, os países do Terceiro Mundo poderiam superar o sistema de exploração que nos tem imposto o nosso comum e decadente inimigo, representado pelo sistema capitalista. Rico Fos, Center for Nationalist Studies, Responsável pelo setor educacional, Vinzon's Hall Rooftop, University of the Philippines, Diliman, Quezon City.

Falência do ensino universitário

(...) Sou membro do Diretório Acadêmico Clóvis Bevilacqua, da Faculdade de Direito de Campo Grande. Estou escrevendo para os cadernos para externar minha preocupação diante de um fato que só pude testemunhar a partir da data que adentrei a faculdade. Ou seja, as péssimas condições de ensino, o currículo mal estruturado dos cursos, que não vai de encontro às necessidades do homem moderno, além da inexistência de atividade cultural, com isso proporcionando uma falta de identidade cultural do universitário brasileiro. Enfim, uma alienação total. (...) Somente como exemplo, poderia citar o fato de que estando num estado nitidamente agropecuário, são de péssima qualidade as aulas ministradas sobre direito agrário! Agamenon R. do Prado — Campo Grande — MS — Brasil.

Diretas-já: direito do povo

(...) O momento histórico por que passa o Brasil é particularmente grave — a crise econômica vem colocando a imensa maioria da população nos limites da sobrevivência. (...) Andando pelas ruas, sente-se no olhar de cada brasileiro o sofrimento e a revolta, a ansia de mudança, que levou milhões a saírem às ruas unindo-se num só brado: *Diretas-já!* (...) Não o fizemos simplesmente porque queremos eleger o próximo presidente, mas porque acima de tudo queremos reconquistar o nosso direito de decidirmos sobre os destinos da nossa pátria. (...) O Colégio Eleitoral foi morto na Candelária e enterrado na Praça da Sé. (...) E foi contra esse sentimento legítimo e patriótico de mudança,

que exige o rompimento da submissão ao imperialismo, que uma relativa maioria apátrida e vendida de parlamentares do PDS votou contra, impedindo a aprovação da emenda Dante de Oliveira. (...) Mas a Nação não está derrotada. O movimento popular deu um salto de qualidade; nunca a consciência antiimperialista esteve tão presente no povo. (...) É uma aventura muito perigosa tentar frear um povo quando este se põe em marcha pela sua liberdade.

P. S.: Aproveito para agradecer as inúmeras cartas que tenho recebido de Angola e dizer que respondi a todas. Luiz Claudio Duarte (ex-diretor do patrimônio da UNE, em 82/83) — Campos — RJ — Brasil.

Angola: em busca da paz

(...) Depois dos quase nove anos de independência deste país, a República Popular de Angola, devo dizer que para além de problemas econômicos duros de resolver, questões sobretudo de guerra, que é imposta pela República da África do Sul e seus lacaios — a Unita —, é bem visível a boa vontade do Partido em construir o socialismo e resolver os problemas desse povo, que durante 500 anos conheceu o colonialismo, a opressão e a miséria, cujos efeitos ainda são vívidos, e urge muitos sacrifícios para superar e fazer dessa pátria de Agostinho Neto, uma pátria de homens livres onde seja possível viver em paz. (...) Ser livre implica libertar-se e libertar os outros de todos os domínios de dependência, de exploração e repressão injusta. Em suma, ser livre é revolucionar a Humanidade e criar a Paz, a Justiça e pôr fim a todas as guerras. (...) Ajudar a África a libertar-se totalmente da guerra, do obscurantismo, do analfabetismo e da situação de subdesenvolvimento em que está mergulhada, é obra de todos os homens que combatem por um mundo melhor, pela Paz e pelo Bem-Estar de toda a Humanidade (...) Horácio M. Torrado — Bentiaba — província do Namibe — República Popular de Angola.

Analisar a esquerda brasileira

Quero parabenizar a equipe de cadernos pelo excelente trabalho em prol dos países do Terceiro Mundo (...) e propor que se fizesse uma matéria sobre a esquerda brasileira, sobre o PCB e o PC do B, as tendências desses partidos e as perspectivas do socialismo no Brasil. Rosângela de Freitas — Brodosqui — SP — Brasil.

"Jango": um filme esclarecedor

Fui assistir o filme de Silvio Tendler sobre o presidente João Goulart. Eu sei que a educação (ou a falta de) que a gente recebe faz parte de uma grande jogada para manter as pessoas vivendo num mundo imaginário, distante da realidade. O fato é que a idéia que eu fazia de Jango era bem diferente, não vivi aquela época (tenho 25 anos) e pouco sabia a respeito desse homem de jeito simples que foi parar no meio do furacão da política brasileira. (...) É curioso o fato dos inimigos de Jango nunca o terem acusado de um escândalo, um roubo, uma atitude imoral, coisa tão comum hoje em dia. Nunca tiveram a ousadia de apontar um defeito sequer dele, apesar de o terem derrubado e assumido o poder absoluto e totalitário. É difícil negar o sentimento positivo que Jango transmitia. O filme mostra uma pessoa simpática, em contraste com seus algozes, todos pessoas que espelhavam no rosto as suas intenções, caras mal-humoradas e extrema-

mente antipáticas. Se fizerem no futuro um documentário semelhante pós-Jango, vai sair um arrepiante filme de terror com múmias tão mal encaradas que fariam o faraó Ramsés se revirar na sua tumba. **Rudyard C. Leão** — Tatuapé — São Paulo — SP — Brasil.

Ainda a paranóia nuclear

Como cidadão de um país amante da paz, lutador pela harmonia universal e como estudante de pedagogia que sou e, claro, querendo posteriormente transmitir os meus conhecimentos aos meus semelhantes, vejo o meu futuro e o de todos "minado" pela paranóia nuclear — assunto oportuno e pertinente — agradecendo-vos, por isso. Peço-vos que não vos furtéis a esforços, publicando, de quando em vez, assuntos análogos, incitando o Terceiro Mundo à luta contra a corrida armamentista. **Ventura de Azevedo** — Luanda — Angola.

Argentina: parabéns pelo nº 62

Escrevo-lhes para parabenizá-los pela interessante revista que vocês publicam. Sou um rapaz argentino que sabe português, e quando estive no último verão no sul do Brasil comprei o nº 62. Gostei muito do material de capa, sobre o meu país. **Héctor Fermín Mena** — Garín — Argentina.

Nicarágua, exemplo de união

Felicito a equipe dos cadernos pela matéria de capa sobre a Nicarágua (nº 64), que mostrou a nós um exemplo de união e solidariedade e que a luta deles através de décadas, não está sendo em vão. (...) Um país que até pouco tempo era dominado por uma minoria fisiológica, um imperialismo improdutivo, é hoje um exemplo para todos os povos que procuram sua libertação. (...) E é por isso que a cada dia os Estados Unidos apertam o cerco em torno da Nicarágua. **Helder Gomes** — Rio de Janeiro — RJ — Brasil.

Recebemos do ANC (African National Congress), esta carta, que pela sua importância publicamos como carta do mês:

Salvemos a vida de Moloise

Poeta, ator e estofador de profissão, Malisela Benjamin Moloise é um homem marcado pelo regime racista sul-africano. Neste momento, ele se encontra numa prisão de Pretória aguardando uma ordem de execução. A história da sua detenção e posterior condenação à pena máxima, é simples e ao mesmo tempo sinistra.

Por ocasião do julgamento de Thello Mogoerane, Jerry Mosoli e Marcus Motaung, a 6 de agosto de 1982, Moloise foi apresentado pelo governo como testemunha de acusação contra estes patriotas. Em consequência da sua negativa em aceitar semelhante papel, foi detido em fevereiro do ano passado no bantustão do Bophuthatswana. Uma vez entregue à polícia de Pretória, veio a ser acusado de responsável pela morte de um agente de nome Selepe.

Este agente adquiriu uma triste notoriedade como torturador. Os seus crimes foram de tal ordem, que em novembro de 1982 um comando do *Umkhonto we Sizwe*, o braço armado do ANC, recebeu ordens para executá-lo.



Um comunicado assinado por Thabo Mbeki, responsável pelo Departamento de Informação da organização nacionalista, desmentiu qualquer participação de Malisela Benjamin Moloise na operação de justiça. "É claro que, tendo falhado em dobrá-lo e transformá-lo em um traidor e ainda em capturar a unidade do *Umkhonto we Sizwe* que foi a responsável pela execução de Selepe, os torturadores do nosso povo decidi-

ram vingar-se em Moloise acusando-o desta execução" — diz o documento.

Ao jovem patriota foi negada permissão para apelo e agora somente poderá ser salvo através de uma petição de clemência presidencial. E nisto terá um grande peso a opinião pública internacional. Uma campanha neste sentido já foi lançada pelo ANC e várias organizações humanitárias que combatem o sistema do *apartheid*. Por sua vez, o Conselho de Segurança das Nações Unidas pronunciou-se a favor da suspensão da pena.

Os leitores de cadernos do terceiro mundo que quiserem participar desta campanha humanitária devem dirigir telegramas, telex ou cartas para os seguintes endereços:

Mr. Marais Viljoen, Presidentia, Bryntirion, Pretoria e Mr. Piether W. Botha, Parliament Building, Cape Town.

Mensagens no mesmo sentido deverão ser também enviadas a diferentes governos, organismos internacionais e instituições que zelam pelos direitos humanos. O African National Congress (ANC) solicita que cópias destes textos sejam dirigidas à sua representação na Zâmbia: "The Secretary-General of the African National Congress, P. O. Box 31791, Lusaka, Zambia".

Desmascarar o capitalismo

Sou leitor há quase três anos de *cadernos*, (...) que vem me proporcionando condições para um profundo processo de autocrítica. (...) Engajado como me sinto no ideal de minha própria libertação e de todos aqueles que são marginalizados e espoliados (...), é claro para mim que a ordem e a moral estabelecidas pelo sistema capitalista só servem para evitar o aparcimento dos verdadeiros conflitos entre as classes sociais, que são a origem dos fenômenos históricos importantes. (...) O capitalismo procura negar as relações que existem entre os diversos setores de uma sociedade, entre os diversos países, justificando assim a exploração realizada pelo imperialismo sobre os povos subdesenvolvidos e as minorias raciais. A qualquer povo revoltado contra sua exploração, é sempre demonstrado que a posse das riquezas humanas por uma minoria é "justa" e "natural" e que, portanto, não se deve alterar. Para isso existem as "leis", defendendo esta "justa" distribuição (ou melhor, "concentração") da riqueza (...). **Jorge N. Carvalho de Amorim** — São João do Piauí — PI — Brasil.

Seca: uma questão política

Li nos *cadernos* nº 62 a sugestão de Ana R. Dantas para uma reportagem sobre a seca do nordeste brasileiro. Considero este um tema importantíssimo. (...) A seca está se tornando um problema social e político cada vez mais grave, e se uma atitude não for tomada logo, o sofrimento de nossos irmãos nordestinos vai aumentar muito ainda. Gostaria também de ver, numa das próximas edições, uma reportagem sobre a emenda Dante — os comícios, a luta, o amarelo... e a decepção do dia 26. As eleições diretas seriam o primeiro passo (grande), na direção certa... **Erickson Artmann** — Ponta Grossa — PR — Brasil.

Matéria sobre Cuba, hoje

Parabéns pelo excelente trabalho cientificizador e acima de tudo descomprometido da equipe de *cadernos*. (...) Como sugestão, penso que seria muito interessante uma matéria sobre Cuba, hoje. **Miriam B. Ravier** — Campina Grande — PB — Brasil.

Recentemente, *cadernos* publicou matérias sobre Cuba. No nº 63, você encontra uma entrevista exclusiva de **Pablo Milanés**, no nº 65, uma análise das conturbadas relações EUA-Cuba e no nº 66, uma entrevista com o eco-

nomista brasileiro **Cristovam Buarque** sobre as impressões que ele colheu do processo cubano, país onde esteve a serviço recentemente.

Poesia comprometida

Na condição de leitor assíduo e grande admirador dos *cadernos*, (...) gostaria de solicitar aos editores da revista que proporcionassem a nós, leitores ou assinantes, um espaço específico à publicação de poesias comprometidas com as aspirações do proletariado do mundo todo. **Agnaldo Lima** — Salvador — BA — Brasil.

O problema de publicar as poesias enviadas pelos leitores é fundamentalmente de espaço, Agnaldo. Por enquanto, raramente isto foi possível, mas nos comprometemos a estudar o assunto.

Até quando?

(...) As ditaduras impostas pelos diferentes sistemas políticos do Terceiro Mundo poderão ir a pique se houver uma união maciça de todos que nele habitam, uma vez que os abusos arbitrados contra os direitos humanos já foram longe demais, atra-

vés da tortura, da fome e do total estado de pobreza absoluta. (...) No Brasil, temos um Parlamento composto de boêmios e até "cartolas", que nada entendem de política. Temos também CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito), que simulam investigar irregularidades cometidas, mas os verdadeiros culpados, infelizmente, nunca vão ao banco dos réus. Temos o serviço de investigação nacional, que se ocupa apenas de fichar os que tentam mudar a situação do país. E, enquanto isso, os escândalos se sucedem. Até quando? **Francisco A. Otaviano**, Brasília, DF, Brasil.

Especial Angola

(...) Queria agradecer o vosso magnífico trabalho da edição especial de janeiro de 84 sobre "Angola — Vinte anos de guerra, oito anos de independência — Angola agredida". Foi um trabalho no qual vocês puseram a olho nu o quanto vive este nosso glorioso povo. Pela publicação de tal edição vão os meus agradecimentos e felicitações. **Tony Santos**, Lubango-Huila, República Popular de Angola.

Intercâmbio

Maria de Lourdes Alencar
R. João Pinto, 126 — Uiraúra — PB
CEP: 58.915 — Brasil

Rudyard Canesin Leão
Rua Henrique Sertório, 428
Tatuapé — São Paulo — SP
CEP: 03.066 — Brasil

Carlos Manoel C. Lima
Av. Roberto Silveira, 166/ap. 201
Niterói — RJ — CEP: 24.230 — Brasil

Luziânia Rodrigues Serafim
Av. César Leitão, nº 8 — Bairro Jardim Oásis — Cajazeiras — PB
CEP: 58.900 — Brasil

Héctor Fermín Mena
Calle 2 de Abril, nº 636 — C. P. 1619
Garín — Argentina

Cleber Eustáquio Corrêa
Rua Contenda, 295 — Valqueire
Rio de Janeiro — RJ — CEP: 21.330
Brasil

Sueli Gutierrez Angles
Rua Constantino Moura Batista, 380
B. Mauá — São Caetano do Sul — SP
CEP: 09.500 — Brasil

Felicia José António
Posta Restante dos C. T. T. da Precol
Luanda — República Popular de Angola

Avelino da Costa Lobo
C. P. 18.452 — Luanda — República Popular de Angola

Rosani Zamberlan
Rua Pedregulho, 520 — Maurício
Cardoso — Horozontina — RS
CEP: 98.920 — Brasil

Roberto de Oliveira Silva
Rua Alfeu Luis Gasparini, 161
São Paulo — SP — CEP: 02.281
Brasil

Moisés Francisco João
Caixa Postal 246 — Luanda — Viana
Angola

Antônio Manico (Tonico)
Caixa Postal 1671 — Benguela
Angola

Armando Castigo João Amós Tunzine
Caixa Postal 2785 — Maputo
Moçambique

Antônio Domingos Francisco
Bº K. K. — Caixa Postal 16695
Luanda — Angola

Namíbia: a Swapo ganha força

□ Apesar do fracasso das negociações em Lusaka, no começo de maio, a frente de libertação nacional da Namíbia, a Swapo saiu fortalecida da reunião e não existem mais dúvidas de que o movimento terá uma posição hegemônica no futuro governo independente desta ex-colônia alemã, controlada pela África do Sul desde o final

máximo da Swapo, chefiava uma delegação de quase 60 pessoas entre as quais, além da direção do movimento reconhecido pela ONU como o único representante do povo namíbio, estavam também delegados do grupo étnico *damara* (o terceiro maior da Namíbia), membros de partidos como a Swanu e representantes da comunida-



Paulo Baptista

Sam Nujoma chefiou a delegação da Swapo

da 1ª guerra mundial.

A Swapo foi a Lusaka preparada para negociar um cessar-fogo na guerra de 18 anos contra a ocupação sul-africana, como passo prévio para a independência da Namíbia, segundo a Resolução 435 das Nações Unidas. Já os sul-africanos, liderados pelo administrador da Namíbia, Willie van Niekerk, procuraram transformar a reunião numa discussão entre grupos políticos internos, e não entre a Swapo e a potência colonial.

Sam Nujoma, o dirigente

de branca do território como Hans Rohr, do movimento Cristãos Democratas da Namíbia (NCD). A composição da delegação da Swapo eliminou de saída as alegações sul-africanas de que Sam Nujoma representava apenas o grupo étnico dos *ovambo* (o maior da Namíbia) e que portanto um acordo sobre o futuro da região, deveria incluir outros setores sociais.

Os sul-africanos mandaram para a capital da Zâmbia uma delegação formada por membros da Conferência Multiparti-

dária (MPC) um organismo criado por inspiração de Pretória na tentativa de servir como a contrapartida interna da Swapo. A MPC originalmente tinha 11 membros, mas acabou perdendo o pouco de representatividade que tinha quando às vésperas da reunião de Lusaka o Conselho Damara e o secretário geral da Swanu abandonaram o organismo para integrar a delegação da Swapo. As defecções sofridas pela MPC abalaram de tal forma o seu papel político que Sam Nujoma acabou concordando em discutir com os membros do resto do grupo mandado por Pretória, com a condição de que eles formalmente se apresentassem como delegados sul-africanos. Até aquela data a Swapo nunca aceitara sentar-se a uma mesa de negociações com membros dos chamados partidos internos da Namíbia.

Inferiorizados e desmoralizados os delegados da MPC acabaram recorrendo à tese da vinculação da retirada das tropas cubanas em Angola à independência da Namíbia, como uma forma óbvia de tentar levar a conferência de Lusaka ao fracasso. A Swapo e a maioria absoluta dos países africanos rejeitam esta vinculação, sugerida há mais de um ano pelos Estados Unidos e conhecida nos meios diplomáticos como *linkage*. As manobras obstructionistas da MPC isolaram ainda mais o governo de Pretória já que até mesmo os membros da comunidade branca da Namíbia, especialmente os 25 mil alemães que ainda moram lá, começaram a se aproximar do movimento liderado por Sam Nujoma.

O fortalecimento da Swapo levou o governo de P. W. Botha a mudar de posição, admitindo agora que aceitará a participação do partido de Nujoma no governo independente da Namíbia desde que em uma frente com outros partidos. É uma mudança importante porque Pretória nunca antes admitiu a participação da Swapo num governo autônomo na ex-colônia alemã. Depois de Lusaka, Pretória passou também a colocar num segundo plano a questão do *linkage*, reconhecendo que a exigência norte-americana é impraticável nas atuais circunstâncias.

O que os sul-africanos procuram agora em negociações informais é "livrar a cara" através da tentativa de arranjar uma fórmula que não seja a da 435 da ONU, que limita em sete meses o prazo entre a convocação de eleições gerais e universais, e a concessão da autonomia plena. A África do Sul acha que a rejeição do plano das Nações Unidas é uma questão de honra, tentando evitar uma derrota diplomática total do governo de P. W. Botha.

Ao iniciar uma viagem por sete países europeus no final de maio, P. W. Botha procurará entre outras coisas que os governos da Inglaterra, Portugal, Alemanha Federal, Itália, França, Suíça e Bélgica abandonem a posição em favor de uma solução para o caso da Namíbia, baseada na Resolução 435. Por seu lado, a Swapo está jogando habilmente com o fator tempo. A MPC deve se desgastar cada vez mais na medida em que os seus membros verificarem que estão do lado perdedor. De uma coisa no entanto Sam Nujoma já anunciou que não abrirá mão: eleições livres e diretas, e um prazo para a independência completa. A Swapo também não aceitará o *linkage*. (Carlos Castilho)

10 - terceiro mundo

Mozambique: Itália constrói rede de telecomunicações

Italcom, uma empresa italiana ligada ao grupo Iri-Stet, que reúne ainda as firmas GTE e Telettra, criará uma nova rede de telecomunicações em Moçambique. A nova rede, que custará 50 milhões de dólares, cobrirá uma área desse país africano equivalente a todo o território italiano.

É a primeira vez que uma empresa italiana estabelece no exterior uma estrutura de telecomunicações de tão alta responsabilidade, que será dotada das tecnologias mais avançadas, especialmente o sistema Protel, baseado nas centrais numéricas UT 10/3 da Italtel e GTD-5C da GTE. A Italcom proporcionará centrais telefônicas para 40 mil linhas, sistemas de transmissões, redes urbanas e sistemas para fornecimento de energia.

Guiné-Bissau: nova constituição sem o primeiro-ministro

Em sua primeira sessão após seu estabelecimento em 30 de abril, a Assembléia Popular de Guiné-Bissau aprovou dia 17 de maio passado a nova Constituição do país, caracterizada pela extinção do cargo de primeiro-ministro.

A Assembléia, com 150 integrantes, substituiu o Conselho Revolucionário que governou a Guiné-Bissau desde o golpe de 14 de novembro passado, que destituiu o então presidente Luís Cabral. O Congresso deverá aprovar a criação de um novo Conselho de Estado, cujo presidente será o chefe de estado.

A aprovação da constituição foi marcada por outras mudan-

ças políticas. No início de maio, o comitê central do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), único no país, expulsou de seus quadros os ministros de Recursos Naturais, Joseph Turpin, membro do comitê político do partido; de Administração Central, José Cruz Pinto, do comitê central, e da Educação, Y. M. da Silva. Os ministros eram ligados ao ex-primeiro-ministro Saúde Maria.

Foi expulso ainda do comitê central do PAIGC o diretor de aviação civil do país, Braima Câmara, e suspensa por um ano a subsecretária geral do partido, Teodora Maria Gomes, encarregada dos assuntos da mulher.

África do Sul: nova estratégia do ANC

Declarando que a "ofensiva diplomática em torno da paz do regime sul-africano não esmagará o Congresso Nacional Africano (ANC)", um alto dirigente do movimento anunciou na Zâmbia novas ações militares na África do Sul.

"A África do Sul está tentando separar o ANC do povo. Mas o ANC tem fortes raízes, pois existe desde antes que se concretizasse a independência da região. Pretória sustenta que o problema é gerado do exterior, mas nós conseguimos treinar gente dentro da África do Sul. Não são os pequenos números de militantes fora do país que estão carregando o peso da luta sobre os seus ombros. É a massa do povo. Como sempre, temos que contar com nossas próprias forças e nosso poderio dentro da África do Sul", concluiu.

O massacre de El Chupadero

□ Eram uns 200 homens com o uniforme do Exército da Guatemala. Na segunda-feira, 30 de abril, eles invadiram o acampamento de El Chupadero, a três quilômetros da fronteira sul do México, no município de Trinitaria, estado de Chiapas, e mataram 6 refugiados guatemaltecos, entre eles uma mulher grávida e o menino Jesus Miguel Pascual, de 11 anos. O sacrifício mais cruel foi o de Jesus: seus assassinos o torturaram, castraram e lhe deram um tiro de misericórdia na cabeça.

As violências contra o menino foram comprovadas por autoridades mexicanas e representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur). Depoimentos de refugiados e investigações da polícia apontaram os *kaibiles* (soldados de tropas antiguerrilha do Exército da Guatemala) como responsáveis pelo massacre.

O caso teve ampla repercussão. Em discursos no Congresso e declarações a jornais, parlamentares e representantes da igreja católica assinalaram não ser a primeira vez que militares da Guatemala invadem campos de refugiados no México à procura de guerrilheiros guatemaltecos. Porta-vozes de partidos de direita, como o Partido Acción Nacional (PAN), e de esquerda, como o Popular Socialista (PPS), condenaram o crime e exigiram, diferenciando-se apenas no tom menos ou mais enérgico das declarações, uma resposta firme do governo do presidente Miguel de la Madrid, que fez um protesto diplomático junto ao regime do general Oscar Mejía Víctores.

No dia 3 de maio, o embaixador da Guatemala no México, Julio Cesar Méndez Monte-

negro, reiterou a nota do comando das forças armadas de seu país sobre o episódio e negou que o ataque tivesse sido feito por militares. "Foram guerrilheiros vestidos com o uniforme do exército para provocar um conflito entre os dois países", afirmou o embaixador, que foi presidente da Guatemala entre 1966 e 70, a cujo governo se atribui a morte de 30 mil civis.

Treze dias depois, o governo mexicano, em novo protesto, contestou a resposta do regime da Guatemala. "As investigações", informou o comunicador oficial mexicano, "confirmaram que os culpados vieram do território guatemalteco e a ele regressaram. Não há evidências de que os autores do crime sejam integrantes de grupos subversivos, como sustentou o governo da Guatemala".

Os Estados Unidos tiveram uma reação lacônica: *no comments*. Essa ausência de comentários do governo norte-americano foi considerada por analistas um sinal da tendência do

governo de Ronald Reagan de reativar a ajuda militar à Guatemala, suspensa pelo ex-presidente James Carter em 1977 devido às violações dos direitos humanos cometidas durante a gestão do general Kjell Eugenio Laugerud García. O subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Langhorne Motley, defendeu a necessidade de os Estados Unidos prestarem assistência econômica aos militares guatemaltecos, "que enfrentam uma séria ameaça insurgente".

Em meio às repercussões do massacre de El Chupadero, membros da Comissão de direitos humanos da Guatemala denunciaram na Cidade do México que foram realizadas 1.330 execuções extrajudiciais e 1.600 desaparecimentos em seu país, nos últimos meses, além de bombardeios e ataques contra a população, em especial na região sudeste. "O alarmante aumento das violações aos direitos humanos na Guatemala, por parte das forças de segurança do Estado", advertiu a nota da Comissão, "intensificará o fluxo de refugiados para os países vizinhos". Segundo autoridades mexicanas, há 92

Uno mas Uno



Acampamento de refugiados guatemaltecos no México

acampamentos com cerca de 46 mil guatemaltecos no sul do país. Só em Chupadero, havia três mil refugiados.

Após o massacre de 30 de abril, o governo mexicano iniciou a transferência dos refugiados para o estado de Campeche, no sudeste do país. As primeiras famílias seguiram de Palenque, em Chiapas, para a localidade de Pensilvânia, no município de Chamboton. O governador de Campeche, Eugenio Echeverría Castellot, disse que o local é apropriado para receber os refugiados por sua distância da fronteira, grande extensão e facilidade de acesso e de obtenção de água em poços artesanais.

O governador esclareceu que a acolhida não implicará custos para o Estado porque os gastos serão cobertos por organismos internacionais de ajuda a refugiados e há a possibilidade de empregar os guatemaltecos nas lavouras de arroz, milho e feijão, quando escassear a mão-de-obra mexicana.

A política do México para o problema dos refugiados foi elogiada pelo Comissário das Nações Unidas para Refugiados, Paul Harting, em entrevista ao jornal *El Día*. Ele agradeceu o apoio do México ao Acnur e disse que essa cooperação permitiu ao órgão "amenizar o sofrimento dos guatemaltecos nos acampamentos ao sul do país com distribuição de alimentos, remédios, cobertores e ajuda material".

Doze dias após o episódio de Chupadero, o governo mexicano concedeu asilo político a quatro homens e uma mulher da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador que tentaram assaltar na véspera uma casa comercial em San Salvador. Ao serem cercados pela polícia, fizeram 73 reféns e conseguiram a transferência para a embaixada do México. (*Octavio Tostes*)

Egito: Mubarak vence sem convencer

□ O presidente egípcio Osny Mubarak perdeu 7% dos votos nas eleições presidenciais do dia 27 de maio, mas mesmo assim manteve uma confortável maioria de 87% dos deputados no Parlamento de 448 vagas. Foi a primeira eleição presidencial realizada no Egito desde a morte de Anuar Sadat, mas apesar disto a abstenção foi alta porque de alguma forma a legislação eleitoral tornava praticamente certa a vitória do Partido Nacional Democrático (NPD), do presidente Mubarak.

A oposição conseguiu apenas 57 cadeiras no novo Parlamento, registrando um aumento de votos em comparação ao total anterior. Apenas o Partido Novo Wafd, de centro-direita, conseguiu ultrapassar o total de 8% dos votos para poder ser representado no Parlamento egípcio. Os três outros partidos oposicionistas não conseguiram este total e ficaram de fora. O Partido União Progressista, de esquerda, o Partido Socialista do Trabalho, de centro-esquerda, e o Partido Liberal, de direita, ficaram assim marginalizados da política egípcia.

A poderosa Irmandade Muçulmana, na ilegalidade, apoiou o partido Novo Wafd, enquanto os antigos nasseristas votaram pelos partidos de centro-esquerda. Os dois setores são influentes em termos políticos, mas mostraram que seu contingente eleitoral é fraco para enfrentar a máquina montada por Mubarak.

Na imprensa egípcia, a eleição do dia 27 foi anunciada como o "início da Terceira República", mas nos meios políticos do Cairo existe a convicção



Hosni Mubarak: vitória confortável

de que nada deve mudar, com exceção talvez de uma alteração superficial no ministério. O mais provável é que esta "Terceira República" signifique na verdade a personalização do poder em torno de Mubarak, da mesma forma que Anuar Sadat foi o símbolo da "Segunda República" e o coronel Gamal Abdel Nasser identificou-se com a "Primeira".

A vitória obtida pelo atual presidente também deve significar a manutenção da linha de reaproximação com os países árabes. No terreno econômico também não devem ocorrer grandes alterações na atual política de aproximação com os meios econômicos norte-americanos, já que a campanha eleitoral para a votação do dia 27 baseou-se mais em personalismos do que em propostas novas para a grave crise econômica que atinge o país.

Colômbia: trégua entre guerrilha e governo

□ A partir da zero hora do dia 28 de maio passado, 12.620 guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) cessaram por um ano toda atividade militar, em virtude de um acordo firmado a 19 de abril com a Comissão Nacional de Paz. Essa comissão é um organismo pluralista integrado por 40 membros designados pelo presidente da República e tem caráter consultivo.

A ordem aos guerrilheiros de deporem as armas foi assinada pelo Estado Maior Conjunto de 23 membros e por cada um dos comandantes das 27 frentes que integram as Farc. Por seu lado, o presidente Belisario Betancur, em sua condição de comandante supremo das forças armadas, comunicou a ordem ao exército governamental.

A trégua nas hostilidades militares por enquanto só compromete o exército com as Farc — o grupo guerrilheiro mais antigo e numeroso do país — embora possa se estender depois também ao M-19 e ao EPL. Representantes de ambos os grupos declararam recentemente que só aceitarão uma trégua quando houver plenas garantias de um diálogo nacional. "Diálogo sem trégua ou trégua sem diálogo não bastam", afirmaram, "falta participação popular no pacto de trégua militar".

Na capital do país, milhares de pessoas se reuniram na praça Bolívar para celebrar o acordo de paz: dez mil pombos foram soltos, enquanto agitavam lenços brancos, símbolo da paz, e cantavam o hino nacional. Depois de dois minutos de silêncio, os sinos das igrejas co-

meçaram a repicar e soaram as buzinas dos automóveis.

O próximo passo será a constituição da "Comissão Nacional de Verificação" (CNV) cuja tarefa será a de "vigiar e certificar o cumprimento cabal da trégua por ambas as partes". A CNV terá sede em Bogotá, mas fará sessões periódicas em alguma das oito regiões sob controle guerrilheiro. Quando, a juízo da comissão, tiverem cessado os conflitos armados, os integrantes das Farc terão um prazo de um ano para poderem se organizar política, econômica e socialmente segundo sua "livre decisão".

O governo, por sua vez, se compromete a promover a modernização das instituições políticas, fomentar um programa de reforma agrária e fortalecer as organizações comunais, de consumidores, camponeses e indígenas.

As Farc aceitaram o fim das hostilidades, apesar da vigência do estado de sítio implantado a 19 de maio pelo governo depois do assassinato do ministro da Justiça, Rodrigo Lara, por narcotraficantes.

No comunicado difundido pelas Farc após assinar a trégua, o Estado Maior Conjunto da organização exige o fim do estado de exceção e supressão das medidas repressivas impostas no último mês e que afetam tanto os grupos armados quanto os narcotraficantes.

Em resposta a essa exigência, o presidente Betancur declarou que "não só por um acordo, mas porque o governo assim o entende, o estado de sítio terminará quando reaparecerem as condições mínimas de segurança nacional".

Os árabes voltam-se para si

Na reunião anual realizada recentemente em Londres, representantes dos 174 membros da União de Bancos Árabes decidiram transferir seus grandes investimentos no Ocidente para os países árabes com vistas a alcançar a auto-suficiência do setor financeiro desses países. O presidente da entidade Anouar El Khalil, disse que a política implicará em redução dos lucros e, por isso, os investimentos nos países ocidentais não serão cortados inteiramente. O presidente informou ainda que os bancos árabes investiram no ano passado 32 bilhões de libras em todo o mundo, o que elevou para 213 bilhões de libras o total dos financiamentos.

Rota do mar liga Índia à Argentina

Companhias de navegação da Índia e da Argentina firmaram convênio para a criação de um serviço de transporte de cargas entre as costas da Índia, do Brasil, do Uruguai, e da Argentina. O acordo foi firmado entre a *Shippings Corporation of India* (SCI) e *Líneas Marítimas Argentinas* (Elma) durante visita do presidente indiano, Gieni Zail Singh, a Buenos Aires, e representa um avanço nas relações comerciais entre países do Terceiro Mundo.

As relações Sul-Sul e a política dos países em desenvolvimento frente aos industrializados seriam os principais temas da reunião extraordinária do Movimento dos Países Não-Alinhados, que poderia ser realizada brevemente em Buenos Aires. Os entendimentos para a organização do encontro foram revelados durante a visita de Zail Singh pelo jornal *Tiempo Argentino*, citando fontes do governo de Buenos Aires.

América Central: aumenta a presença de Israel na região

□ O aumento da presença israelense na América Central, especialmente através da venda de armas, reatualizou na pequena nação do Oriente Médio o delicado tema da política que segue o estado judeu para com essa agitada região. A revista israelense *New Outlook*, uma publicação mensal vinculada a setores pacifistas, divulgou em seu número de maio de talhes da política de Telavive para a América Central. O tema ganhou atualidade com a recente decisão das nações árabes de romper relações com os governos de Costa Rica e El Salvador quando eles decidiram transferir suas embaixadas de Telavive para Jerusalém.

Pelo que divulgou a publicação, se deduz que os países centro-americanos têm em Israel um dos seus principais fornecedores de armas. Tal tendência se desenvolveu sobretudo nos últimos dez anos, a um ponto que hoje Israel é o sétimo vendedor mundial de armas, depois dos Estados Unidos, União Soviética, França, Grã-Bretanha, Itália e Brasil.

Israel, segundo este relatório, figura em segundo lugar depois do Brasil, como abastecedor de armas aos países do Terceiro Mundo. Em 1982, Israel exportou armas no valor de 1,5 bilhão de dólares, cifra que representa 25% das exportações industriais do estado judeu.

As armas vendidas correspondem a quatro categorias: armas totalmente manufaturadas em Israel (fuzis *Usi* e *Galil*), armas com uma parte importante de seus componentes estrangeiros, velhas armas de fabricação estrangeira e armas soviéticas capturadas durante a guerra com os países árabes. As

vendas aos países centro-americanos representaram em 1982 para Israel entre 200 e 250 milhões de dólares. Trata-se sobretudo de armas ligeiras, equipamentos de comunicação e dispositivos eletrônicos, assistência à contra-espionagem e conselheiros de segurança — ajuda considerada significativa para a situação dos países centro-americanos, afirma a publicação.

Nos anos de 1978 e 1979, durante a insurreição dos sandinistas nicaraguenses contra a ditadura de Anastasio Somoza, Israel foi o principal fornecedor de armas do regime, afirma a revista. O governo norte-americano do presidente Ronald Reagan descreveu recentemente a complementaridade das políticas dos Estados Unidos e Israel na América Central como uma "convergência de interesses".

Os Estados Unidos apoiam a penetração israelense na região e Israel ajudaria Washington a alcançar ali os seus próprios objetivos políticos. Como exemplo, citou-se a entrega aos rebeldes anti-sandinistas das armas capturadas à Organização para a Libertação da Palestina (OLP) durante a invasão do Líbano.

Menciona-se também o fato de que há pouco tempo Edén Pastora, líder militar da Aliança Revolucionária Democrática (Arde), que luta contra o atual regime de Manágua, declarou ter recebido armas de Israel através da Venezuela. Além disso, ainda segundo *New Outlook*, o consulado israelense na Costa Rica ocupa-se em liberar passaportes falsos aos contra-revolucionários.

Também para enfrentar o

regime sandinista estreitou-se a colaboração entre Israel e Honduras. O estímulo a esse tipo de cooperação foi dado pelo general israelense Ariel Sharon durante a visita que efetuou a esse país em dezembro de 1982.

Em El Salvador, a cooperação militar com os israelenses remonta à metade dos anos 70, mas foi particularmente intensificada em 1983, quando este país centro-americano, acusado de violação dos direitos humanos, viu reduzir-se o volume de ajuda dos Estados Unidos. El Salvador teria transferido sua embaixada de Telavive para Jerusalém em troca de ajuda israelense em projetos agrícolas e assistência militar.

Na Guatemala, a venda de armas israelenses compete com a dos Estados Unidos. Esta situação data de 1977, quando o governo norte-americano do presidente James Carter interrompeu a ajuda militar com base nas denúncias de violações aos direitos humanos do regime guatemalteco.

Esta brecha foi aproveitada por Israel, que iniciou então uma colaboração ampla não só para colocar as suas armas, como também mediante uma presença ativa, enviando conselheiros militares e agentes de espionagem, afirma a revista. (Dina Nascetti)

Costa do Marfim rola a dívida

Dirigentes da Costa do Marfim negociaram com representantes de 12 países do Ocidente, reunidos em Paris, o prazo do pagamento de 300 milhões de dólares — serviço (juros + amortização) da dívida total de 6 bilhões de dólares —, que vence este ano. A quantia será paga em nove anos, com quatro de carência.

Argentina: seis mil crianças afetadas pelo desaparecimento de seus pais

□ Mais de seis mil crianças sem notícias de seus pais desaparecidos durante o regime militar (1976/1983) constituem uma seqüela pouco conhecida da repressão exercida pelo governo militar na Argentina. Em inúmeros casos, as crianças foram testemunhas do sequestro de seus pais e tiveram que ocultar muitas vezes a situação aos seus companheiros e amiguinhos por ordem de seus familiares, devido ao medo reinante.

Os principais sintomas que apresentam as crianças são: inibição, distúrbios de pensamento, problemas de aprendizagem ou de conduta, agressividade excessiva, dependência emocional e insistentes perguntas e questionamentos referentes à situação em que vivem. Para

seu tratamento, além da assistência particular que algumas dessas crianças recebem, criou-se o Movimento Solidário de Saúde Mental, instituído por familiares de detidos e desaparecidos por razões políticas. Este organismo médico, presidido por Eduardo Pavlovsky,¹ atende uns 30 casos de crianças que "padecem os efeitos de uma situação social que ainda perdura", segundo declararam os seus integrantes. O Movimento Solidário de Saúde Mental sustenta que esses casos não devem ser tratados de uma ótica particular e sim social. É a sociedade que tem que dar uma resposta a uma série de questões pendentes, afirmam.

"Além disso — assinala um dos integrantes da equipe — fica colocado o tema de como a

sociedade reivindica seus pais desaparecidos. Foi dito a algumas dessas crianças que o sequestro ou o desaparecimento de seus pais se devia ao fato de que eles 'pensavam diferente' — considerou o terapeuta — e elas podem inferir que o pensamento é perigoso."

"Reconhecendo em outras crianças a mesma problemática, podem brincar, elaborar a situação e compartilhar a dor", observou a licenciada Rosa Maciel, membro do grupo assistencial. Os jogos se desenvolvem em geral em torno do tema dos sequestros, torturas e das diversas imagens que as crianças têm a respeito do que pode ter acontecido a seus pais. "O quadro de incerteza ainda subsiste — explicou Rosa — e isso agrava os transtornos que suportam essas pequenas vítimas da repressão".

¹Uma peça teatral escrita por Pavlovsky, "Telarañas", está em cartaz no Rio atualmente, no Teatro Cândido Mendes.

Portugal: conferência internacional pela paz na América Central

□ Com a participação de mais de 300 delegados de organismos não governamentais de 70 países de cinco continentes, se realizou em Lisboa, do dia 3 a 6 de maio passado, a Conferência Internacional pela Paz na América Central e na Nicarágua.

Presidida pelo prêmio Nobel da Paz de 1980, o argentino Adolfo Pérez Esquivel, a reunião analisou e definiu planos de solidariedade internacional, diante da "agressiva política norte-americana" na América Latina e o direito da Nicarágua à sua autodeterminação.

O resultado final do trabalho da conferência foi uma declaração final e as conclusões

de quatro comissões de trabalho sobre a situação centro-americana. Na declaração final, se recomendou declarar o dia 19 de julho — aniversário da revolução sandinista — como o dia da solidariedade internacional, assim como a realização de programas específicos de solidariedade com o povo da Nicarágua.

Duas resoluções aprovadas pelas quatro comissões estabelecem o envio de uma delegação à ONU e ao Congresso norte-americano, com a finalidade de lhes transmitir as conclusões do encontro e enviar delegações às embaixadas dos Estados Unidos nos diferentes países para informar sobre as posições

críticas diante da política de Washington.

Foram aprovadas também uma série de medidas no sentido de bloquear a campanha de desinformação "apoiada pela administração Reagan" nos meios de comunicação do mundo todo.

Participaram do encontro dezenas de personalidades políticas e artísticas portuguesas e estrangeiras. Entre elas, a atriz Julie Christie, o compositor grego Mikis Theodorakis, a sra. Hortência Bussi de Allende, viúva do assassinado presidente Salvador Allende, a ministra vietnamita Nguyen Thi Binh, o padre nicaraguense Fernando Cardenal, o presidente do Conselho Mundial da Paz, Romesh Chandra e a ministra sandinista de Coordenação Internacional e Zonas Especiais, Mônica Balodano.

Cumpriremos com a nossa parte.

Assumi o Governo do Rio de Janeiro certo de que o maior desafio que me aguardava era este contexto de violência e criminalidade. E mais, que essa herança trágica tenderia a agravar-se. Todas as suas causas e origens, suas fontes geradoras, continuariam cada dia mais férteis e estimuladas ao máximo.

Atingimos a um ponto dessa tragédia em que se torna imprescindível uma definição de responsabilidades. De nossa parte, nunca nos excusamos em assumir as tarefas que nos cabem.

Estamos — convém deixar bem claro — diante de verdadeiras fábricas de bandidos e assaltantes funcionando a todo vapor, produzindo mais e mais. A cada semana novos contingentes de pivetes e jovens com desvios de conduta se iniciam nas práticas da violência e do crime.

Esta é a herança trágica destes 20 anos de permissividade a um capitalismo desumano, que marginalizou a população,

de um regime de centralização e arbítrio e seu modelo econômico que agora culmina com esta candente realidade de recessão, de desemprego generalizado, com uma espiral inflacionária nunca registrada. Só no Rio de Janeiro, necessitaríamos, anualmente, de 150 a 200 mil novos empregos para os jovens que atingem a idade de trabalho. Afora os contingentes acumulados. A esta triste realidade soma-se ainda cerca de 700 mil crianças e adolescentes que encontramos sem aulas e professores, subnutridos, vagando aos bandos na escola do crime e da contravenção. É certo que a maioria dos nossos jovens, pela formação que trazem de suas famílias, não toma estes descaminhos. Mas uma boa parte, sim. As estatísticas estão aí demonstrando: a média de idade dos bandidos e assaltantes que semeiam o crime e a inquietude no Rio de Janeiro está em torno de 20 anos. Entendi que a minha primeira tarefa

deveria ser a de reciclar e preparar os recursos humanos das instituições policiais para as suas finalidades específicas. Retirá-los das atividades políticas repressivas. Dignificar estas instituições e elevar o nível profissional e técnico de seu pessoal. Fizemos progressos sensíveis a esse respeito. Agora, estamos aumentando os efetivos. Mais de 1.500 homens já foram incorporados à PM. Até julho, mais 650. Realizamos concurso para detetives da Polícia Civil. Esperamos que até dezembro venham a ser incorporados cerca de 10 mil homens aos efetivos de ambas as corporações. Fizemos retornar às suas funções grande número de policiais, mas ainda precisam voltar cerca de 1.350, cedidos a outras áreas do Governo Estadual, de municípios e do Governo Federal. É imprescindível que estes efetivos voltem ao serviço direto da população. Preocupamo-nos, permanentemente, em colocar o máximo de policiais fardados nas ruas. Inclusive agora, decidimos restaurar e colocar em serviço externo a polícia de vigilância civil. De início, 3 delegacias base no Rio, mais uma em Niterói e outra na Baixada. Em certas áreas, voltaremos com os serviços das duplas "Cosme e Damião". De momento, nas praias e calçadões de Copacabana, Ipanema, Leblon e ruas de intensas atividades comerciais desses bairros, áreas em que vêm ocorrendo a maior incidência de crimes e assaltos. Cabines com viatura, 3 homens fardados permanentes, sistemas de alarme e

comunicação, serão instalados mediante pedidos e com ressarcimento do seu custo e manutenção. Estamos desenvolvendo um intenso esforço para controlar e reprimir o uso e porte ilegal de armas e seu tráfico clandestino. Enfim, afirmo à população que estamos mobilizando o máximo de nossas energias e potencialidades. Cumpre, porém, que nesse contexto, todas as áreas assumam as suas responsabilidades. A começar pelo que corresponde ao Governo Federal. Estamos vivendo as consequências trágicas do seu modelo econômico. Agora mais graves e dramáticos. O Poder Central não pode ficar assistindo tudo isto de braços cruzados, prosseguindo na mesma política e esperando que as autoridades estaduais contenham os efeitos de um processo social cada dia mais alarmante. À Imprensa e aos meios de comunicação, nosso chamamento a uma reflexão. Sua colaboração é indispensável. Precisamos salvar e encaminhar os nossos adolescentes com mensagens construtivas, amenizando tudo o que venha a desorientá-los e induzi-los à prática do crime e da violência. Se cada parte assumir as suas responsabilidades, trabalhando juntos, tenho a certeza de que haveremos de reduzir a violência e a criminalidade no Rio de Janeiro ao menos a níveis toleráveis, como merece e tem direito a nossa população.

Governador Leonel Brizola

terceiro mundo - 17

As Olimpíadas e a guerra fria

O boicote da União Soviética e aliados contra os Jogos Olímpicos de Los Angeles é consequência direta do clima de guerra fria que domina há mais de três anos as relações entre as duas superpotências. Esta data está vinculada à subida ao poder do republicano Ronald Reagan e, portanto, ao controle da Casa Branca pela extrema-direita.

Mas os antecedentes desse caso lamentável podem ser encontrados em 1980, quando, em represália pela intervenção soviética no Afeganistão, o presidente Jimmy Carter decidiu sabotar as Olimpíadas realizadas naquele ano em Moscou. Tão violenta reação e as pressões exercidas pelos Estados Unidos sobre as nações situadas em sua esfera de influência, fizeram com que 62 países não comparecessem em Moscou. Os jogos da capital soviética foram, assim, privados dessa universalidade que era, justamente, a palavra-de-ordem defendida em fins do século passado pelo francês Pierre de Coubertin para retomar a tocha da confederação grega.

As nações que, sucessivamente, aderiram aos Jogos Olímpicos até abranger todo o planeta, tinham-se comprometido a respeitar e cultivar os ideais dos Jogos, inclusive os estatutos olímpicos que propunham a competição multidesportiva, de caráter não profissional, orientada no sentido de "construir um mundo melhor e mais pacífico", e, obviamente, à margem das contingências políticas.

Esse ideal foi quebrado pelo boicote norte-americano de 1980, originando assim um nefasto precedente.

O presidente Carter não representava a

extrema-direita norte-americana e, sim, setores centristas, e seu gesto refletiu a radicalização dentro do *establishment* dos Estados Unidos pelo terreno perdido pela superpotência a nível internacional. A atitude do ex-presidente foi interpretada como a reação a uma série de fatos que — desde a derrota na guerra do Vietnã até a explosão da revolução islâmica no Irã e os acontecimentos no Afeganistão — implicavam um constante retrocesso da hegemonia que Washington chegou a deter imediatamente depois da 2ª Guerra Mundial.

Essa reação foi levada ao extremo pelo presidente Reagan e transformada no eixo de sua política externa, obsessivamente centralizada no confronto Leste-Oeste.

Sem dúvida, o precedente da deserção norte-americana dos jogos de Moscou terá influenciado a semelhante decisão soviética em relação a Los Angeles. Mas este fator não consta dos argumentos utilizados na justificativa do Kremlin e há, na verdade, outros elementos que parecem ter tido mais peso na adoção dessa atitude.

A volta à guerra fria por iniciativa do atual governo norte-americano tensionou as relações entre as duas superpotências a um tal ponto que qualquer contato implica em atrito, em controvérsia e um terreno de luta no qual se tende a arrastar os demais países.

A substituição da coexistência pacífica, que dominou as décadas de 60 e 70, pela guerra fria, implica uma opção que privilegia o poderio militar, mas cuja dinâmica se projeta sobre as demais áreas.

Marktrade - Comércio Internacional
Rua Anilólio de Carvalho, 22, C. 11
Fones: 220 4257 e 220 5915
Telex: 30617 GBAP Br
Rio de Janeiro - Brasil

A escalada armamentista do presidente Reagan não podia deixar de provocar o armamentismo de seus rivais, assim como suas ameaças de guerras espaciais e suas imprecisões contra o sistema socialista — que identifica como o “império do mal” — estimularam réplicas indignadas e violentas dos soviéticos.

Seria de esperar que a escalada armamentista e a aspiração norte-americana de conseguir uma superioridade estratégica completa sobre a União Soviética fizessem fracassar as negociações de Genebra, ligadas ao desarmamento ou ao controle de mísseis.

Mas a contradição se estendeu inexoravelmente a outros campos, como o comercial e o da transferência tecnológica, para depois dar um novo e mais grave golpe ao ideal olímpico.

Já que as delegações dos países socialistas compareceriam a Los Angeles, esta seria a ocasião para que as organizações anticomunistas norte-americanas, assim como círculos provenientes da emigração daqueles países, aproveitassem essa excepcional caixa de ressonância para uma campanha de denúncias e provocações.

A polêmica que se seguiu ao anúncio da retirada soviética permitiu o conhecimento, a nível internacional, de uma impressionante lista de atividades compreendidas na mencionada campanha. Diante de tais preparativos para a “recepção” dos atletas socialistas, a alegação soviética de que faltariam condições de segurança — no sentido psicológico e no que se refere a uma competição dessa natureza — aparece revestida de credibilidade.

A resposta da Casa Branca mencionava que as instituições e a legislação dos Estados Unidos não permitiriam ao governo impedir manifestações de grupos anticomunistas, o que, em princípio, também seria verdadeiro. Mas nesse caso não se tratava de uma atitude imparcial da administração Reagan, e, sim, de uma promoção ativa da campanha.

Até que ponto e com que recursos o mesmo governo, que mina os portos da Nicarágua e atenta de tal maneira contra as próprias bases do direito internacional, alimentava essa campanha é algo impossível de precisar e mais ainda de provar. Mas do ponto de vista dos soviéticos, eles não poderiam presumir outra coisa senão que, ao se apresentarem na casa do seu adversário, submetidos às regras deles, e com ampla divulgação por parte dos meios de comunicação do sistema transnacional das manifestações anticomunistas, estariam se prestando impotentes a uma manobra planejada de desprestígio contra o regime socialista. Outro fator teria pesado também na decisão, segundo analistas da Europa Ocidental. Eles sustentam que, do jeito que estavam as coisas, se as delegações socialistas tivessem ido a Los Angeles, sua mera presença teria dado razão a Reagan em suas críticas às forças e governos europeus. Os aliados do Velho Continente pressionam Reagan a abrandar sua política intransigente e a se dispor a negociar com a URSS. A estes interlocutores da comunidade militar do Atlântico Norte, o ocupante republicano da Casa Branca respondeu que sua dureza com Moscou e seu armamentismo unilateral dariam seus frutos. Assim, por exemplo, a retirada soviética das negociações de Genebra seria, na realidade, um blefe. E, finalmente, aqueles voltariam a negociar e a fazer concessões de acordo com os desejos da Otan.

É preciso dizer que em geral os dirigentes políticos europeus pensam exatamente o contrário: que Reagan fechou a porta e levou as negociações a um beco sem saída. Se, neste contexto, os soviéticos tivessem participado dos jogos de Los Angeles, teriam contribuído para dar uma certa impressão de normalidade que reforçaria a interpretação de Reagan e dos “falcões”. Dessa forma, teriam prejudicado os aliados atlânticos favoráveis à coexistência e ao diálogo, aos quais a URSS não pode tirar autoridade sem comprometer seus próprios interesses.

Parece natural que essas considerações tenham

influído na decisão soviética. Em todo caso, as mesmas não estariam em contradição com as motivações anteriores, e sim se complementariam. Sejam quais forem as motivações diretas ou indiretas, o incidente das Olimpíadas revela a gravidade que alcançou a asfixiante atmosfera da guerra fria.

Como se poderia deter esta escalada delirante que põe em perigo a existência de toda a Humanidade pelo verossímil risco de um holocausto nuclear? Não existem muitos motivos para otimismo, infelizmente. Tudo indica que os soviéticos sentem que são desafiados e ameaçados e não poderiam, assim, fazer concessões sem que fossem vistas como uma vitória incondicional do adversário norte-americano, e como um risco à segurança da área socialista. Não poderiam, portanto, dar um passo no sentido da conciliação, enquanto não recebam uma prévia demonstração da receptividade norte-americana.

E o que se pode esperar da parte de Washington? Nada até depois das eleições, dizem os analistas em assuntos norte-americanos. Mas alguns acrescentam que, passadas as eleições — e se deduz que Reagan as vencerá se não der um grande escorregão ou se não ficar evidenciada a fragilidade da recuperação da recessão econômica — o presidente se encaminhará para uma política mais "pragmática" em relação a Moscou.

Um político ultradireitista como Reagan, promotor de uma campanha eleitoral claramente anticomunista, cujo governo não se afastou dessa linha e que com ela seria reeleito, dificilmente se disporá a percorrer os caminhos de distensão como sob o governo John Kennedy. Diante da falta de resultados de sua dureza em relação à URSS, é provável que em seu segundo mandato Reagan esboce algumas políticas mais realistas. Mas também é provável que aconteça o oposto. Os antecedentes disponíveis fazem presumir que o presidente não fará correções substanciais em sua política externa.

Então, o que fazer? No plano político, não há unidade européia nem um sólido bloco para

enfrentar Reagan com alguma eficácia. São inúmeras, portanto, as razões para pessimismo a curto prazo. A presença de sinais de repúdio crescente ao belicismo, vigorosamente expresso no crescimento do movimento pacifista nos Estados Unidos e na Europa, permite, no entanto, alimentar alguma expectativa de mudança. É evidente que a persistência da guerra fria está destinada a estimular a sua contrapartida, isto é, a militância pela paz e pelo desarmamento. Os acontecimentos em torno das Olimpíadas sugerem que nas metas de todos os setores que se incorporam à luta contra o armamentismo e pela distensão, deveria constar a instituição de uma sede permanente para os Jogos. Provavelmente Atenas — como muitos já propuseram — seria o local que facilitaria um consenso, já que a cidade grega de Olímpia foi o berço histórico destes jogos.

A batalha por uma sede permanente resulta imperativa por duas razões. Os próximos jogos poderiam ser realizados em 1988 em Seul, típico cenário do confronto Leste-Oeste, e é muito provável que, nesse caso, surjam tentações de instrumentar uma campanha anti-soviética na capital da Coreia do Sul parecida com a atual e que produziria similares reações dos soviéticos. Pouco ou nada ficaria de pé das Olimpíadas depois de um novo fracasso. O acordo sobre uma sede permanente poderia assim preservar este encontro da juventude desportiva de todo o mundo. Em segundo lugar, o estabelecimento de um local permanente e neutro seria uma contribuição para a paz, já que eliminaria um dos âmbitos de confronto das superpotências. A celebração normal dos Jogos Olímpicos em um cenário alheio às tensões Leste-Oeste seria uma contribuição modesta ao ideal pacifista e não bastaria para modificar o atual ambiente internacional. Mas seria um avanço positivo. Daí esta proposta de que os círculos e forças favoráveis à paz e à distensão coincidam no pedido de transferir os Jogos Olímpicos para uma sede que os subtraia ao confronto bipolar.



Marktrade - Comércio Internacional S.A.
Rua Anfilóbio de Carvalho 29, Gr. 810
fones 220.4257 e 220.5915
telex - 30617 GBAP Br
Rio de Janeiro - Brasil

Se sente, no íntimo, o desejo
de responder às qualidades que possui,
se o egoísmo lhe parece estreito
e irrespirável; se experimenta fome
de verdade, de justiça e de amor,
saiba que pode e deve caminhar conosco.
Sem saber e, talvez, sem querer,
é nosso irmão ou nossa irmã.
Aceite a nossa fraternidade;
nós nos entenderemos
e poderemos caminhar juntos.

Helder Camara

*Consulte-nos nas suas necessidades,
de financiamento, importação/exportação.*

Nós garantimos operações mutuamente vantajosas.

PASQUIM

O ÚLTIMO REDUTO DO HUMOR
CARIOCA!

TODAS AS
SEMANAS NAS
BANCAS DE
TODO O BRASIL!



Lazer na cultura do Caribe

- *México*
- *Manágua*
- *Havana*

De 15 a 31 de julho — Saída de São Paulo

Próximas promoções

Outubro

- Festival Internacional de Música Contemporânea
- Congresso de Angiologia e Cirurgia Vascular
- II Congresso de Gastroenterologia

Toledo Piza

Empreendimentos Turísticos Ltda.

Rua Capitão Francisco Padilha, 112 - Jardim Europa - São Paulo

Tels. 883-3200 - 881-8555 - Telex: 011/32629 - EMBRATUR: 00221-00-41-1

Novembro

- VII Congresso Latino-americano de Pediatria
- Festival da Canção de Varadero
- I Conferência Científica de Arquitetura e Engenharia
- Congresso Latino-americano de Fotografia
- I Seminário Internacional de Psicologia da Saúde

DROGAS

Um dos maiores desafios do nosso tempo



Como se explica o aumento constante do consumo de drogas nas sociedades industrializadas e a sua crescente incidência em alguns países do Terceiro Mundo? Existem formas de combater o vício? Quais são os interesses econômicos e até mesmo políticos que estão por trás do tráfico de narcóticos? Que atitude devem assumir os países do Terceiro Mundo produtores de coca, de haxixe, da papoula dormideira? Que peso têm as denúncias de

que a cooperação norte-americana com as polícias ou outros órgãos encarregados da repressão ao contrabando de drogas é uma nova versão da infiltração de agentes de inteligência?

O nosso objetivo com esta matéria de capa é apresentar alguns aspectos do problema das drogas que em geral não são abordados na cobertura jornalística habitual. Muitas das respostas às perguntas colocadas, ficam no entanto, por conta do leitor.

Um poder transnacional

Uma complexa corrente que une o camponês andino ao fumador de ópio da Índia, passando pela máfia siciliana e a União Corsa, movimenta 30 bilhões de dólares anuais equivalentes aos lucros da Exxon e da Gulf Oil e ameaça um terço dos norte-americanos de ficarem dependentes dos narcóticos

Beatriz Bissio



Não sei como lhe agradecer... Talvez com um pouco de “erva”.
— Hum... um chimarrão depois de tanto tempo não cairia mal.

O diálogo entre um jovem peruano e um argentino recém-chegado se deu no bairro de Barranco, conhecido em Lima por ser local de encontro de poetas e boêmios. O portenho havia ajudado o jovem peruano a recuperar uma carteira com dinheiro que haviam tentado lhe roubar. Mas, para sua surpresa, em vez de receber a erva-mate que esperava em quantidade generosa, o jovem entregou-lhe uma porção que caberia em um dedal. “Engraçado — comentou — esses peruanos não entendem nada de chimarrão. Pensam que o tomamos em conta-

gotas”. Mas, lamentavelmente, quem não havia entendido nada era ele: o que havia recebido de seu agradecido amigo era outra “erva”, maconha, fumada habitualmente por jovens frequentadores da “Ponte dos Suspiros”, nesse bucólico bairro limeño.

Esta anedota, que é real e nós a presenciamos há alguns anos quando vivíamos em Lima, é uma das tantas que podem ilustrar até que ponto as drogas se foram introduzindo na vida moderna, em todos os círculos sociais, fazendo a cada ano mais adeptos e mais danos e gerando cada dia mais vultosas cifras de dinheiro, ao ponto de a *mafia* que está por trás do tráfico ilegal ter passado a constituir uma transnacional tanto ou mais poderosa quanto as conhecidas *Exxon*, *Xerox*, *IBM*...

Nos últimos 20 anos, o uso de drogas se generalizou tanto que o narcotráfico foi definido como “o negócio mais lucrativo dos tempos modernos” e, apesar disso, não existe uma estratégia a nível local, nacional ou regional que tenha sido eficaz em enfrentá-lo. Lendo as estatísticas, ao contrário, conclui-se que a iniciativa ainda está do lado dos traficantes, infiltrados em todos os níveis sociais, nas mais diversas estruturas de poder nos países-chave para sua “atividade” e dispondo de equipamentos militares, além de uma infra-estrutura que provocaria inveja a muitos dos Estados do empobrecido Terceiro Mundo.

Mas os traficantes são intermediários entre duas pontas: o produtor e o consumidor das drogas. E se seu negócio é tão lucrativo, é também, em grande medida, porque não têm havido políticas adequadas para acabar com o problema da produção e do consumo dos narcóticos. Se não existisse um mercado consumidor, segundo a mais elementar

* Os materiais para a elaboração deste trabalho foram pesquisados pelo Centro de Documentação de cadernos do terceiro mundo, principalmente por Eunice Senna. Estudamos o nosso agradecimento a Donalson Magalhães Garchegne e a Otávio Tostes.



Mary Bellrage

As belas e perigosas papoulas dormideiras do ópio

regra da oferta e da procura, não haveria quem se ocupasse em produzir ou inclusive em intermediar. Ou, por outro lado, se fossem oferecidos ao camponês incentivos, apoio e condições para dedicar-se a outros tipos de cultivos, possivelmente optaria por eles, na medida em que passaria a satisfazer suas necessidades básicas com uma atividade de menor risco. Isso já foi demonstrado, com alguns resultados positivos, a nível experimental.

Os plantadores: delinquentes ou vítimas?

O mundo da droga tem atividades bem diferenciadas. Existem os plantadores, os financiadores, os transportadores, os que se encarregam da refinação em laboratórios clandestinos, os revendedores atacadistas e varejistas. E, naturalmente, os consumidores.

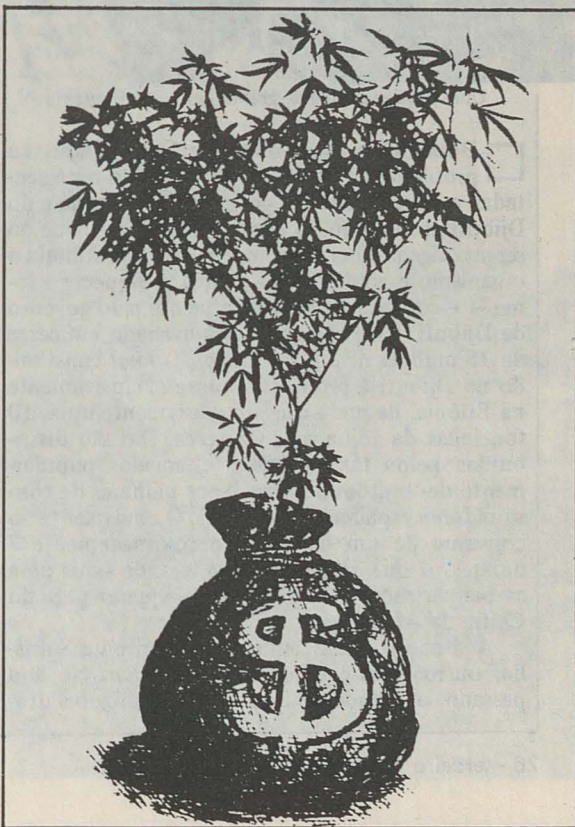
Os anos de "trabalho" clandestino ou semi-clandestino deram a todos uma vasta experiência, e pelo fato de se tratar de uma cadeia tão grande de operações é praticamente impossível vigiar e controlar, e muito menos suprimir essa emaranhada rede que se estende por todos os recantos do planeta.

O primeiro elo da cadeia são os plantadores. São eles os que, em geral, têm menos noção de sua participação em um submundo onde a lei é ditada pela ambição de lucro e não impera outro ideal senão o do enriquecimento rápido, nem outra moral que não seja a da obediência às regras do jogo do mais forte. Para o camponês que na América do Sul planta a coca, na África o *khat*, no Oriente Médio o haxixe e na Ásia a papoula do ópio, o proble-

1984 — Junho — no. 67



Alfândega onde o governo boliviano recolhe a produção legal de coca, perto de Los Yungas



ma é, antes, cultural e de sobrevivência.

Grande parte da população andina tem na coca, desde antes da conquista espanhola, um de seus alimentos básicos. A coca faz parte de seu mundo mágico e é utilizada em rituais. Mastigar coca ajudou, durante séculos, a população indígena do Peru e da Bolívia a suportar o frio, mitigar a fome, resistir ao trabalho duro nas ladeiras das montanhas andinas.¹

Na Turquia, a colheita da papoula do ópio passou a fazer parte da cultura dos lavradores da re-

gião de Afyon. Na "época de ouro" da produção turca, mais de meio milhão de pessoas vivia do cultivo do ópio. Junho é o mês da colheita, mas só em um dia desse mês os frutos amadurecem ao ponto exato para permitir extrair deles o ópio que dará origem à morfina e à heroína. Nesse dia, as crianças são fechadas nas casas, com janelas e por-

¹Calcula-se que quase cinco milhões de índios peruanos se alimentam e vivem da produção de coca, cuja folha tem alto valor nutritivo além de medicinal, segundo foi provado cientificamente.

O "khat", a droga verde do continente africano



Marion Kaplan/Camera Press

Uma pequena folha de grande poder estimulante

□ Duas óticas bem diferentes em relação ao problema da droga na África estão representadas pelas atitudes dos governos da Somália e do Djibuti em relação ao *khat*. Essa folha — que ao ser mastigada libera um narcótico que estimula o organismo e ajuda, como a coca, a esquecer a fome — é comercializada oficialmente pelo governo de Djibuti. Esse comércio está avaliado em cerca de 15 milhões de dólares anuais. O *khat* consumido no Djibuti é produzido quase exclusivamente na Etiópia, de onde chegam diariamente umas 10 toneladas da folha, por via aérea. Daí são distribuídas pelos táxis oficiais (chamados popularmente de "sultões do *khat*") aos milhares de consumidores espalhados pelo país. O equivalente ao consumo de um dia custa aproximadamente 7 dólares, o que representa um elevado ônus para as pauperizadas famílias desse pequeno país do Chifre da África.

A situação é radicalmente diferente na Somália, outro grande consumidor de *khat*. No ano passado, o presidente Siad Barre legalizou a dro-

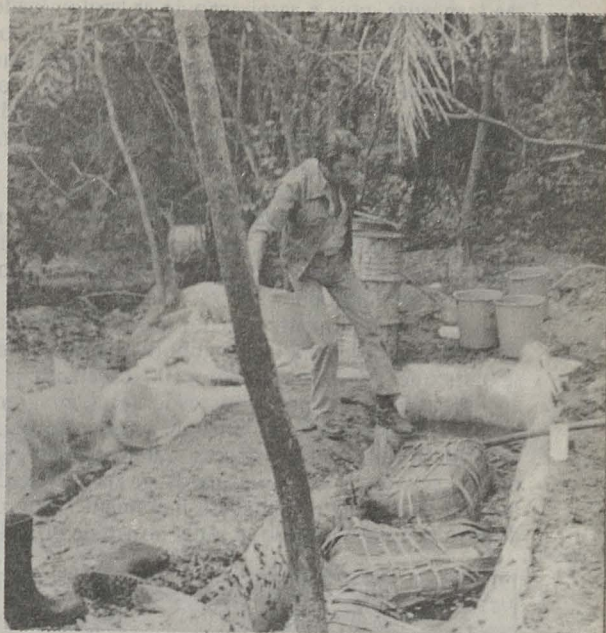
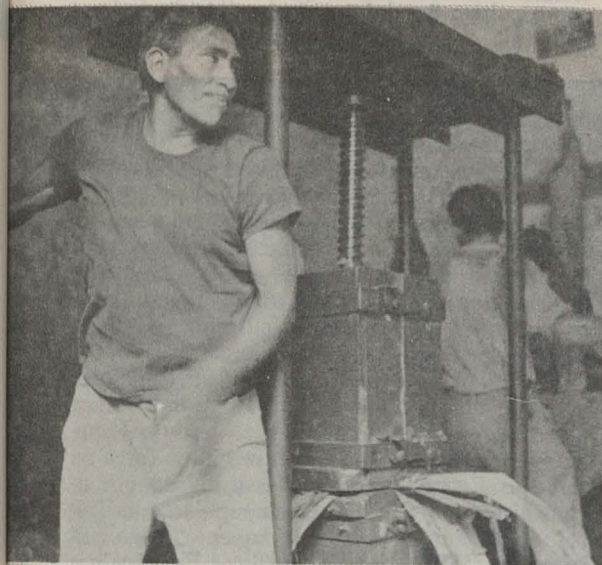
ga, alegando que os seus efeitos estavam minando a família, elevando os índices de fracassos matrimoniais e aumentando a criminalidade. Foram proibidos o cultivo, a comercialização e o uso do *khat*, com pesadas sanções penais para os infratores.

Pesquisas médicas da década de 50 demonstraram que o uso excessivo ou sistemático da droga — que tem sido comparada com a benzedrina e a cocaína — pode produzir impotência, imbecilidade e, em alguns casos, a morte.

Essa medida do governo de Mogadíscio afeta diretamente os camponeses do Quênia, principais fornecedores do *khat* aos consumidores somalis. A região produtora de *khat* nesse país é conhecida como "o triângulo verde", em alusão ao "triângulo dourado" produtor de ópio no sudeste asiático. Outro grande produtor africano da folha é a Etiópia, onde o *khat* é o segundo produto agrícola mais importante nas exportações.

No caso do Quênia, as plantações são ilegais, porém o governo até agora fez "vista grossa" para elas, uma vez que de seu cultivo dependem milhares de famílias camponesas. (Estima-se que só o mercado somali representa uma demanda de 500 toneladas anuais.) A falta de uma supervisão ou assessoramento adequado fez com que muitos desses camponeses — alguns dos quais também plantam café e chá — utilizassem os mesmos inseticidas que são utilizados naqueles casos, para combater uma praga que apareceu nas folhas da droga. Resultado: em poucos dias os hospitais estavam lotados de pacientes com queimaduras na boca. (A folha do *khat* é mastigada ao estilo da folha da coca, tanto por homens quanto por mulheres.)

Além do uso do *khat*, no continente africano há alguns casos de viciados em ópio na Mauritânia e na Tunísia, de abuso de narcóticos sintéticos na Nigéria e Níger e poucos casos de viciados em opiáceos (particularmente morfina) no Quênia, Níger e África do Sul. Porém, o problema das drogas está longe de ter as dimensões que já alcançou em outros continentes.



O cineasta alemão Michael Gregor fez estas fotografias de um centro de produção clandestino de cocaína em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, pouco antes do "golpe dos coca-dólares" do general García Meza. As pessoas não sabiam que estavam sendo fotografadas. Este material documental inédito foi apresentado pelos cadernos do terceiro mundo pouco depois do golpe de estado de 1980. Nele vêem-se com detalhe as diferentes etapas do trabalho dos traficantes e a poderosa infra-estrutura com que eles contam



tas trancadas, pois a respiração do ar contaminado pode lhes ser fatal. Homens e mulheres, com os rostos cobertos com lenços protetores, trabalham nos campos 24 horas seguidas. O que não for colhido nesse dia já não servirá mais. Mas como cada quilo da papoula rende uns 15 dólares aos camponeses, nesse dia lucram para viver o ano inteiro.

Quando, por pressões dos Estados Unidos, a Turquia proibiu os cultivos e impôs a pena de morte para quem violasse a lei, uma nova versão da guerra do ópio esteve a ponto de explodir e vários governos sucumbiram.

A Índia é atualmente o maior produtor mundial de ópio como cultura legal, embora as autoridades saibam que aproximadamente 100 toneladas por ano são produzidas para o mercado ilegal, em grande parte abastecedor da demanda interna do país. O estigma cultural com relação à heroína não permite o avanço do consumo da droga na sociedade indiana apesar do reconhecido incremento da produção do ópio. Contudo, a Índia possui de 30 a 40

mil fumadores de ópio legalmente registrados, para os quais esse hábito é parte de uma cultura secular, assim como o trabalhador agrícola de Punjab coloca diariamente ópio no seu chá matinal e os intelectuais de Bombaim o tomam com leite frio como bebida típica nas festas.

Em Serra Nevada, na Colômbia, o problema é mais econômico do que cultural. Os índios *guajiros* resistiram, durante séculos, com orgulho, à aculturação a que os espanhóis quiseram submetê-los. Entretanto, agora estão sucumbindo ao poder do dinheiro da droga. Assim, na árida península de Guajira, a paisagem se povoou de jovens fumadores de maconha e viciados de diferentes partes do mundo. Por que essa mudança de atitude? Porque quando os espanhóis chegaram, os índios eram proprietários livres de suas terras, um povo são, em expansão. Na Colômbia de hoje, os índios *guajiros*, marginalizados, não têm outra fonte de renda senão o cultivo ilegal da maconha. "Antes do 'pasto bendito', os *guajiros* subsistiam nos limites da

A coca: droga ou alimento estimulante?

A coca foi utilizada pelos incas do Peru como alimento, para oferendas religiosas e para rituais. Mastigar a folha da coca é, entre os índios do planalto andino, um costume secular. A descoberta de coca em túmulos do período pré-cerâmico prova a sua presença na vida dessas comunidades há pelo menos 3000 anos.

No ano de 1539, o bispo de Cuzco, dom Vicente Valverde, numa carta dirigida à Coroa espanhola, contava que os índios podiam trabalhar em duras condições, sem sentir fadiga, sustentados pelo efeito energético das folhas da coca.

No seu ensaio "A coca no Peru", publicado na revista *Socialismo y Participación* (abril/83), Baldomero Cáceres, psicólogo social peruano, cita a obra do Inca Garcilaso de la Vega, *Comentarios Reales* (1607), uma das descrições mais importantes sobre o Peru colonial. O Inca Garcilaso transcreve observações do padre Blas Valera, "que residiu no Peru muitos anos e saiu dele 30 anos antes do que eu". Nelas se reconhecem as virtudes que, para os índios, tinha o uso da coca e os benefícios que isso acarretava para os espanhóis: (...) "de quanta utilidade e força seja a coca para os trabalhadores se deduz do fato que os índios que a comem mostram-se muito mais

dispostos e fortes, felizes com ela e trabalham o dia todo, sem comer..."

Foram justamente os colonizadores espanhóis os responsáveis pela expansão das plantações de coca. Até a época de colônia, a planta era reservada para o uso em cerimônias religiosas e para o consumo dos responsáveis em levar a pé as notícias de uma ponta a outra do Império inca, os *chasquis*. Nesse sentido, as autoridades indígenas tinham o seu consumo bem controlado. No entanto, a descoberta da possibilidade de não ter que alimentar os índios e a sua total indiferença quanto ao seu destino como raça, levou os espanhóis a espalharem a coca entre toda a força de trabalho. Essa é uma das razões atribuídas por alguns historiadores ao fato de a população indígena ter passado de aproximadamente cinco milhões, em 1500, a só dois milhões um século e meio depois (1650). Os índios trabalhavam sem comer, "movidos a coca" e acabavam morrendo por inanição e sucumbindo às enfermidades trazidas pelos europeus.

O estudo do professor Cáceres não se esgota no resgate do papel cultural que a coca possa ter cumprido na antiga civilização inca. Ele traz esses elementos históricos para colocar uma questão bem atual: o problema dos plantadores de coca, hoje. Assim, ele escreve no citado ensaio que a erradicação das plantações, apresentada como solução ao problema da cocaína nos Estados Unidos e na Europa, "fecha aos países andinos produtores, Bolívia e Peru, assim como aos plantadores de maconha na Colômbia, a possibilidade de um futuro baseado num projeto nacional que leve em

fome”, explica o economista Victor Pacheco Laborde, para quem a “maconha foi a salvação da região”.

As últimas pesquisas mostram que existem na Serra Madre colombiana plantações capazes de gerar 100 mil toneladas de maconha.

No Peru, no último mês de maio, quase 12 mil camponeses famintos invadiram a cidade de Cuzco reclamando a legalização de seus cultivos de coca e melhores preços oficiais para seus produtos. Com suas mulheres e filhos, bloquearam as principais avenidas da localidade exigindo que o ministro da Agricultura fosse dialogar com eles. As organizações sindicais locais apoiaram os produtores de coca com paralisações de 24 horas no trabalho. E 115 prefeitos de pequenas aldeias de Cuzco afirmaram estarem dispostos a iniciar greves de fome para apoiar os “cocaleiros”.

Os camponeses exigiam que fossem reconhecidas legalmente, como zonas de plantações de coca, os vales de La Convención e Lares (cenário das

conta a existência real da nossa principal riqueza agrícola”.

O cientista político também faz uma resenha do valor antropológico da planta, assinalando que ela (a folha) é um alimento insubstituível, com muitas funções: “(...) está ligada à vida do trabalho na mineração e na agricultura, como alimento-estimulante (...), o seu uso ritual assegura a identidade cultural andina, constitui uma fonte de segurança psicológica e um recurso da medicina popular (...)”.

Por essas razões, Cáceres pergunta: “Agrava ou alivia os efeitos da desnutrição? Em nossa cultura, é droga ou alimento-estimulante?”

Uma das suas conclusões é que a decisão da Convenção Única de Estupefacientes¹ ao decidir pela erradicação das plantações de coca, “só culminou com uma injusta discriminação da planta tradicional peruana e que, por isso, foi excluída dos planos de desenvolvimento agroindustrial”. “Graças a essa situação” — continua — “as plantações de coca têm aumentado à margem da lei. Em lugar dos 17 mil hectares reconhecidos existiriam entre 50 e 160 mil, segundo estimativas moderadas e outras menos conservadoras. Os esforços repressivos são comparativamente ineficientes. Assim como os custosos projetos de substituição dos cultivos. Estes últimos (...) representam uma política imposta a partir dos Estados Unidos, que fechariam outras alternativas menos custosas e mais eficazes, se a legislação internacional fosse submetida a uma revisão a pedido dos países andinos”.

O autor do ensaio propõe auspicar com

David Lomax/Camera Press



Os plantadores devem ser escutados

as organizações camponesas dos plantadores de coca, a criação de um centro multidisciplinar de pesquisas sobre a planta, que não só ampliasse a informação sobre ela mas assumisse a responsabilidade de difundir nova informação a respeito da sua história, natureza e propriedades, propiciando a mudança de atitude que ajudasse a dissolver o atual preconceito em relação a ela”.

Cáceres acha necessária também a realização de uma campanha para esclarecer a opinião pública sobre “os efeitos diferenciados da folha, da pasta básica de coca e da cocaína”. Finalmente, ele sugere a realização de um encontro de caráter científico, com a presença de especialistas internacionais, destinado a setores representativos, acadêmicos e políticos, “cujo nível de informação em nosso meio é verdadeiramente lamentável”.

Assinale-se que está avaliado em 4,5 bilhões de dólares o dinheiro movimentado, cada ano, no Peru, pelos traficantes de drogas.

¹Em 1962 realizou-se em Genebra (Suíça) a Convenção Única de Estupefacientes, com o patrocínio das Nações Unidas. Aí foi resolvido que, num prazo de 25 anos, deviam ser erradicados os cultivos de coca da sub-região andina, limitando-os aos estritamente necessários para fins científicos e industriais aprovados pela legislação. Essa resolução é a que os Estados Unidos citam atualmente em suas pressões aos governos da região para acabar com as plantações.

Bolívia: a triste experiência dos traficantes no poder

□ A Bolívia entrou nos anais do poder da droga com um recorde inédito: o golpe dos *coca-dólares* que a 17 de julho de 1980 levou ao poder a própria máfia local do tráfico de cocaína, ou seja, o general Luis García Meza (presidente) e o coronel Luis Arce Gómez (ministro do Interior); este, sobrinho de um dos mais poderosos chefões bolivianos, Roberto Suárez Gómez, conhecido como "o rei da coca". O escândalo internacional não impediu que essa quadrilha, vinculada aos piores assassinos do tráfico ilícito, ficasse no poder por mais de dois anos. O jornalista argentino Gregorio Selser, nosso colaborador, escreveu farramente sobre as vinculações de García Meza e Arce Gómez com a droga e foi, inclusive, o responsável por algumas das denúncias mais graves contra eles. Selser chegou a falar de um "modo de produção narco-militar boliviano", estimando que eles seriam responsáveis pela introdução, nos Estados Unidos, de 200 mil quilos de cocaína, no valor de um bilhão de dólares.

É tal o volume de dinheiro movimentado anualmente pelos narcotraficantes bolivianos que Roberto Suárez Gómez teve a ousadia de oferecer-se para pagar a dívida externa boliviana (calculada em 4 bilhões de dólares, naquela época), em troca de benefícios de parte do governo do presidente Siles Zuazo.

De fato, o presidente Zuazo tem no poder da droga o seu mais sério desafio, "um Estado dentro do Estado", como ele mesmo descrevera em algumas ocasiões, sem esconder que o exército boliviano não está nem de longe tão bem aparelhado como as guardas pretorianas que custodiam as áreas dominadas pelos traficantes. Uma dessas regiões é a do Chapare, onde a droga é quem impõe as leis. O problema adquiriu conotações tão sérias que o presidente Siles Zuazo acabou aceitando o projeto que os especialistas anti-drogas dos Estados Unidos têm para essa região. Em março passado, o presidente Siles e o embaixador norte-americano, Edwin Corr, concordaram em substituir as plantações de coca na região no plano que ficou conhecido como "Projeto Chapare", que, segundo foi divulgado, deverá ter "grandes repercussões sociais nos próximos cinco anos". Para a implementação do projeto, estão previstos a extensão da infra-estrutura de saúde pública, a construção de estradas vicinais e o de-



David Lomax/Camera Press

A substituição das plantações: um desafio social

envolvimento de projetos agrícolas alternativos. Trata-se de um dos maiores e mais ambiciosos projetos de substituição das plantações de coca já tentados na América Latina.

Um dos problemas que a Bolívia tem para enfrentar o narcotráfico é a falta de recursos, seja para levar adiante as operações policiais e militares até onde sejam necessárias para a caça aos delinquentes, seja para financiar as volumosas despesas de projetos tendentes a substituir as plantações de coca por outras. Esses recursos foram avaliados, no começo da década de 80, em 200 milhões de dólares.

García Meza



guerrilhas dos anos 60) e que se triplique o preço pago pela Empresa Nacional da Coca (Enaco, estatal). O governo só reconhece como legais — e compra a sua produção — as plantações de alguns vales. No resto da região, reprime severamente os plantadores.

Por seu lado, na Bolívia, os camponeses produtores de coca realizaram um congresso em Cochabamba, em 1983, e rejeitaram categoricamente a reivindicação dos Estados Unidos de erradicar as plantações. Isso “não vai resolver o problema da fabricação e tráfico da cocaína”, alegaram, e, em compensação, irá afetar sua alimentação e sua vida.

Diferente é o caso de alguns grupos indígenas mexicanos. Em abril passado, nove bispos católicos denunciaram “a existência de uma máfia nacional e estrangeira, que opera o narcotráfico e obriga os camponeses a plantarem drogas sob ameaças de morte”. Liderados pelo arcebispo monsenhor Bartolomé Carrasco Briceño, eles denunciaram também a cumplicidade das autoridades locais, que ajudam a fornecer aos indígenas de Oaxaca e Chiapas sementes, créditos, fertilizantes e outros insumos para o cultivo da *cannabis* e da papoula. “A cada dia maiores áreas são destinadas, sob ameaças, a esses cultivos em detrimento da produção de alimentos”, denunciaram os bispos.

O valor da dívida externa mexicana

O tráfico de drogas está dominado, segundo as áreas geográficas, por diferentes “monopólios”. No caso da coca e da maconha sul-americanas, estão quase que exclusivamente em mãos de colombianos. Segundo dados recentes, as exportações de drogas a partir da Colômbia superaram, no ano passado, as exportações tradicionais de café. Enquanto que o café rendeu de 1,5 a 2 bilhões de dólares, a cocaína, a maconha e os *quaaludes* (droga sintética vendida em pastilhas, *metacualone*, de pouca aceitação no mercado latino-americano) ultrapassaram os 3 bilhões de dólares.

Calcula-se que de 40 a 70 mil famílias colombianas estão envolvidas no tráfico de drogas, e que da Colômbia saem 80% da cocaína (umas 50 a 60 toneladas anuais) e 70% da maconha que entram nos Estados Unidos. Uma das rotas mais usadas é Bogotá-Miami, e quando a droga é introduzida nos Estados Unidos por via aérea, os traficantes preferem o vôo da *Braniff*, que chegou a ser conhecido como “o vôo do pó branco”. Os 3 bilhões de dólares que os traficantes colombianos recebem, quando a droga é vendida diretamente nas ruas de Nova Iorque — o maior centro consumidor dos Estados Unidos — se transformam em 80 bilhões de dólares, isto é, quase o valor da dívida externa me-

xicana — a segunda mais alta do Terceiro Mundo, depois da brasileira.

Essas atividades ilícitas foram as responsáveis pelo crescimento do setor financeiro colombiano em cerca de 5,5%, entre 1980 e 1981, enquanto que o setor manufatureiro só se expandiu em 1,1%. Isso porque as instituições financeiras (muitas delas controladas pelos próprios traficantes) são as encarregadas de investir o dinheiro da droga em outras atividades, para “limpá-lo”.



O presidente Betancur no enterro de Lara Bonilla

Não é à toa que a Colômbia passou a ser conhecida como “o paraíso dos traficantes”. Calcula-se que 15 a 20% dos membros do Parlamento são eleitos com dinheiro ilícito proveniente do narcotráfico. É fácil entender que a presença de um ministro da Justiça, como Rodrigo Lara Bonilla, tenha incomodado e ofuscado os traficantes da “conexão colombiana”, os quais acabariam por assassiná-lo quando o presidente Belisario Betancur estudava a possibilidade de nomeá-lo embaixador no exterior, diante das reiteradas ameaças de morte que havia recebido.

Apesar do domínio incontestável dos colombianos, nos últimos anos os órgãos encarregados de reprimir o tráfico de drogas descobriram elementos que os fazem supor que, no caso da coca que sai através do Brasil, o controle está em mãos de elementos da máfia siciliana, da *camorra* napolitana e da *andronghetta* da Calábria.

Um dos indícios é o volume crescente de cocaína apreendido na Itália (17 quilos em 1979 e 224, em 1983) e a evidência que grande parte dela (mais de 30kg) vinha do Brasil. Suspeita-se que a rota faça uma conexão em Portugal, aproveitando os dois vôos diários entre o Rio de Janeiro e Lisboa. Tomaso Buscetta, atualmente preso na Polícia Federal em Brasília, seria o chefe dos traficantes de narcóticos no Brasil e está vinculado à máfia italiana.



Um viciado em ópio do Laos: um ritual muito antigo

O monopólio da máfia

A máfia — que se auto-define como a *onorata società* — controla dezenas de milhares de negócios. Entre eles, uma parte da importação de cocaína na América Latina, que distribui na Europa e reexporta para os Estados Unidos. Mas a máfia também divide com a União Corsa, da França, o controle sobre o mercado negro da heroína proveniente do Oriente.² Dados recentes indicam que de 65 a 70% da heroína que entra na região noroeste dos Estados Unidos provém da Sicília, com um lucro para a máfia de 750 milhões de dólares ao ano. Em maio deste ano, pela primeira vez em muito

²Em 1983, pela primeira vez, as apreensões de cocaína na França superavam as de heroína.

tempo, foram decretados 462 anos de prisão para 74 traficantes sicilianos, 59 deles com conexões nos Estados Unidos.

A Sicília passou de simples estação intermediária à sede de laboratórios clandestinos. Barcos provenientes do Oriente Médio descarregam morfina nas costas pouco policiadas de Trapani ou Sciacca e nos laboratórios clandestinos de Palermo (capital da Sicília) são processados até 45 quilos de heroína por semana.

Uma “inovação” da máfia foi usar a América Latina como intermediária na rota da heroína para os Estados Unidos, aproveitando para isso seus próprios “esquemas” do contrabando de cocaína e o fato de que, apesar de tudo, a vigilância antidroga é menor neste continente que na Europa.

Para o professor Pino Arlacchi, especialista no crime organizado e docente da Universidade de Palermo, “os imensos lucros do tráfico de drogas tornaram a máfia italiana de uma subcultura criminosa secular a uma estirpe de industriais”.

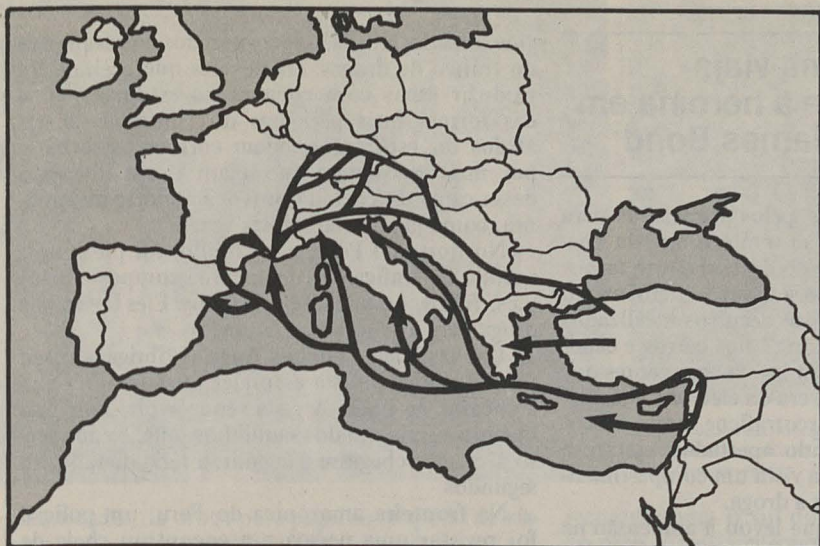
Emanuele de Francesco, o sucessor do assassinado general Dalla Chiesa, que acumula os cargos de prefeito de Palermo, chefe do Serviço de Inteligência Interno da Itália e representante do governo central na Sicília para combater a máfia, afirma que a mais recente lei anti-máfia aprovada na Itália é “a legislação mais rigorosa contra o crime organizado em vigor em qualquer país ocidental, mais rígida ainda que a legislação anticrime dos Estados Unidos”. Mas, apesar de contar com todos esses instrumentos legais, para ele, “a batalha contra a máfia durará de 15 a 20 anos”.

No caso das “mercadorias” provenientes do Oriente Médio e Extremo Oriente, até chegar à Europa, o caminho percorrido foi longo e difícil. Em geral, não esteve em mãos de um único grupo monopolizador do tráfico ilegal, e, sim, passou por uma rede complexa e às vezes por meios de transporte variados, combinando as vias terrestre, marítima e aérea.

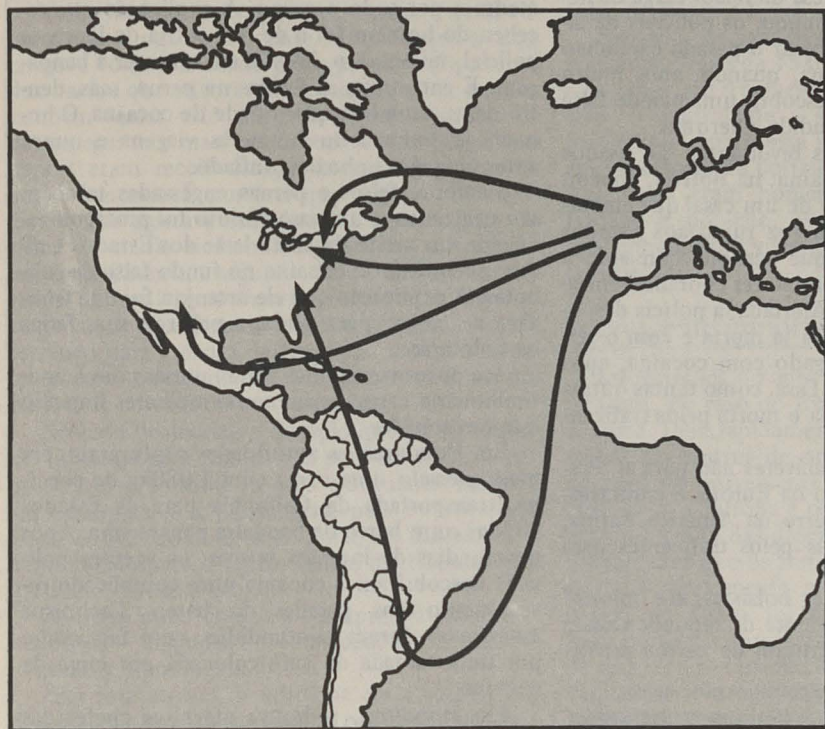
A droga viaja a camelo

Alguns conhecedores da idiossincrasia da região, dizem que no Oriente Médio não se poderia concentrar todo o tráfico em uma única “máfia”. O caráter individualista dos povos não o permitiria. Sem uma organização, nem autoridades do tipo “o chefe”, há indícios de que os traficantes se unem para adquirir mercadorias “por atacado”. Mas há também ajustes de contas, que respondem a iniciativas individuais.

Embora a Turquia tenha perdido a sua importância como produtor de ópio, continua sendo um país de “trânsito” para a droga que chega, por via terrestre, do Líbano ou de outros países da área. Da Turquia, a droga pode ser encaminhada, por



O haxixe e o ópio da Turquia e do Líbano são transportados para a Europa por via terrestre ou marítima, neste caso muitas vezes com escalas na ilha de Chipre, para os destinos finais na Itália, França (Marselha), Alemanha Federal e Espanha. Por terra, as rotas tradicionais atravessam a Bulgária e Iugoslávia, com destino à Alemanha



Uma "inovação" da máfia foi utilizar as suas rotas de cocaína para introduzir a heroína nos Estados Unidos através da América Latina. Durante a década de 70, foram muito usados para esse fim os portos e aeroportos de Buenos Aires e Montevidéu, porém a repressão mudou a situação e hoje as rotas mais utilizadas são as que passam pelo Brasil ou a Colômbia, assim como pela Jamaica e o México

via marítima, para a França, especialmente para Marselha, ou por via terrestre para a Alemanha Federal, atravessando a Bulgária ou, às vezes, outra rota mais longa, através da Iugoslávia e da Itália.

Quando a "conexão francesa" perdeu muito de sua importância, por causa dos duros golpes recebidos da repressão, os traficantes incentivaram suas operações na Alemanha Federal. Esse país é atual-

mente um grande depósito para armazenamento de ópio e morfina, e começa a ser utilizado como centro de distribuição.

Além de ser transportada escondida em caminhões de carga "legal", autorizados a cruzar várias fronteiras, a heroína também chega a seu destino através de algumas das centenas de milhares de imigrantes turcos, que se prestam a levar pequenas

A cocaína viaja em cadáveres e a heroína em malas tipo James Bond

□ As formas utilizadas pelos traficantes para transportar a droga só têm o limite da imaginação e a audácia. No caso do transporte terrestre — como o usado para levar a heroína do Oriente para a Europa — os recursos idealizados para esconder a “mercadoria” nos carros e caminhões muitas vezes dariam inveja aos agentes dos filmes de James Bond. A era da eletrônica já chegou ao submundo do narcotráfico: foram descobertos botões que, quando apertados, ejetam a mala do carro e deixam à vista um compartimento falso, onde é carregada a droga.

Após uma denúncia que levou à apreensão na fronteira indo-paquistanesa da maior carga de heroína já registrada no mundo, os policiais da alfândega iam desistir e liberar o pesado caminhão de transporte de gasolina, quando, após muito trabalho, conseguiram descobrir uma parede falsa atrás da qual estava escondida a heroína.

Mas os métodos mais revoltantes são usados pelos traficantes de cocaína: na Bolívia, chocou a opinião pública o caso de um casal que embarcou no aeroporto de La Paz rumo aos Estados Unidos com um bebê que acabou chamando a atenção da aeromoça por não ter chorado nem se mexido em todo o voo. Alertada, a polícia descobriu que a criança viajara já morta e com o seu tórax esvaziado e carregado com cocaína, após uma operação cirúrgica. Essa, como tantas outras crianças, fora sequestrada e morta pelos traficantes.

O caso do uso dos cadáveres não pára aí. Pessoas que tinham morrido na Europa e eram trasladadas para o seu enterro na América Latina, também foram utilizadas pelos traficantes para contrabandear a droga.

Diplomatas, estudantes bolsistas, até “misses” e uma mala de um presidente da república assim como viajantes que desfrutaram de certos privilé-

gios alfandegários são incorporados aos esquemas do tráfico de drogas. Há pessoas que aceitam introduzir sacos com cocaína no estômago, uma das formas mais perigosas do contrabando. Os ácidos do estômago podem corroer os sacos — por mais resistentes que sejam — e a liberação dessa carga de cocaína provoca a morte instantânea, como já ocorreu muitas vezes.

No norte do Peru, em Trujillo, foi presa uma família de traficantes de cocaína composta pelos pais, filhos, netos e até sobrinhos. Eles levavam a droga para a Colômbia e Equador.

Um traficante de Los Angeles obrigava o seu filho de cinco anos a esconder os saquinhos com a cocaína na boca. A cada venda avulsa do pai, o menino cuspiam um dos saquinhos, que, se por acaso a criança chegasse a engolir, a teria matado em segundos.

Na fronteira amazônica do Peru, um policial foi revistar uma pessoa e a encontrou cheia de ataduras por todo o corpo. A explicação que recebeu do homem foi a de que sofria de lepra. O policial, no entanto, insistiu em remover a bandagem. E encontrou as feridas na perna, mas, dentro delas, uma boa quantidade de cocaína. O homem já tinha feito inúmeras viagens e nunca antes ninguém tinha desconfiado.

Membros falsos e pernas engessadas também são utilizados, e um caso curioso foi protagonizado por um xerife da costa leste dos Estados Unidos: encontrou-se cocaína no fundo falso de suas botas. A explicação que ele arranjou foi que trouxera a “carga” para ajudar a pagar as suas férias na Colômbia.

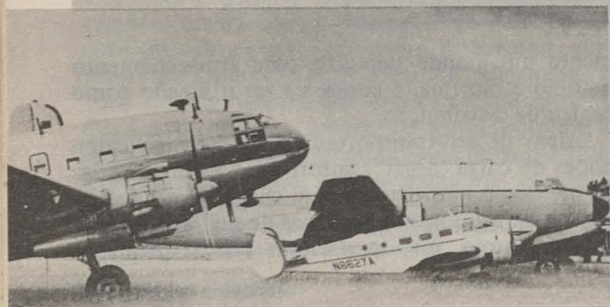
Até doces vovozinhas foram presas com a multimilionária carga, assim como mulheres fingindo estarem grávidas.

Em Honduras, as autoridades capturaram, em maio passado uma carga com 1.080kg de cocaína, transportada da Colômbia para os Estados Unidos num barco de bandeira panamenha. Após quatro dias de intensas buscas, os agentes policiais descobriram a cocaína num complicado revestimento das paredes do barco. Cachorros amestrados foram confundidos, com facilidade, por uma camada de café colocada por cima da cocaína.

Em Honduras, já houve até altos chefes das forças armadas envolvidos no tráfico de narcóticos, que resultou na destituição de alguns deles, em 1978.

No Líbano, soldados libaneses levavam cargas de haxixe para Israel nos galões utilizados pelo exército judeu para abastecer de gasolina as suas tropas, em Sidon. Os galões, em vez de retornarem vazios, traziam de volta a droga.

Aviões apreendidos com cocaína colombiana



Geller/Mascal/Sipa Press



Smith-Gamma Liaison

As patrulhas antidroga da fronteira mexicano-americana: controle severo, porém nem sempre eficaz

Nacia Report

quantidades da droga para pagar as despesas de viagem e obter algum lucro.

Marselha foi um dos principais centros de distribuição da droga do Ocidente. Muitas vezes, a carga chegava contrabandeada pelos próprios tripulantes dos navios que ancoravam em suas costas, embora também tenha sido utilizado o velho recurso de descarregar no mar em caixas impermeáveis que depois eram recolhidas por barcos que saíam da costa francesa. É possível que o papel da União Corsa, que operava em Marselha, esteja agora em mãos da máfia siciliana. Segundo as autoridades italianas, Catânia, a segunda cidade da Sicília, substituiu a tradicional *french connection*. A Espanha também se transformou em um trampolim mediterrâneo para a droga destinada ao mercado norte-americano, calculando-se que Barcelona é um dos pontos de entrada do contrabando.

No caso do haxixe e do ópio que sai do território libanês, outra rota o leva para a África. A carga atravessa a fronteira com a Jordânia, em geral em caminhão, e a partir deste país é levada para Israel através do deserto do Sinai, em camelos. Daí é conduzida para o Egito, centro distribuidor para a Etiópia, Sudão e Líbia.

A droga pode chegar a ser apreendida, mas os beduínos — inigualáveis conhecedores do deserto — quase sempre fogem.

Esta rota através da Jordânia era a mais utilizada antes da invasão do Líbano por Israel. Isso porque o Líbano passou vários anos com sua fronteira real estabelecida pelas forças da ONU estacionadas ao longo do rio Litani e com a parte sul controlada pelas milícias do major Saad Haddad, aliado de Israel. Isso implicava, na prática, que não houvesse comunicações acessíveis por terra entre o sul do Líbano e a Galiléia, norte de Israel. A situação mudou com a invasão israelense: as forças de ocupação chegaram a Beirute e, depois de algum tempo,

recuaram para o sul do rio Awali. Isso significou, de fato, o restabelecimento da conexão terrestre entre o Líbano e Israel.

Segundo declarações publicadas na imprensa ocidental, “mais de 15 toneladas de haxixe inundaram Israel em 16 meses, transportadas em carros civis: o equivalente a 4 milhões de dólares”. As fontes que deram essa informação eram porta-vozes israelenses da polícia de fronteira. Em geral, os traficantes eram homens das milícias do major Haddad e, por isso, os guardas fronteiriços de Israel tinham feito vista grossa para o tráfico de narcóticos.

A crescente importância da Índia

Informações do mês de abril deste ano revelaram que, no caso do Extremo Oriente, “Bombaim e Nova Déli rapidamente se transformaram nos principais centros de organização, envio e tráfico da heroína proveniente da região do Passo Khyber” para a Europa e os Estados Unidos. A Índia entrou na rota das drogas pesadas pelas crescentes dificuldades que os traficantes encontram para exportá-la diretamente a partir do Paquistão. Em março de 1983, foi amplamente divulgada em todo mundo a apreensão da maior carga de heroína que se tem notícia: 421 quilos, na fronteira do Paquistão. A droga tinha sido preparada em território afegão por um grupo tribal paquistanês, e seu destino era Bombaim, na Índia.

Calcula-se que em território paquistanês, próximo à fronteira nordeste, se produzem de 32 a 170 toneladas anuais de ópio, mas o consumo interno é insignificante. A droga do Paquistão vai por terra rumo à Índia. Daí, sai, por via aérea, a partir de Bombaim ou Nova Déli, para os Estados Unidos, com conexões menos “queimadas” que a já tradicional, a partir de Karachi.

Como o consumo local está aumentando, uma parte da droga fica na região. "Encontramos a heroína disponível abertamente em Nova Déli, Bombaim, Colombo e Karachi", queixa-se o diretor da missão do *Drug Enforcement Administration* (DEA, o organismo oficial norte-americano para o combate à droga), em Nova Déli, John H. King. Segundo seus cálculos, pelo menos uma tonelada de heroína será levada este ano das fábricas em Khyber, através da Índia, rumo aos Estados Unidos. "A Índia será a próxima fronteira na produção de heroína", afirma King.

Os esforços realizados pelo governo de Nova Déli para combater os traficantes permitiram descobrir pequenas refinarias em Varanasi e Lucknow,

as primeiras localizadas no país.

No Afeganistão, a produção de ópio está reprimida e não se conhecem cifras recentes, mas o país chegou a produzir umas 100 toneladas anuais, sobretudo na região das tribos *pathan*, que usufruíam, para isso, na época da monarquia, do benefício da isenção de impostos.

Motivos políticos também mudaram a situação da produção e comercialização do ópio na chamada "Meia-lua dourada" (Irã, Afeganistão e Paquistão), que foi superada em importância pela Índia. No caso da produção e comercialização do "Triângulo dourado" (Laos, Birmânia e Tailândia), o seu auge foi durante a guerra do Vietnã. O tráfico foi sensivelmente abalado pela saída das tropas norte-ame-

A guerra do ópio

□ A primeira derrota imposta à China pelas potências ocidentais foi a chamada Guerra do Ópio de 1839-42. São significativas as origens desse conflito, pois constituem um exemplo clássico do "imperialismo do livre comércio" em ação. Seus antecedentes remontam ao comércio da *British East India Company* com a Índia e a China. O total das importações de mercadorias chinesas feitas por essa companhia britânica passou de cerca de 4,5 milhões de libras esterlinas em 1761-70 para mais de 19 milhões em 1821-30. Mais de 90% desse total correspondiam ao chá; seda e porcelana contribuíam com os 10% restantes. O problema da firma era como pagar essas importações, dada a relutância inglesa em exportar metais preciosos e dado o desinteresse da China pelos produtos do Ocidente.

As estatísticas das importações chinesas provenientes da Inglaterra e da Índia no período 1761-1833 mostram com clareza a evolução do problema. No decorrer do século 18, a *East India Company* pagou pelas importações de chá chinês — tão popular na Inglaterra — com três classes de produtos: prata inglesa, mercadorias inglesas e mercadorias indianas. A partir de 1800, a Inglaterra cessou de exportar prata; a exportação de mercadorias inglesas continuou mais ou menos sem alteração, mas a exportação de mercadorias indianas quase quadruplicou entre a década de 1791-99 e a década de 1821-30. O motivo desse dramático aumento foi o ópio indiano que os marinheiros europeus haviam introduzido em portos chineses pela primeira vez no século 17. Para defender esse crescente tráfico de drogas, altamente lucrativo, os porta-vozes da companhia argumentavam que, se não exportassem o ópio indiano

para a China, teriam de substituí-lo pela prata inglesa. As estatísticas, porém, desmentem tal justificativa: a balança comercial entre Inglaterra e China no período 1792-95 mostra que, excluído o ópio, as importações, pela China, de mercadorias inglesas e indianas (principalmente de algodão da Índia) eram suficientes para cobrir o custo das importações, pela Inglaterra, de mercadorias chinesas.

Não só eram falsos os argumentos da companhia em defesa do tráfico de drogas, como também eram sorrateiros os métodos de embarque da companhia, cujos navios transportavam caixas de ópio que, nos documentos de bordo, constavam como caixas de "salitre". E, enquanto isso acontecia, a diretoria da firma declarava em 1817 que, "se fosse possível evitar o uso da droga a não ser para fins medicinais, nós o faríamos de bom grado em benefício da Humanidade". Em tais circunstâncias, o número médio anual de caixas exportadas (cada uma das quais continha de 66,75 a 74,5kg de ópio) aumentou de 2.043 no período 1795-1800 para 24.355 na década de 1831-40.

O tráfico de drogas não só trazia enormes lucros diretos para a *East India Company*, como também aumentava os lucros indiretos estimulando o poder de compra, pela Índia, de produtos de algodão da Inglaterra. Daí o pânico que tomou conta dos industriais de Manchester quando o governo chinês começou a tomar medidas enérgicas contra a importação de ópio, e o entusiasmo com que eles apoiaram a Guerra do Ópio que se seguiu a tais medidas.

Pequim havia assinado decretos em 1729 e 1799 proibindo a importação de ópio, mas os embarques clandestinos (inclusive declarados como "salitre", como mencionamos anteriormente) aumentaram rapidamente no decorrer do século 19. As consequências para a sociedade chinesa foram devastadoras: aumento do número de

ricanas da região, as principais consumidoras.

No Laos, desde que o partido revolucionário *Neo Lao Haksat* passou a ser hegemônico, em 1975, das 100 toneladas produzidas (que eram em sua maior parte consumidas no próprio país) a cifra caiu drasticamente ao ponto de que o problema atual já não é mais o consumo, nem a produção local, e sim, a utilização do território laosiano para o tráfico do ópio, que é levado da Birmânia com destino a outros países da área.

A Birmânia não só produz ópio (os últimos dados disponíveis indicam uma produção de cerca de 100 toneladas por ano), mas numa área de aproximadamente 2 mil quilômetros quadrados na região fronteira com a Tailândia e o Laos refina uma

viciados com os resultantes problemas de saúde, pobreza entre as famílias afetadas, o desfalque das finanças imperiais e a corrupção de funcionários coniventes com os contrabandistas.

Em 1839, o imperador chinês enviou a Cantão um homem de comprovada integridade e firmeza, Lin Tse-hsu, com ordens para cumprir a proibição de importações de ópio. Lin apreendeu 20 mil caixas de ópio e destruiu-as numa cerimônia pública.

A guerra estourou em novembro desse ano. No decorrer das hostilidades, ficou patente a total inferioridade das forças chinesas. Dado o contínuo progresso da tecnologia militar européia, as condições eram muito mais desiguais do que na luta entre os conquistadores espanhóis e os astecas. Exemplo disso foi o plano chinês de amarrar foguetes às costas de macacos que deveriam, em seguida, ser arremessados a bordo dos navios de guerra ingleses. Teoricamente, as chamas se espalhariam em todas as direções e, com um pouco de sorte, poderiam atingir os paióis de pólvora e fazer explodir os navios. Dezenove macacos chegaram a ser levados ao quartel-general chinês, mas um oficial chinês confessou: "O fato é que ninguém ousava chegar suficientemente perto dos navios estrangeiros para atirá-los a bordo, de sorte que o plano não chegou a ser posto em prática". Assim, com apenas alguns navios e alguns milhares de homens, os ingleses puderam invadir, tranquilamente, porto após porto. Em 1842, o governo de Pequim capitulou e aceitou o Tratado de Nanquim, o primeiro de uma série de tratados injustos que iriam minar aos poucos a soberania chinesa.

Nos termos do Tratado de Nanquim, a China cedeu à Inglaterra a ilha de Hong Kong e abriu cinco portos ao comércio exterior — Cantão, Fu Tcheu, Ningpo, Amoy e Changai. Nesses portos, a Inglaterra poderia instalar seus cônsules e os co-

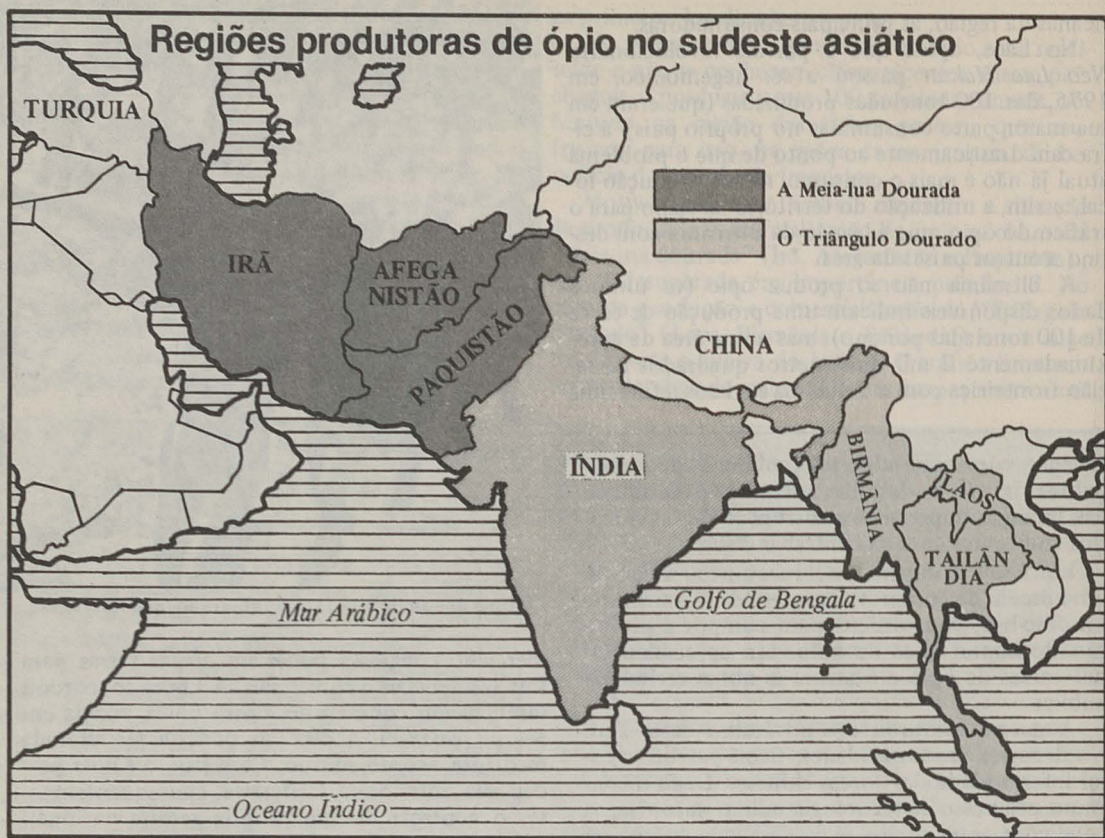


Tropas que ainda hoje fazem a guerra ao ópio no Oriente

merciantes ingleses poderiam alugar terras para fins residenciais e comerciais. A China concordou também em cobrar uma tarifa única, fixada em 5% *ad valorem*, a qual só poderia ser alterada mediante acordo mútuo. Com isso, a China perdeu sua autonomia tarifária e, conseqüentemente, o controle de sua própria receita nacional. Além disso, um tratado suplementar, assinado no ano seguinte, dava à Inglaterra o direito de extradição em casos de crimes, e incluía uma cláusula de "país mais favorecido" que concedia à Inglaterra quaisquer privilégios adicionais que a China viesse a estender a outras potências no futuro.

O Tratado de Nanquim não pôs fim aos atritos entre chineses e europeus. Estes últimos sentiam-se desapontados pelo fato de não ter o tratado produzido uma expansão comercial tão grande quanto esperavam. O remédio, pensavam eles, era obter novas concessões. Por seu turno, os chineses achavam que os tratados tinham concedido um número demasiado de privilégios e, assim, procuravam constantemente deixar de cumprir suas cláusulas. E, finalmente, os mercadores e aventureiros ingleses que agora acorriam aos portos abertos pelos tratados provocavam, com a rudeza e turbulência do seu comportamento, sentimentos de xenofobia entre o povo chinês.

* Este texto é uma tradução literal de um trecho do capítulo *China enters the Third World* (China entra no Terceiro Mundo) do livro *Global Rift (The Third World comes of age)* de L. S. Straviano, N. Y., 1981.



boa parte de sua produção, exportando heroína. Em algum momento, foi "o coração do comércio ilegal de drogas no sudeste asiático". Segundo um relatório oficial norte-americano, o comércio e a refinação estão em mãos de chineses refugiados na Birmânia durante os anos da revolução, em geral integrantes das forças de Chian Kai-Shek, que combateram contra Mao Zedong.

Contrariamente ao que as associações com "a guerra do ópio" podem induzir, os próprios responsáveis pelo combate à droga nos Estados Unidos admitem que "não existem provas reais de que a China tenha se incorporado ao tráfico ilícito do ópio e seus derivados". Tampouco há indícios de que o consumo de drogas na China tenha alguma expressão.

Em compensação, Hong Kong é o principal consumidor de ópio e heroína do sudeste asiático e possui importantes refinarias "operadas com grandes medidas de segurança", segundo relatórios dos serviços norte-americanos.

Em seu livro "Política e heroína no sudeste asiático", o prof. Alfred McCoy acusa a CIA e outras agências norte-americanas de apoiarem o tráfico de drogas na região por motivações políticas,

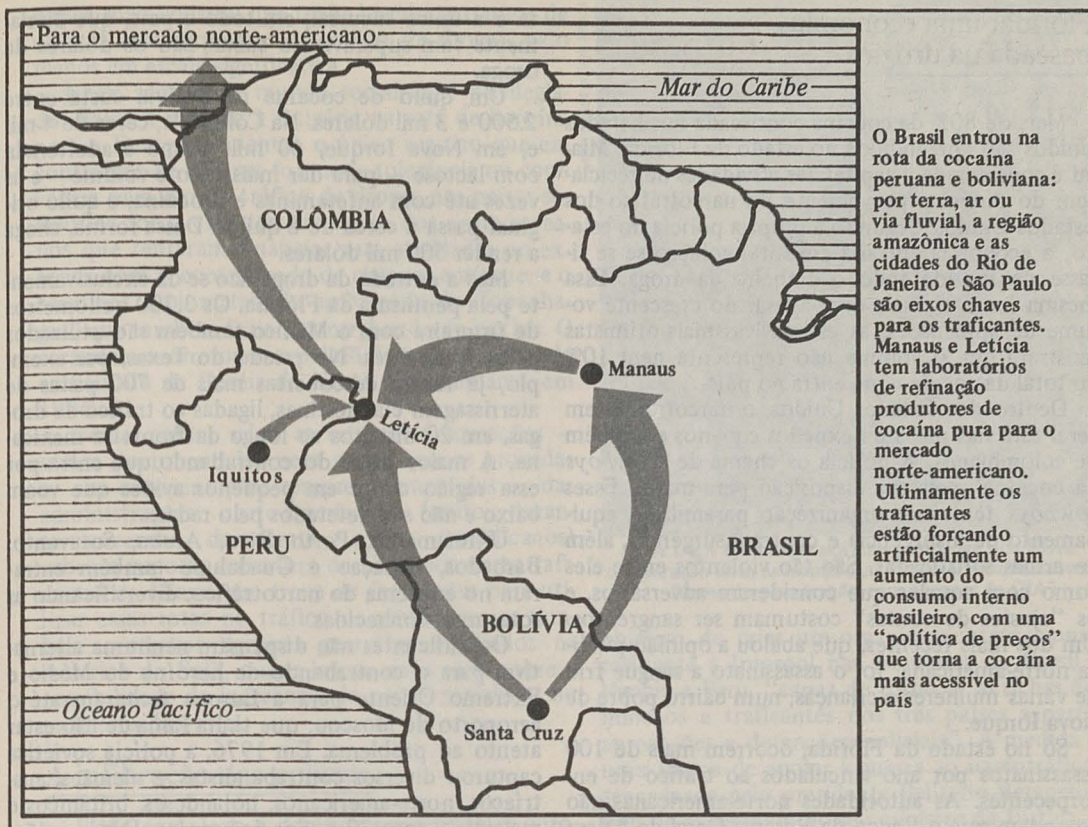
em geral em troca de informações.

Nas ruas de Nova Iorque, um quilo de heroína pura é vendida a 200 mil dólares. Se pensarmos nos 15 dólares por quilo de papoula de ópio que o camponês recebeu, há, no complexo processo de intermediação, um lucro superior a 10.000%.

A "conexão latino-americana"

No caso da cocaína, os lucros entre a fonte e os consumidores superam os 5.000%. As rotas utilizadas para levar essa droga rumo às "estações intermediárias", para a refinação, e, depois, para o seu destino final, na Europa e principalmente Estados Unidos, estão espalhadas por quase todos os países da América. "Não há nenhum país que não esteja envolvido", confirma um membro da DEA (*Drug Enforcement Administration*).

Na América do Sul, o Brasil é atualmente o principal país consumidor de drogas (cocaína e maconha) e também uma das principais "escalas" na viagem ao destino final. O Brasil tem para isso condições ideais, pela sua grande quantidade de portos e aeroportos, difíceis de controlar. Quem afirma isso é o conhecido colunista norte-



americano Jack Anderson, em artigos dedicados ao problema.

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados dos Estados Unidos constatava, já em 1973, que "a conexão latino-americana é responsável por 50% da heroína e 100% da cocaína que entra a cada ano ilegalmente no país".

Uma das rotas mais utilizadas a partir da Bolívia é a que de Cochabamba ou Santa Cruz leva a droga, por avião ou por trem, para o Brasil. No caso da via aérea, Rio de Janeiro e São Paulo são as cidades mais utilizadas. Por trem, a rota passa por Corumbá (Mato Grosso), embora haja uma via alternativa, através do Paraguai e Ponta Porã. A rota via Paraguai introduz uma novidade: a troca de drogas por carros roubados.

Do Peru, a coca pode ser levada, por terra, através do Equador em direção à Colômbia ou Panamá ou através da selva amazônica, rumo ao Brasil. Nesse caso, uma boa parte do trajeto é fluvial, de Iquitos (Peru) a Porto Velho, ou através de Letícia (na Colômbia) para Porto Velho, passando por Manaus. Já foram descobertos nessa rota aviões, lanchas, barcos menores e automóveis: uma complexa

infra-estrutura de transportes à altura das fabulosas fortunas que cada carga que chega ao destino rende. A maior parte dos aviões partem da Flórida, Carolina do Sul e Geórgia.

Só na rota que liga o Peru à Colômbia, calcula-se que são transportados mais de 20 quilos de cocaína por dia. A medida em que na Colômbia o governo desferiu mais golpes ao narcotráfico, as rotas vão sendo desviadas para o Panamá, que já funciona como centro distribuidor para todo o Ocidente. Ultimamente, porém, passou também de distribuidor a centro de processamento importante, em particular na região selvática do Darién. Em fins de maio passado, noticiou-se que o exército panameño tinha desbaratado uma quadrilha de 24 traficantes que estavam começando a montar uma verdadeira cidade-laboratório, avaliada em um bilhão de dólares, na Serra do Sapo, distante 60km da capital da província do Darién. Foram os índios que denunciaram às tropas do exército um estranho movimento de aviões, helicópteros e lanchas na região. O último refinamento dos traficantes, descoberto pela polícia, é a contratação "a preço de ouro" de químicos profissionais (chilenos, em geral) para obter a cocaína com 99% de pureza.

Flórida: uma economia baseada na droga

Mais de 80% da cocaína confiscada nos Estados Unidos são apreendidos no estado da Flórida. Miami é considerada a capital das atividades de reciclagem do dinheiro proveniente do narcotráfico dos Estados Unidos. Segundo a própria polícia do estado, a economia entraria em total colapso se se tirasse da Flórida todo o dinheiro da droga. Essa mesma fonte assinala que, apesar do crescente volume de apreensões, as estimativas mais otimistas mostram que o volume não representa nem 10% do total da cocaína que entra no país.

Dentro dos Estados Unidos, o narcotráfico em geral está nas mãos de exilados cubanos e também de colombianos. A polícia os chama de "cowboys da cocaína" pela sua disposição para matar. Esses cowboys têm uma organização paramilitar, equipamento de insurgência e contra-insurgência, além de armas sofisticadas. São tão violentos entre eles como com aqueles que consideram adversários, e os "ajustes de contas" costumam ser sangrentos. Um dos mais recentes, que abalou a opinião pública norte-americana, foi o assassinato a sangue frio de várias mulheres e crianças, num bairro pobre de Nova Iorque.

Só no estado da Flórida, ocorrem mais de 100 assassinatos por ano vinculados ao tráfico de entorpecentes. As autoridades norte-americanas não escondem que o Banco da Reserva Geral de Atlan-

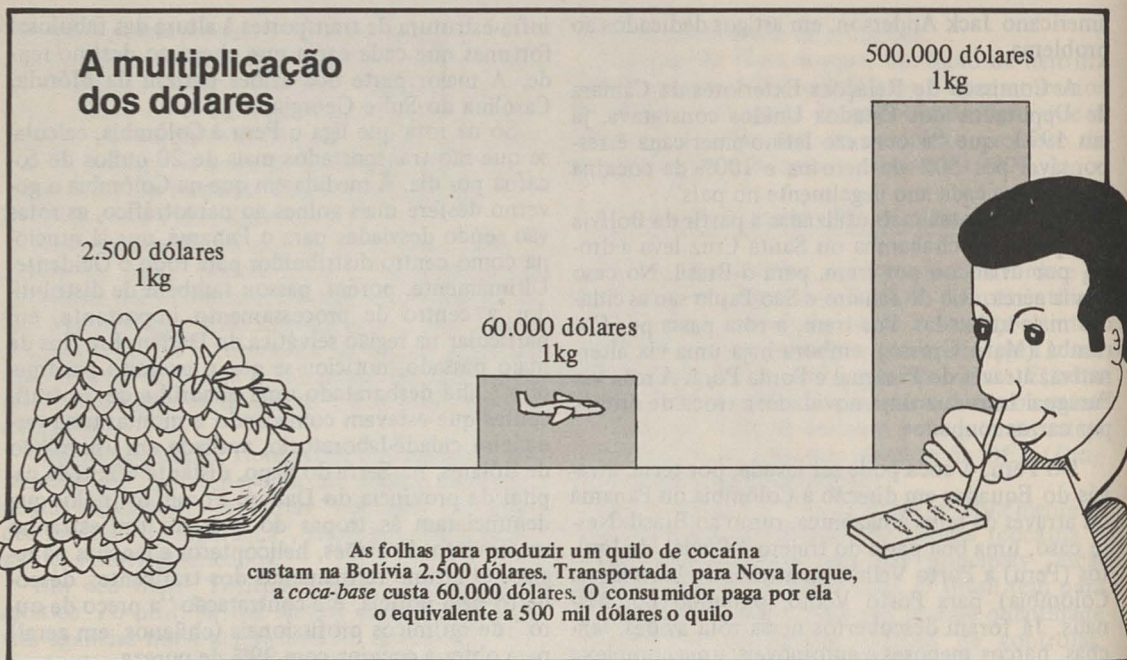
ta é a única sucursal, em todo o país, que diariamente tem superávit de caixa. São os dólares da droga.

Um quilo de cocaína na Bolívia custa entre 2.500 e 3 mil dólares. Na Colômbia, cerca de 4 mil e, em Nova Iorque, 60 mil. Como é adulterada com lactose — para dar mais peso e volume — e às vezes até com anfetaminas e procaína, o quilo original passa a cerca de 8 quilos. Dessa forma, chega a render 500 mil dólares.

Mas a entrada da droga não se dá exclusivamente pela península da Flórida. Os 3.200 quilômetros de fronteira com o México também são utilizados pelos traficantes. No estado do Texas, por exemplo, já foram descobertas mais de 700 pistas de aterrissagem clandestinas, ligadas ao tráfico de drogas, em 20 distritos ao longo da fronteira mexicana. A maior parte do contrabando que entra por essa região chega em pequenos aviões que voam baixo e não são detetados pelo radar.

Ultimamente, Porto Rico, Aruba, Sotavento, Barbados, Curaçao e Guadalupe também entraram no esquema do narcotráfico, diversificando as rotas mais conhecidas.

Os traficantes não dispõem nenhuma alternativa: para o contrabando de heroína do Médio e Extremo Oriente para a Europa tentaram até o aeroporto de Moscou, que tinha fama de não estar atento ao problema. Em 1976, a polícia soviética capturou diversos contrabandistas — alemães, austríacos, norte-americanos, holandeses, britânicos e malaios — com 30 quilos de heroína. Desde então,



nunca mais constou que tenha havido tentativas de utilizar esse esquema no tráfico de drogas, pelo menos em escala significativa.

Nesse sentido, o mundo socialista é privilegiado. Salvo a menção à Bulgária na rota de heroína para a Europa ocidental, o único registro que encontramos de alguma forma de tolerância ou conivência para com o tráfico de drogas nos países socialistas foi o caso tão divulgado dos norte-coreanos que tentaram financiar suas atividades no exterior com o contrabando de cigarros e uísque, e o caso dos diplomatas, da embaixada de Copenhague, que também faziam contrabando de haxixe. O escândalo acarretou a expulsão de três membros da embaixada da Coreia do Norte na Dinamarca, em 1976.

Desde então, salvo as reiteradas acusações — nunca documentadas nem muito menos provadas e, em compensação, sempre desmentidas — das administrações norte-americanas (tanto durante governos democratas como republicanos) sobre a suposta cobertura de Cuba aos narcotraficantes de Miami, em troca de facilidades para utilizar essas rotas no tráfico de armas para os também pretensos “grupos guerrilheiros aliados na América do Sul”, nunca houve nada sério sobre a possibilidade de ingerência de países socialistas no problema da droga.

A infiltração das polícias

É tão complexo o desafio apresentado às autoridades pelos narcotraficantes que a cada dia se consolida a convicção de que será impossível resolver o problema a nível nacional. Assim como as quadrilhas operam a nível internacional, muitos especialistas acham que devem ser criados mecanismos supranacionais para reprimir o contrabando de drogas. Na América Latina, a preocupação não é de hoje. Já em 1975, realizou-se em Cochabamba, Bolívia, a 1ª Conferência Regional de Países Limítrofes, da qual participaram a Bolívia, Argentina, Paraguai, Chile e Brasil, com a intenção de chegar a unificar os sistemas de segurança antidroga na região. Nas conclusões da reunião constatava-se a necessidade de reformular a legislação antitráfico nos países latino-americanos e se estendia o apoio ao DEA, dos Estados Unidos, como indica documentado artigo publicado na revista “Homem” pelo jornalista Percival de Souza, em 1976.

Recentemente, pouco depois do assassinato do ministro Lara Bonilla pelos narcotraficantes na Colômbia, realizou-se em Brasília uma reunião presidida pelo ministro da Justiça brasileiro, Ibrahim Abi Ackel, da qual participaram o embaixador da Colômbia, Germán Rodríguez, e um membro da embaixada peruana, Carlos Chichizola, com o



A DEA é uma das polícias antidroga dos EUA: cooperação com as homólogas latino-americanas ou uma forma de penetração com agentes da CIA?

objetivo de criar um organismo internacional semelhante à Interpol nas fronteiras do Brasil, Colômbia e Peru, “capaz de fornecer as fichas de criminosos e traficantes dos três países a partir de apreensões e detenções policiais”. A medida seria uma forma de apoiar a guerra ao narcotráfico desencadeada pelo presidente Belisario Betancur, depois do assassinato do seu ministro da Justiça.

Abi Ackel está preocupado com o alarmante aumento do consumo de cocaína no Brasil, o que, segundo suas informações, se deveria à queda do preço da droga no mercado norte-americano, pelo excesso de oferta nos últimos meses. O ministro teme que o preço baixe tanto que chegue a se igualar ao da maconha, ficando assim ainda mais acessível aos jovens.

Efetivamente, dados de fevereiro de 84, divulgados pela revista *US News and World Report*, indicam que “em Miami caiu em 50% o preço da cocaína pelo aumento da quantidade oferecida. A maconha manteve seu preço estável e a heroína subiu”.

A cooperação entre as polícias latino-americanas antidroga é uma inquietação recente. No entanto a cooperação de cada uma delas com a DEA norte-americana é antiga. Homens do Departamento de Narcóticos e outras instituições do combate às drogas do governo dos Estados Unidos, trabalham desde anos atrás em embaixadas de várias capitais latino-americanas colaborando com as autoridades locais.

Um estudo do *General Accounting Office* (GAO), publicado em 1976, mostra que a ajuda dos Estados Unidos às polícias da América Latina,

através do programa de narcóticos aumentou em 600% entre 1973 e 1974, "compensando exatamente o dinheiro cortado pelo Programa de Segurança Pública (*Public Safety Program*)" suspenso nesse ano de 1973. O relatório continua, afirmando: "Os tipos de armamento e os equipamentos antes fornecidos às polícias latino-americanas através da AID, agora são enviados através dos programas de narcóticos (...), mas não existe nenhuma garantia de que esses equipamentos sejam utilizados pelos agentes policiais para outros propósitos". Esse estudo foi citado, em setembro de 1979, no artigo "Corrompendo a Colômbia", da jornalista *free-lancer* Penny Lernoux (que normalmente escreve para o *The Nation* e *The Washington Post*) na revista *Inquiry*. Em *Nacla Report* (março/abril 1978) uma análise desse aspecto do problema da cooperação antidroga, cita mais dados: "A *Drug Enforcement Administration* (DEA) substituiu o Programa de Segurança Pública como cobertura para as atividades de agentes da CIA e está se convertendo num dos principais canais utilizados pelos Estados Unidos para fornecer ajuda e treinamento às polícias estrangeiras, em particular à mexicana". Agentes da DEA — prossegue o artigo de *Nacla Report* — administram o *Centro de Inteligencia de El Paso* (Epic), na fronteira do México, que tem um complexo sistema de computadores conectado a 14 sistemas federais norte-americanos de informação, incluindo o computador do FBI. O Epic está administrado por 15 agentes, alguns recrutados na CIA e entre as suas múltiplas funções, também está encarregado de vigiar o tráfico de drogas. "Mas, na verdade, não estamos atrás de criminosos" — admite Charles Updegraph Jr., um agente da DEA que chefia a Epic — "somos mais uma força de inteligência". De acordo com o colunista Jack Anderson, "64 ex-agentes da CIA agora trabalham na DEA e 13 agentes de narcóticos foram treinados em escolas de contra-espionagem da CIA".

Diversos documentos mostram que com a nova importância que a DEA adquiriu — foram transferidas para ela significativas quantidades de dinheiro e, como se viu, de agentes — a agência passou a cumprir um papel também novo: adaptar a teoria da segurança nacional ao campo das drogas. Segundo Penny Lernoux, "a versão atualizada da segurança nacional da DEA procura vincular a subversão aos narcóticos". Para a jornalista, nesse sentido foi dirigido o trabalho do embaixador norte-americano Diego Asencio durante os anos em que serviu na Colômbia. Curiosamente, o mesmo embaixador foi designado para a embaixada em Brasília, num momento em que o problema dos tóxicos se agrava no Brasil. "Os programas antidroga da DEA dão uma boa cobertura para as violações aos direitos humanos", conclui o artigo da *Inquiry*.

42 - terceiro mundo

O caso colombiano

Essa situação provocou reações sérias na América Latina. Na Colômbia, um dos países mais afetados pelo narcotráfico e todas as distorções que ele gera, o presidente Belisário Betancur era contrário à extradição de narcotraficantes para os Estados Unidos. E explicava sua posição "por razões filosóficas, jurídicas e de soberania". Mas a audácia dos últimos golpes o levou a rever suas posições e mudar de idéia, "convencido de que o tráfico de drogas é um crime universal". Outro ocupante da presidência da Colômbia, López Michelsen, tornou famosa uma frase sua a respeito das drogas: "Os norte-americanos estão corrompendo os colombianos e não os colombianos os Estados Unidos", alegando que era o crescente mercado consumidor da grande potência que acarretava a produção crescente de maconha e cocaína colombianas.

O narcotráfico é o motivo aludido agora — e muitas vezes no passado — para decretar o estado de sítio na Colômbia (que viveu quase 36 anos ininterruptos nessa situação anormal). A reação diante de uma situação semelhante, anos atrás, do senador Abelardo Forero Benavidez, foi: "Então, que os Estados Unidos militarizem também o estado da Flórida".

Naquela ocasião, o então presidente da Associação Nacional de Indústria, Fabio Echeverri, coincidente com o repúdio gerado em outras áreas da sociedade colombiana pela cada vez maior ingerência do governo norte-americano, afirmou: "A Colômbia não pode continuar obedecendo às ordens dos Estados Unidos para resolver o problema do vício das drogas naquele país ao preço de nossas instituições".

E um editorialista colombiano se perguntava: "Por que nosso país tem que pôr suas forças armadas para combater as drogas, se os Estados Unidos não fazem o mesmo?"

Ernesto Samper Pizano, presidente da Associação Nacional de Instituições Financeiras da Colômbia, ainda foi mais longe na entrevista que concedeu à revista *Alternativa* (nº 254, março de 1980). Ele propôs a legalização do cultivo e da exploração da maconha, que rende cerca de 1,4 bilhão de dólares anuais. "Os Estados Unidos reprimem o tráfico mas não o consumo e querem jogar todas as culpas sobre os produtores. Naquele país, 43 milhões de pessoas fumam maconha. É uma evidência de que o consumo está tão generalizado que a ninguém ocorre que possa ser tornado ilegal. Costume é lei: a maconha se tornou lei por costume nos Estados Unidos". (Na Colômbia, calcula-se que há 600 mil fumantes de *marimba*, como é chamada no local a *marijuana*, e cerca de 500 mil na Venezuela.)

A resposta a essas reações, por parte dos Estados Unidos, foi a de colocar em prática os ditames do manual da contra-insurreição. Imediatamente, o embaixador norte-americano Lewis A. Tambs divulgou, na imprensa, a versão de que o que acontece na Colômbia é uma "narco-guerrilha", denunciando uma pretensa aliança entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que operam na selva colombiana, e os traficantes de tóxicos. O governo o admoestou, por ingerência indevida nos assuntos internos do país, mas o ministro da Defesa, Gustavo Matamoros, fez eco de sua denúncia, que é particularmente grave num momento em que o presidente Betancur acaba de assinar uma trégua de um ano, com os grupos guerrilheiros incluindo uma anistia.

O novo ministro da Justiça, Enrique Parejo González, ao assumir o cargo em substituição ao assassinado Lara Bonilla, declarou que não acredita nessas versões. "Eu acho é que, salvo prova em contrário, há uma clara separação entre os narcotraficantes e a guerrilha. Uns e outros têm motivações completamente diferentes", declarou o ministro Parejo. E mandou um recado às autoridades norte-americanas: "Sendo um imenso mercado para a droga colombiana, os Estados Unidos têm um papel muito importante a cumprir. Não basta destruir as plantações. O que se deve fazer é frear, desestimular, o consumo nos Estados Unidos".

A ótica norte-americana

Alguns especialistas dos Estados Unidos compreendem o problema dos países produtores. "Temos que lutar contra séculos de tradição e não podemos forçar outro país a fazer alguma coisa só porque os Estados Unidos querem", declarou, no início deste ano, Francis Mullen, chefe do Departamento de Combate às Drogas norte-americano.

Entretanto em Washington o Congresso aprovou recentemente uma lei pela qual o Departamento de Estado deve ameaçar com o fim da ajuda norte-americana os países que não estejam de acordo com cortes específicos no cultivo.

Pelo alarmante aumento da incidência dos narcóticos houve nos Estados Unidos tentativas de se criar um cargo ministerial para coordenar a política antidroga. O presidente Reagan se opôs porque acha que esse papel está sendo cumprido pelo vice-presidente Bush, que supervisiona uma força-tarefa de fronteiras, e pelo procurador geral, que encabeça uma equipe de altos funcionários encarregados de aprovar a estratégia do setor.

Apesar disso, para algumas autoridades, os conflitos de competição entre as 33 agências federais norte-americanas que, em nove ministérios, se ocupam do combate aos tóxicos, é uma das mais for-

tes razões do fracasso da batalha contra o narcotráfico.

A razão de maior peso, porém, é a constante procura de narcóticos por parte de consumidores de todas as idades, nos Estados Unidos. O Instituto Nacional Contra o Abuso de Drogas informava, no princípio deste ano, que "um-terço da população adulta dos Estados Unidos alguma vez usou drogas ilegais, principalmente a maconha³". Essa mesma fonte, um ano atrás, fornecia a cifra de um quinto da população, registrando assim um alarmante incremento do consumo em um só ano.

Der Spiegel



Apesar das apreensões volumosas, é considerada um fracasso a política antidroga nos Estados Unidos

Em 1981, a revista *Time* afirmava que "os dados mais conservadores" indicavam 10 milhões de norte-americanos que consumiam cocaína habitualmente e outros cinco milhões que a haviam provado. Entretanto, admitia que outras fontes davam a cifra de 20 milhões de viciados em cocaína. "As vendas acontecem nos centros de recreação, nos parques, nos subúrbios. É um verdadeiro furacão", escrevia a revista.

Se apenas os traficantes de cocaína (sem levar em conta as outras drogas) no mercado norte-americano se unissem num truste, estariam se igualando à *Ford Motor Co.*, e à *Gulf Oil*, ocupando os lugares das mais poderosas transnacionais. Suas vendas estão calculadas em mais de 30 bilhões de dólares anuais.

E mais: há numerosas evidências médicas de que o consumo de coca nos Estados Unidos é crescente em suas formas mais perigosas: injetada, como solução, ou com um processo químico (*freebasing*)

³A população atual dos Estados Unidos é de 226 milhões de pessoas, ou seja, um-terço seriam uns 75 milhões.

que permite ser aspirada. Tanto uma como a outra forma são as mais viciantes. Existe também quem misture cocaína com maconha ou com heroína, esta também uma droga altamente viciante. “É como tomar um elevador a 100 quilômetros por hora até a torre do Empire State Building e depois alguém cortasse o cabo”, descreve um ex-viciado.

“Em alguns luxuosos salões da Madison Avenue, de Nova Iorque, serve-se cocaína aos clientes em vez de *martini*”, contava uma alta executiva, enquanto uma garçonete confessava que, em Los Angeles, onde trabalha, muitos clientes lhe deixam

cocaína em vez de gorjeta.

Uma das maiores preocupações dos altos escalões de Washington, nesta época de “guerra nas estrelas”, é o consumo de cocaína, maconha, haxixe e outros alucinógenos por parte de funcionários que trabalham em usinas nucleares. Trinta pessoas — inclusive três guardas de segurança — foram detidas por venderem cocaína e outras drogas dentro de uma instalação nuclear no Vale do Diabo, em San Luis Obispo, Califórnia, em dezembro de 1983.

Por quê, porém, essa procura crescente de drogas nos Estados Unidos e na Europa?

“Punks”: droga, sexo e neonazismo, um fenômeno das sociedades altamente industrializadas

□ “Quanto mais mísseis nucleares forem instalados, melhor, pois assim todos se convencerão de que não há futuro”. Quem assim fala é Swen, um jovem de 18 anos que pertence a um grupo de *punks* que perambulam pelas ruas de Bonn.

Os *punks* surgiram na Inglaterra em fins dos anos 70 e logo se espalharam por outros países da Europa Ocidental. Se autodefinem em favor da “anarquia”, porém “não como a postulam Mikhail Bakunin ou os anarco-sindicalistas espanhóis, pois eles estão adaptados ao sistema”.

“Não queremos criar nada novo. Nem sequer mudar o mundo ou contribuir para o bem-estar da comunidade. Só queremos é gozar a nossa

breve vida, gozar do sexo, da música, dos filmes de violência e brutalidade, beber álcool, fumar maconha e adquirir droga da boa”. Assim os *punks* definem os seus *ideais*. Eles acusam os mais velhos de terem colocado a ciência e a tecnologia a serviço da destruição da Humanidade.

“Como fenômeno de protesto e rejeição pela sociedade capitalista altamente industrializada eles não inovaram: já nos anos 50, tivemos os *rockers*, com as suas jaquetas de couro preto; nos 60, os *hippies* e as roupas indianas, e até há pouco os *poppers*, que tentavam recuperar os anos 20”, comentava um psicólogo citado pela agência IPS. “A novidade é que, à diferença das décadas anteriores, influenciadas pelo pacifismo, agora emerge um movimento que apregoa a violência para solucionar os problemas e que afirma que a sociedade altamente tecnológica não tem futuro”.

Os *punks* pintam o rosto, tingem os cabelos de azul, verde ou vermelho e se vestem de preto. “Para quê trabalhar — perguntam — se daqui a pouco tudo desaparecerá?”

Nos últimos anos, os *punks* ou *skin-heads*, sob a influência do álcool e das drogas, têm sido protagonistas de verdadeiras batalhas que acabaram com numerosos feridos e detidos. Em geral, são simpatizantes dos grupos neonazis e alguns deles na Alemanha Federal recentemente espancaram de forma brutal trabalhadores turcos e gregos e reivindicaram a expulsão dos estrangeiros do país.

Um estudante boliviano bolsista na cidade alemã de Colônia, um dos centros dos *punks*, comentou: “Para nós, latino-americanos, é um movimento difícil de entender. Só é possível surgir algo assim numa sociedade altamente rica e desenvolvida. Nos nossos países, onde a miséria é o pão de cada dia, ninguém vai se fantasiar de pobre para sair protestando nas ruas”.

* Este artigo é baseado no texto de Roberto Ampuero Espinoza, colaborador em Bonn da agência IPS, “*Punks*: entre jovens desempregados, o temor de uma guerra nuclear”.



Ray Raborne

Os “punks”: uma reação violenta e cética

Para alguns, um dos principais motivos é a alta competitividade da sociedade norte-americana. Outros pensam que é porque os norte-americanos estão habituados a usar um comprimido para cada coisa e não se acostumam a ter que cumprir suas obrigações diárias, embora não estejam "cem por cento" anímica ou fisicamente.

Outros apontam que, em muitos círculos, a droga é vista como afrodisíaco ou destacam a falta de incentivo da juventude para construir seu próprio futuro. "O mal de hoje é viver o presente sem sentir responsabilidade com a herança que vamos deixar para as futuras gerações", comentava um sociólogo. Em geral, todos concordam em que a explicação é complexa e não se esgota num simples desejo de alcançar "o prazer".

Talvez a reflexão mais acertada seja a do articulista Michael Demarest, da revista *Time*: "O vício da droga que nasce do desejo de fugir às más notícias cotidianas não será enfrentado eficazmente dando-se destaque às más notícias sobre a própria droga. Assim, a classe média norte-americana continua sucumbindo ao poder desse pó de aparência cristalina. E não será fácil convencê-la de que os tempos melhores são *construídos e não cheirados*".

Reflexões

Quais os temas colocados pelo problema da droga para quem, no Terceiro Mundo, deseja e necessita enfrentá-lo?

Embora esta exposição seja apenas a "ponta do iceberg" — pois o vício exige uma abordagem multidisciplinar, que estude a partir de uma perspectiva comum os desafios científicos, econômicos, políticos, sociais e até sociológicos que há por trás da questão — é necessário separar os três níveis do problema: os plantadores, os traficantes e os consumidores.

Os camponeses que plantam a coca, a *khat*, a *cannabis* e a papoula dormideira do ópio no Terceiro Mundo desenvolvem, em geral, essa atividade secular para garantir a sua sobrevivência. Quando consomem as plantas, como acontece com os camponeses bolivianos e peruanos, além dos aspectos culturais, o fazem para complementar uma dieta insuficiente.

Os países produtores têm na droga, portanto, um desafio social; os camponeses poderão se dedicar a outras culturas na medida em que haja uma revisão de todo o sistema de exploração agrária e se receberem para isso o apoio oficial (recursos para sementes, infra-estrutura etc). Enquanto isso não puder ser concretizado, fica colocada a alternativa de legalizar ou não os cultivos. Há múltiplas evidências de que os camponeses preferem a legalização dos cultivos, como a recente marcha a Cuzco (Peru) dos plantadores de coca da região,



A geração da droga nos EUA: uma forma de fugir da dura realidade

exigindo seu reconhecimento por parte do governo. Também há numerosos exemplos de que a simples decretação de sua ilegalidade não acaba com as plantações.

O problema preocupa largos setores sociais dos países produtores que reivindicam um estudo amplo e público, com a participação dos camponeses produtores, através de suas associações.

No caso dos traficantes, não há opiniões divergentes. Existe unanimidade, seja nos países produtores do Terceiro Mundo, seja nas sociedades consumidoras altamente industrializadas, no sentido de reprimir o tráfico ilegal, gerador de fabulosas fortunas que permitem qualificá-lo de uma nova transnacional. E que contribui para distorcer ainda mais o funcionamento das debilitadas economias dos países produtores, impondo o crime como forma de operação, a corrupção como meio de penetração e utilizando os países terceiro-mundistas como "mercados alternativos" — quando o mercado dos Estados Unidos ou dos países europeus se saturam por suas custosas "exportações" — sendo assim responsáveis por um incremento artificial do consumo de drogas em sociedades pobres.

Se existe unanimidade quanto à necessidade de

combater e reprimir o narcotráfico, há discussão em relação às formas, métodos e alcances que a estratégia repressiva deve ter.

As bem documentadas denúncias, como a do articulista norte-americano Jack Anderson, sobre o uso do combate à droga como cortina de fumaça para encobrir a infiltração das polícias e outros órgãos repressivos do Terceiro Mundo, levaram numerosos partidos políticos e personalidades a exigir um debate aberto sobre a repressão ao narcotráfico, para a qual, calculam, devem existir estratégias nacionais bem definidas. Torna-se necessário delimitar os alcances e formas que devem ter a colaboração e a ajuda logística dos organismos anti-droga dos Estados Unidos. Alegam esses grupos políticos, que para impedir que o combate ao tráfico ilegal de drogas possa ser utilizado para repetir dramáticas experiências de colaboração nos órgãos repressivos, como as que no Cone Sul levaram ao sequestro, em Porto Alegre, dos uruguaios Lilian Ciliberti e Universindo Díaz. Que a DEA não se transforme na versão dos anos 80 da AID da década de 60, que trouxe "a ajuda para o desenvolvimento" nas malas cheias de receitas de tortura, como as de homens tipo Dan Mitriane.

Finalmente, coloca-se o problema do mercado consumidor, o outro extremo dessa penosa corrente. Diversos governos do Terceiro Mundo exigem dos Estados Unidos uma atitude mais clara em relação ao combate ao consumo. Citam os exemplos que a história oferece — China, Japão, Egito —, para afirmar ser possível acabar com o consumo de drogas, desde que haja determinação em fazê-lo. Se 70 milhões de chineses viciados em ópio ou várias dezenas de milhões de japoneses viciados em anfetaminas desapareceram como problema no curso de uns poucos anos, é possível — indicam esses dirigentes — para um país tão poderoso como os Estados Unidos, acabar com o seu problema, mesmo quando os índices já situem os viciados em torno de 45 milhões de norte-americanos.

Para isso, é necessário que sejam implementadas medidas repressivas severas e que se estruture a sociedade de forma a que os ex-viciados possam encontrar novas dimensões da vida na comunidade, que lhes permitam refazer sua vida pessoal, profissional e social. É aí que surge o ceticismo de alguns analistas que se perguntam: se os viciados buscaram na droga uma forma de fugir aos ditames de uma sociedade que não os aceita, não procurariam mudá-la no caso de poderem fugir ao círculo infernal de dependência que os estupeficientes geram? Poderá o *establishment* norte-americano levar adiante uma política dura de combate à droga se suspeitar que esses milhões de cidadãos, que já não serão neutralizados pelos efeitos dos narcóticos poderão voltar-se contra as leis e as estruturas que ele representa? ●

Drogas naturais e sintéticas



As drogas se classificam, em geral, de acordo com os efeitos que produzem, mas também podem ser divididas em duas grandes categorias: as naturais e as sintéticas. Entre as naturais, ou extraídas de plantas, estão as de maior consumo: cocaína, heroína, maconha, haxixe. As sintéticas mais conhecidas são o LSD e as anfetaminas.

A cocaína ($C_{17}H_{21}NO_4$), é um alcalóide vegetal cuja origem remonta às plantações de coca (do aimará *khoka*, "árvore") pré-colombianas dos incas nas encostas orientais dos Andes. O elemento ativo (cocaína) foi extraído da planta em 1860 pelo químico alemão Albert Nieman. Poucos anos depois, em 1884, Sigmund Freud escreveu seu famoso ensaio *Über Coca*, onde a descreve como "um estimulante incomparável" e já em 1886 o psicanalista a receitava como "um valioso tônico cerebral, remédio para todos os distúrbios nervosos: enxaqueca, nevralgia, histeria, melancolia etc..." A cocaína se converteu sob esse impulso freudiano até em refresco, sob o nome de Coca-Cola, em fins do século passado. Somente quando, em meados deste século (1906), foram reconhecidos seus poderes de criar dependência e a droga foi proibida nos Estados Unidos — onde por muitos anos foi vendida livremente em farmácias —, a cocaína deixou de ser incluída na misteriosa fórmula da Coca-Cola, que contudo ainda hoje continua usando outros componentes, não ativos, da folha da coca.

Em 1885, a companhia farmacêutica *Park-Davis* a divulgava como uma "droga maravilhosa que chegará a substituir a comida, fará do covarde um valente, do calado um eloquente e libertará as vítimas do álcool e do ópio". Charles Chaplin, em seu

clássico “Tempos Modernos”, cheirava um pozinho branco antes de enfrentar os desafios; e o empresário corso do século 19 Angelo Mariani misturava a folha da coca com um vinho fino e o vendia como *Vin Mariani* a figuras tão proeminentes como o papa Pio 10, os reis da Espanha, Grécia, Suécia e Noruega, Emile Zola, Alexandre Dumas e Júlio Verne. O escultor francês Federico Augusto Bartholdi, criador da estátua da Liberdade, confessou que se antes de construí-la tivesse degustado o *Vin Mariani*, “a teria feito algumas centenas de metros mais alta...”

We are justified in saying: Never has anything been so highly recommended and every trial proves its excellence.

“Mariani Bottle” showing Shape and Label.

“Mariani Bottle” showing Original Wrapper.

Size of Regular Bottle, half litre (about 7 ounces).

Never sold in bulk—to guard against substitution.

VIN MARIANI
Nourishes - Fortifies
Refreshes - Strengthens the System.
Aids Digestion - Strengthens the System.

Unequaled as a tonic-stimulant for fatigued or overworked Body and Brain.

Prevents Malaria, Influenza and Tasting Diseases.

We cannot aim to gain support for our preparation, so through cheapness, we give a uniform, effective and honest article, and respectfully ask personal testing of *Vin Mariani* strictly on its own merits. Thus the medical profession can judge whether *Vin Mariani* is deserving of the unequalled reputation it has earned throughout the world during more than 30 years.

Inferior, so-called Coca preparations (variable solutions of Cocaine and cheap wines), which have been proven worthless, even harmful in effect, bring into discredit and destroy confidence in a valuable drug.

We therefore particularly caution to specify always “VIN MARIANI,” thus we can guarantee invariable satisfaction to physician and patient.

jovens norte-americanos de hoje, a cocaína é um símbolo de status como para sua geração havia sido ter um automóvel. “Um sério problema nesse sentido é que não se aplicam penas severas por porte de cocaína”, lamentava.

Noventa por cento da coca é proveniente do Peru e da Bolívia. A folha tratada por processos químicos dá origem a uma pasta marrom, que depois de purificada é branca e se conhece como *coca-base*. Nessa etapa do processo, a pasta é encaminhada a laboratórios clandestinos, a maior parte dos quais se encontram na Colômbia, para completar o processo de refinação e então exportá-la para o mercado consumidor, basicamente os Estados Unidos.

A heroína é outra das drogas que, como a cocaína, são consideradas “fortes”. É extraída da papoula dormideira que dá origem ao “ópio”, um látex. Há três grandes regiões produtoras de ópio atualmente. Na Ásia, no chamado “Triângulo dourado” (Birmânia, Laos e Tailândia) e na “Meia-lua dourada” (Irã, Afeganistão, Paquistão e mais recentemente Índia) e no México onde foi introduzido pelos narcotraficantes. A Turquia foi o maior produtor e ainda produz “o melhor ópio do mundo”, mas a política sistemática de combate e erradicação dos cultivos por parte dos sucessivos governos reduziu muito sua participação no mercado mundial. Por motivos semelhantes, está diminuindo a produção no Paquistão. A Índia está ocupando esse espaço e se transformou nos últimos anos em um grande produtor.

O nome *ópio* é uma deformação europeia de Afyon, uma região da Turquia ocidental onde há mais de 1000 anos se cultiva a papoula. Essa estranha planta foi introduzida no Oriente Médio pelas caravanas de mercadores provenientes da Turquia. Diz-se que as donas de casa das regiões onde se situam hoje a Síria e o Líbano foram descobrindo poderes extraordinários em um líquido que extraíam do talo, que curava “as dores do corpo e da alma”. As terras pouco férteis de Afyon não se prestavam para outros cultivos e, com o ópio, os camponeses foram subsistindo.

A expansão do ópio no Oriente Médio e no Extremo Oriente deveu-se não somente à troca através das caravanas de mercadores, como também basicamente aos interesses econômicos do colonialismo inglês. Foram justamente marinheiros britânicos que o introduziram na China, a partir da Índia, no século 17, criando uma distorção no intercâmbio comercial que resultou no que se conhece como a *Guerra do Ópio* (1839-1842).

Quando no século 19 foram descobertas e isoladas, a partir do ópio, a *codeína* e a *morfina* (1803) e mais tarde a *heroína*, a planta acabou de perder toda conotação inocente para converter-se na matéria-prima de alguns dos mais perigosos en-

Nos Estados Unidos, a cocaína hoje é chamada *the all american drug* (“a droga de todos os americanos”), pois não está mais restrita aos círculos mais ricos ou às estrelas de Hollywood, como até uma década atrás. Um completo informe a respeito do *Time* (06/07/81), afirma que atualmente a coca é a droga usada por milhões de sólidos e convencionais cidadãos norte-americanos, advogados, homens de negócios, banqueiros, burocratas do governo, políticos, policiais, estudantes. E menciona o testemunho de um adepto: “Depois de cheirar um pouco de cocaína me sinto um homem novo. O único problema é que esse homem novo deseja cheirar um pouco mais”.

Um pai de família se queixava de que, para os

torpecentes da atualidade. E foi em função desse poder que seu cultivo se expandiu e multiplicou, cruzando oceanos e chegando inclusive até o México.

O xá do Irã, Reza Pahlevi, ambicionando o poder que gera o tráfico do ópio, se propôs a superar a Turquia como primeiro produtor (1969) e reservou 20 mil hectares para o cultivo da papoula. Em 1955, o ópio havia sido proibido no país, onde naquele ano o número de viciados era estimado em

1,5 milhão. Até a revolução do aiatolá Komeini (1980), calculava-se o número de adeptos no Irã em uns 400 mil que não só fumavam como comiam o ópio. Atualmente essa cifra diminuiu muito devido à repressão da revolução islâmica. O Irã ainda é usado pelos traficantes de entorpecentes na rota para a Europa, apesar das dificuldades criadas pelo regime de Teerã, que fizeram com que diminuíssem substancialmente as cargas que passam por esse país.

Holanda discute a legalização da heroína

□ Em Amsterdã, vai começar uma experiência que está suscitando todo tipo de comentários nas diversas capitais européias: 300 viciados em situação de dependência física vão receber gratuitamente heroína, pelo período de um ano. A experiência terá controle médico e será objeto de pesquisas científicas.

O autor do plano de legalização da heroína é Peter Cohen (40 anos, professor de Psicologia Social na Universidade de Amsterdã) e conta com a colaboração do socialista Ed Van Thijn, presidente da Câmara Municipal de Amsterdã.

Nessa cidade, a polícia tolera até 20 gramas de haxixe por pessoa. Uma planta pintada na entrada dos *coffee-shop* quer dizer que aí dentro se vende essa droga. (Curiosamente, nesses estabelecimentos está proibido vender bebidas alcoólicas). Apelidada hoje de *little New York* (pequena Nova Iorque), Amsterdã é o paraíso dos drogados europeus. Segundo o semanário lisboeta "Expresso", numa matéria a respeito (05/05/84) encontra-se aí "mais droga que em qualquer outra capital do continente". Os estudos oficiais estimam em "várias dezenas de milhares os que consomem estupefacientes de todos os gêneros". O grama de haxixe é vendido a 10 florins (cerca de 27 dólares). Porém, não é só essa droga que é comercializada nas *cafeterias*: heroína e cocaína também. No mercado negro holandês, um grama

A legalização da heroína: uma experiência controversa



Dias da Silva/Sigma

de heroína é comercializado a 200 florins (cerca de 540 dólares).

Amsterdã tem 700 mil habitantes, entre os quais cidadãos de 121 nacionalidades. Os estrangeiros mais numerosos são os surinameses, mas também há muitos europeus.

Os viciados frequentam, em geral, Zeedjik, um bairro do centro da capital holandesa, outra praça de marujos, e Haarlem, Dam, nova e velha Hoogstraat. Muitos se prostituem, na maioria garotas que necessitam obter o dinheiro para a "dose de tranquilidade". São conhecidas como as "prostitutas da heroína". Porém, os homens também se prostituem, ainda que em número menor.

Em 1983, segundo o informe do "Expresso", as apreensões na Holanda totalizaram 50 quilos de heroína, 21,5kg de cocaína, 45kg de anfetaminas, 60 mil tabletes de tranquilizantes e 5.500 comprimidos de Methadona.

Em geral, os responsáveis da polícia se opõem ao plano do município. "Esperamos que eles experimentem para ver o que dá", declara Hellen Van Der Veydeu.

O governo holandês fez restrições ao projeto, inspiradas nos protestos que se multiplicam em países vizinhos. A Suécia, como represália, deixou de comprar tomates holandeses, e a Alemanha Federal levanta a voz para dizer que é tempo de acabar com esta "discussão louca".

Para os opositores do projeto, ele irá atrair o "turismo dos drogados". O presidente da Câmara responde: "A nossa tolerância não é louca, nem total. Tudo o que aceitamos é o fato de que há drogados. E capitular é ignorar o problema e fazer como se ele não existisse". Peter Cohen explica assim o plano: "Tem dois grandes objetivos. O primeiro, é diminuir a ilegalidade das drogas, libertando-as do mercado negro. É necessário integrar socialmente a utilização da droga e os jovens dependentes. A desintegração social é perigosa. O segundo objetivo é diminuir a frequência dos acontecimentos perigosos para a coletividade. Nós temos intenção de estabelecer o máximo de aproximação entre o viciado e a sociedade".

A fabulosa "sinsemilla"

A maconha, o haxixe e o *khat* (consumido sobretudo no Chifre da África) são considerados "drogas leves", toleradas e até legalizadas em alguns países.



Michael Kleinitz-Black Star
Camera Press

A seita rastafariana da Jamaica usa maconha nos rituais

A maconha é produzida no México, Colômbia, Jamaica,¹ Paraguai e nos Estados Unidos.² "Ninguém sabe exatamente quanta maconha cresce nos Estados Unidos", queixa-se um dos responsáveis pela repressão às drogas. Mas as estimativas permitem supor que a produção supera os 10 bilhões de dólares ao ano e que está entre os três produtos mais cultivados no país. As crescentes pressões visando evitar o ingresso da droga pelas fronteiras, torna ainda maior a tentação de cultivá-la no país. E mais, a variedade cultivada nos Estados Unidos, conhecida como *sinsemilla* (sem semente) tem uma porcentagem do ingrediente ativo, o THC (delta-9-tetrahydrocannabinol) muito maior que o normal. Encontra-se de 1 a 1,5% de THC nas variedades comuns de maconha, enquanto que a *sinsemilla* tem de 12 a 13%. Existem cultivos em pelo menos 11 estados norte-americanos e suspeitas de que existam em vários outros.

O *paraquat* (herbicida usado para destruir as plantações e que foi o responsável pelo êxito da política desenvolvida pelo México na década de 70) se mostrou inútil em relação à *sinsemilla*. E o fato de que em pequenos espaços se obtêm altos rendimentos permite camuflar essas plantações misturando-as com outras folhagens, razão pela qual não são descobertas através de levantamentos

¹Na Jamaica, a maconha é utilizada pela seita rastafariana nos seus rituais. Calcula-se que o tráfico de maconha gere 1 bilhão de dólares ao ano só nessa ilha do Caribe.

²Em pequenas quantidades (comparadas com as grandes áreas nesses países), também está sendo cultivada no Peru, Equador e Brasil, na região amazônica.



Um plantador dos EUA observa a sua *sinsemilla*

aerofotográficos, como acontece com as outras variedades. Sabe-se, por exemplo, que em praticamente todos os parques nacionais dos Estados Unidos existem cultivos de maconha.

O haxixe é muito consumido no Oriente Médio. Um dos principais produtores é o Líbano, principalmente no vale de Bekaa onde alguns calculam em 2.600km² a área dedicada a esse cultivo. Também há fazendas produtoras de haxixe no Irã e Afeganistão, embora estudiosos do problema acreditem que as revoluções de Komeini e de Barbak Karmal tenham diminuído sua importância em ambos os países. A *cannabis*, de cujo pólen se obtém o haxixe, sustenta — segundo estimativas não confirmadas pelo governo — umas 120 mil pessoas no Líbano. A produção, calculada em umas 800 mil toneladas anuais, permitiria uma "exportação" de umas 2 mil toneladas de haxixe refinado, cerca de um-terço do volume total da droga colocada no mercado do Ocidente.

As drogas sintéticas, curiosamente, contribuem para reproduzir no universo dos narcóticos o ciclo produtivo do mundo moderno: enquanto que o Terceiro Mundo (América Latina com a coca, principalmente; a África com o *khat*; e a Ásia com o ópio e o haxixe) é exportador de *matérias-primas* para a elaboração de drogas, os países desenvolvidos nos abastecem com produtos industrializados — LSD e anfetaminas — produzidas principalmente nos Estados Unidos, na Holanda e na Inglaterra. ●

DROGAS

OMS: "O cigarro e o álcool também são drogas"

A Organização Mundial da Saúde (OMS) elaborou uma classificação de drogas de acordo com seus efeitos e com os padrões de comportamento determinados pelo seu uso excessivo. A classificação compreende as nove categorias seguintes: 1) grupo de álcool-barbitúricos: drogas depressoras do sistema nervoso central, sedativas e soporíferas; 2) anfetaminas e substâncias derivadas: drogas que estimulam o sistema nervoso central, reduzindo a fadiga e o sono; 3) *cannabis* (maconha, haxixe): drogas que produzem estado de prazer associado a sensações muito fortes; 4) cocaína: extrato natural das folhas da coca sul-americana, que serve como estimulante e euforizante; 5) alucinógenos (LSD e substâncias similares): drogas que produzem deformações perceptivas, sensação de êxtase e euforia; 6) *khat*, estimulante, usado sobretudo na Etiópia e no Iêmen; 7) opiatos ou opióides: grande variedade de substâncias naturais ou sintéticas de efeitos morfínicos que aliviam a dor e induzem a um estado de indiferença diante de situações ameaçadoras; 8) solventes voláteis: cola, gasolina e fluidos de limpeza que, quando inalados ou aspirados, produzem um estado de intoxicação semelhante à embriaguês alcoólica, mas que às vezes provoca "viagens" alucinógenas e 9) tabaco: plantas utilizadas com efeitos tanto estimulantes quanto relaxantes.

Estimulantes e depressivos

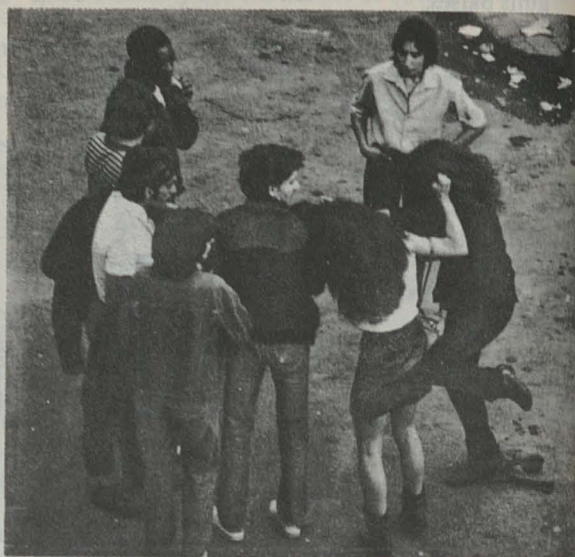
As anfetaminas pertencem à família das drogas que produzem uma diminuição da fadiga e perda do apetite. Em algumas pessoas levam à hiperatividade, daí o termo "estimulantes".

Sintetizadas em 1887, só foram apresentadas publicamente em 1932, comercializadas com o nome de Benzedrina, em inalantes nasais. O público logo descobriu seus efeitos estimulantes. Durante a 2ª guerra mundial, davam-se anfetaminas aos pilotos e soldados para evitar que dormissem.

N. R. — A maior parte dos dados fornecidos nesta matéria foram transcritos do ensaio "Drogadictions", do dr. Ray J. Hodgson, professor de Psicologia Clínica na Unidade de Pesquisa do Vício do Instituto de Psiquiatria de Londres.

50 - terceiro mundo

A maneira mais perigosa de usar a anfetamina é a injeção intravenosa de grandes doses durante vários dias. O viciado fica acordado durante seis dias ou mais, tornando-se cada dia mais tenso, trêmulo e paranóico.



Tratamento para viciados em Madri

A cocaína também tem propriedades estimulantes, mas é uma substância natural. O seu uso regular pode induzir à depressão, perda de peso, e, se se aumentam as doses, pode causar paranóia, alucinações, colapso físico, além de destruir a mucosa nasal (por onde é aspirada). As drogas derivadas do ácido barbitúrico, chamadas barbituratos, têm efeitos mais ou menos opostos aos das anfetaminas. Por isso são chamadas de "depressivas". Nos Estados Unidos, já na década de 50, cientistas do Centro de Pesquisas do Vício de Lexington demonstraram que doses elevadas de álcool e barbituratos têm efeitos quase idênticos: provocam dependência e graves sintomas de retraimento patológico ao convívio social. Os barbituratos são a droga mais comumente usada pelos suicidas.

Ópio e heroína

Durante a maior parte do século 19 podia-se comprar livremente opiatos como se compra hoje aspirina. O láudano — mistura de álcool e ópio — era o medicamento escolhido por muitos viciados em ópio, entre eles Thomas de Quincey, autor de "Confissões de um comedor de ópio".

No final do século 19, foi lançado um novo derivado da morfina, a heroína, como antitussígeno.

Os ópios e derivados produzem euforia, entorpecimento e fantasias. A heroína, além disso,

CB.or - 00000 - 4881

quando aplicada por via endovenosa, produz uma sensação inicial de êxtase. Os sintomas advindos com a suspensão da droga podem ser graves. Nas primeiras 12 horas, ocorrem, às vezes, dores musculares, espirros, sudorese, choro e bocejos. Em 36 horas, os sintomas se intensificam. Há sensações alternadas de calor intenso e ruborização, com frio e tremedeira, acompanhados quase sempre de aumento do ritmo cardíaco e da pressão sanguínea, diarreia e insônia.

Drogas psicodélicas

O termo "psicodélico" exprime a expansão do nível de consciência que, segundo algumas pessoas, é proporcionado pelos alucinógenos, entre eles o LSD (dietilamida do ácido lisérgico), composto sintético descoberto em 1943 pelo químico suíço Albert Hofmann. Com pouco mais de 1,3kg de LSD, seria possível drogar, de uma vez só, as populações de Londres e Nova Iorque.

O LSD provoca uma imagem distorcida do corpo, eleva a sensibilidade tátil e olfativa e retarda a percepção do tempo.

Maconha

Para a maioria dos cientistas, dentre todas as drogas capazes de levar ao uso habitual, a menos

perigosa e menos capaz de produzir dependência é a maconha. Mesmo assim é muito discutível a sua legalização, como muitos preconizam, principalmente porque ainda não se conhecem bem os seus efeitos a longo prazo.

Entre os que defendem a tese de sua periculosidade está o dr. Gabriel Nahas, da Universidade de Columbia. Quando ele fez as suas experiências, 10 ou 12 anos atrás, ele observou que a *marijuana* diminuía a divisão celular nos chamados cultivos de tecidos. E também observou que diminuía a produção do ácido desoxiribonucléico. E não só esse, mas todos os ácidos do ribonucléico e de outros nucléicos que são importantes na formação da vida. Para a dra. Lissy Jarvik, pesquisadora médica psiquiatra para crianças e geneticista do Centro Médico da Universidade da Califórnia, o perigo está no fato dessas células, com material de cromossomos danificado, um dia poderem multiplicar-se e, em 10 ou 15 anos, essas células serem responsáveis pelo desenvolvimento de um carcinoma (câncer).

Por outro lado, o dr. Nahas, depois de examinar 51 pacientes que durante anos fumaram maconha três vezes por semana, chegou à conclusão que os usuários da *cannabis sativa L.* são mais vulneráveis a doenças do que os não-fumantes: apresentam 40% a menos de leucócitos (glóbulos brancos, responsáveis pela defesa do organismo humano às doenças).

Itália: a reação dos jovens e das mães

□ A Itália é um dos países europeus mais afetados pelo problema da droga. Atualmente ocorrem duas mortes por dia por doses excessivas de droga e as autoridades estimam em 20 bilhões de dólares anuais o movimento financeiro dos traficantes. As cifras mais conservadoras calculam em 85 mil o número atual de viciados. Porém, cálculos confiáveis situam esse número por volta dos 200 mil (numa população total de 58 milhões de habitantes, isso equivale a quase 3% do total). A região mais afetada é o Lazio, cuja capital é Roma, onde há uns 50 mil dependentes, seguida de Milão, com 20 mil.

Também se registrou um significativo aumento no consumo de drogas nas prisões: enquanto, há um ano, o índice de presos viciados não chegava a 6%, em 1984 atingiu 10%.

O fenômeno tem levado a população a reagir. No começo de abril último, milhares de jovens de toda a Itália desfilaram pelas ruas de Roma para protestar contra o tráfico de drogas e a delin-

quência organizada. O movimento juvenil surgiu como reação ao crescente poder da *mafia* e da *camorra*, e os seus protagonistas o definem como "uma revolução moral". O berço desse movimento foi Nápoles, e só daí partiram uns 40 trens cheios de jovens que viajaram a Roma para participar das manifestações. Eles exigem uma reorganização dos serviços antidroga e uma ativa política de prevenção.¹ O presidente da república, Sandro Pertini, recebeu uma delegação desses jovens, que manifestaram apoio ao atual chefe das operações contra a máfia, Emanuele de Francesco.

Porém, a reação não se limita aos jovens. Ultimamente, surgiu um movimento de mães de viciados que exigem uma mudança na legislação e a ampliação das penas. Contrariamente, as correntes que em outros países da Europa preconizam a legalização das drogas como a melhor forma de combatê-las, as mães italianas acham que se os seus filhos enfrentassem penas severas pelo uso de narcóticos se veriam menos tentados a entrar no círculo do vício.

¹ Argumentam que é sabido que durante a 2ª guerra mundial caiu a oferta de drogas e os índices de vício também caíram

O dr. Nahas também constatou que em algumas pessoas a maconha influencia o comportamento. Em algumas, produz irritabilidade; em outras, excitação; outras, pelo contrário, ficam em estado de letargia. O consumo elevado de maconha produz alterações no cérebro (alterações encefalográficas).

Solventes voláteis

O auge do interesse pelos inalantes veio na década de 60. A substância mais comum é a cola utilizada em aeromodelismo. Mas também se usam diluentes para tintas, removedores de esmaltes de unhas, benzeno, gasolina e propelentes de aerosol.

Muitas das sensações decorrentes da intoxicação são semelhantes às produzidas pelo álcool, mas, segundo depoimentos de viciados, as sensações de euforia e onipotência são mais fortes.

Existem várias razões para acreditar que nos anos vindouros a inalação dessas substâncias poderá se tornar um problema ainda maior. Eles estão disponíveis em quase todos os lares.

Álcool

Tomado com moderação, o álcool é um prazer, mas, em excesso, é um perigo. De todas as drogas que provocam dependência, o álcool é a mais aceita socialmente e a que existe em maior disponibilidade. Ao mesmo tempo, é a que provoca maiores catástrofes em todo o mundo. A bebida em excesso pode provocar danos em praticamente todos os órgãos e tecidos, atingir até mesmo o feto e destruir lares e carreiras. Há quem afirme que se o álcool tivesse sido descoberto recentemente, não passaria pelos testes de segurança a que atualmente são submetidas as substâncias psicoativas comerciais.

O tabaco e o cigarro

Uma pequena mudança na preparação do fumo, ocorrida em meados do século passado, talvez tenha sido responsável pela incrível ampliação do vício. A produção de tabaco curado em fumeiro, que permitiu a obtenção do fumo mais claro, possibilitou aos fumantes inalar a fumaça. Alguns segundos após a inalação, produz-se uma forte concentração de nicotina que passa dos pulmões para o cérebro, reforçando drasticamente o hábito. Alguns cientistas acreditam que a nicotina libera uma substância neurotransmissora, a noradrenalina, das células nervosas. As ondas cerebrais, após a inalação da fumaça, mostram o aumento da atividade do cérebro, semelhante à produzida pela ingestão de anfetaminas. Os fumantes afirmam que o cigarro permite uma maior capacidade de concentração e que aumenta a energia.

Dr. Gabriel Nahas: "É possível erradicar a droga"



Um dos especialistas que mais conhece drogas é o farmacólogo Gabriel Nahas, considerado como uma das primeiras autoridades mundiais nesse campo. Libanês de Trípoli, formado na França e residente nos Estados Unidos, onde é professor de Anestesiologia na Universidade de Columbia (Nova Iorque), Nahas é consultor da Comissão de Narcóticos das Nações Unidas. Para ele, entre as drogas consumidas atualmente, a cocaína é a mais viciante e a mais destrutiva, para o consumidor e a sociedade.

Numa entrevista concedida em março deste ano à revista peruana *Caretas*, durante breve visita a Lima, Gabriel Nahas afirmou que uma das razões pelas quais a cocaína é tão perigosa é porque ela induz ao comportamento violento e suicida, coisa que não acontece, por exemplo, com a heroína.

Perguntado sobre as formas de consumo, ele explicou que quando fumada, "se usa a *cocaína-base*, que é absorvida pela corrente sanguínea como cocaína. Nesse caso — afirma — a absorção é muito mais rápida, inclusive, quando injetada. Assim, ela produz em forma muito mais concentrada e violenta os sentimentos de altivez e soberba, primeiro, e de angústia, depois. No caso da pasta básica de cocaína, o dano que ocasionam as outras substâncias que a compõem se concentra no aparelho respiratório".

"A cocaína, como outras drogas viciantes — explica — destrói a força de vontade. A maior educação ou capacidade intelectual não ajudam a evitá-



Alejandro Balagué/Caretas

Caretas

Dr. Gabriel Nahas: "A droga anula a livre vontade"



A ação da cocaína no cérebro pode ser fatal

lo". E cita o exemplo dos médicos, aos quais, por razões profissionais, a droga é facilmente acessível. "Tenho visto casos de vício da cocaína entre colegas muito respeitados. E alguns deles, apesar de todos os meios de que dispúnhamos e de todo o apoio que lhes oferecemos, não conseguimos ajudar a curar".

"A droga anula a livre vontade", prossegue o dr. Nahas. "Isso porque provoca mudanças químicas no cérebro com consequências que podem ser fatais."

Ele cita as experiências com animais: "O macaco *Rhesus* permite observar formas de autoadministração da droga que são surpreendentemente parecidas com as humanas. Colocado num laboratório com possibilidades de autoadministrar a cocaína por injeção endovenosa, acionando uma alavanca, o macaco se injeta a droga até morrer. E isso só ocorre com a cocaína e a anfetamina, os dois grandes euforizantes".

Indagado sobre quais as possibilidades de cura de um cocainômano, o dr. Nahas respondeu: "No caso da cocaína, a parte médica é a mais simples. A desintoxicação é fácil. O problema é a recaída. O viciado, se for possível, deverá viver em comu-

nidades livres de drogas. Mesmo assim, terá 50% de possibilidades de voltar à dependência". E acrescentou que o índice de retorno ao vício é igual nos casos da cocaína e da heroína. "O problema não é individual mas social. O da atitude da sociedade em relação à droga", explica.

Sobre os prognósticos em relação ao futuro, ele assinalou que "a luta contra a cocaína deve ter sucesso, porque não há alternativa: uma sociedade que queira sobreviver deverá enfrentar o mais rapidamente possível o problema. A lição histórica é clara. O uso de drogas tem estado sempre associado à fragmentação e à decadência sociais. Tem que se replantar um firme *tabu* em torno do seu consumo".

E isso é possível? Para o dr. Nahas a prova de que é possível é o caso da China. "Num momento, o número de viciados em ópio na China ultrapassava 70 milhões de pessoas. E a China erradicou o consumo. Também o Egito, onde em 1925 foi vencido com sucesso um surto de consumo de heroína. O Japão teve, nos anos 50, de enfrentar o problema do abuso das anfetaminas: um milhão de viciados e mais de 50 mil detenções. O problema foi erradicado em três anos". ●

Crianças por cocaína

□ A detenção, em Lima, de uma mulher de 24 anos de idade, que trocou sua filha de dois anos por uma dose de cocaína, alertou as autoridades para a existência de um comércio ilícito de crianças "pagas" com droga.

A própria mãe, Marlene García, arrependida, denunciou o caso à polícia, que resgatou a pequena Miriam, uma das vítimas de um amplo negócio de exportação de crianças latino-americanas para

a Europa, promovido, muitas vezes, por pessoas vinculadas ao contrabando de narcóticos.

O caso aconteceu em maio passado na capital peruana, porém é uma prática que também se desenvolve em outros países do continente. Cada criança é vendida por aproximadamente seis mil dólares. A organização que está por trás do comércio, em geral, procura mães solteiras e viciadas em droga, na maioria rejeitadas pelas suas famílias. Constatou-se que algumas das vítimas chegaram, depois, a sequestrar crianças alheias, que, em certos casos, foram também vendidas em troca de novas porções de drogas.

Os planos do novo presidente

Nicolás Ardito Barletta, em entrevista exclusiva aos cadernos do terceiro mundo, afirma que o Panamá não servirá de base para um ataque militar dos EUA a países centro-americanos

*Paulo Cannabrava Filho
(enviado especial)*

Pouco depois de ganhar por escassa margem de votos as eleições presidenciais do Panamá, realizadas no começo de maio, o presidente eleito, Nicolás (Nicky) Ardito Barletta se mostrava muito confiante na longa conversa que teve com o enviado especial de cadernos do terceiro mundo. Ele fez questão de afirmar que apesar da polarização política registrada durante o pleito, "uma atitude conciliadora pode dar um voto de confiança amplo" para a sua administração, que começa cercada de dúvidas sobre a estabilidade e tranquilidade no Panamá.

Nicolás Ardito Barletta é um tecnocrata de grande projeção internacional. De 1978 a 1984 foi vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina, tendo sido anteriormente presidente do Banco Latino-Americano de Exportações (Bladex) e diretor do Departamento de Assuntos Econômicos da OEA, entre outros. No Panamá, foi diretor geral de planejamento econômico e social de 1968 a 1970 e ministro do Planejamento e Política Econômica de 1973 a 1978.

O novo presidente, que deverá tomar posse a 11 de outubro próximo, teve um papel muito



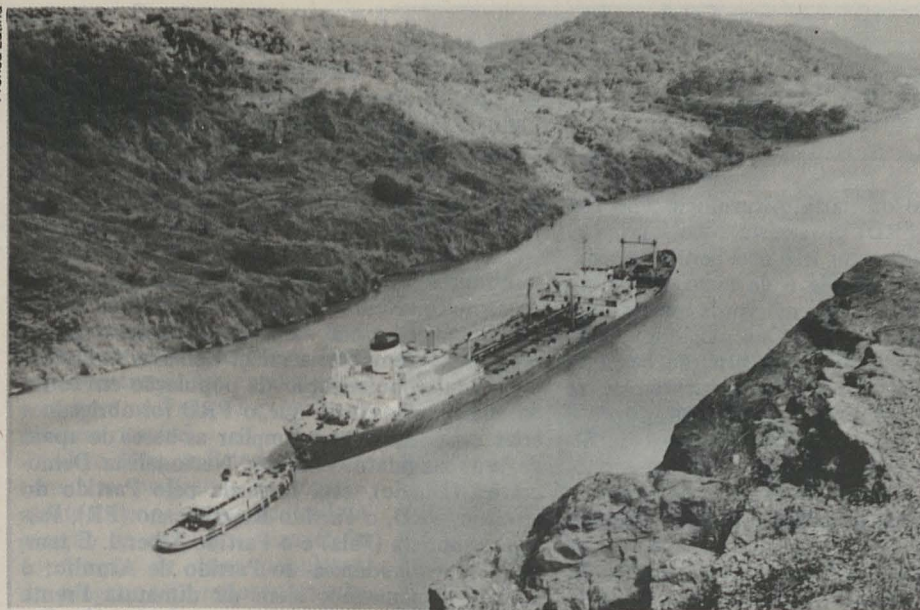
Nicolás Ardito Barletta

importante na elaboração e execução da estratégia para o desenvolvimento nacional do Panamá (1970-1980), comandada pelo general Omar Torrijos, que mudou profundamente a fisionomia do país. Antes da revolução de outubro de 68, um país essencialmente voltado para a prestação de serviços, o Panamá viu realizar no período torrijista, entre outras obras, o Centro Bancário Internacional, a expansão da zona livre de Colón, e do turismo, o aeroporto internacional Omar Torrijos, o porto pes-

queiro, o sistema de eletrificação e as hidrelétricas, a rodovia ao Dariem (na selva amazônica), etc. A expansão da educação, saúde e saneamento básico e da água em todas as partes, assim como projetos de habitação popular, o apoio às comunidades camponesas que produzem de forma cooperativa, foram os pontos fortes do período, em que também se estabeleceram grandes indústrias estatais, na área do cimento, do açúcar, etc.

Com 46 anos, formado em economia agrícola pela *North Carolina State University* e PHD em economia pela Universidade de Chicago, Nicky Barletta não esconde seu sonho de transformar o Panamá numa imensa Cingapura. Acusado de tecnocrata e pejorativamente chamado de "Chicago Boy", Nicky reage: "Não é exatamente isso. O que espero é equilibrar o ortodoxismo de que me acusam com a vocação social do torrijismo, de uma forma realista e pragmática, dentro da realidade panamenha".

Num dos trabalhos de auto-crítica ao processo, Torrijos se referia com saudade ao tempo em que Nicky imprimia eficiência à administração pública. Dizia Torrijos: "O dr. Barletta tinha uma equipe excelente e uma



Os recursos oriundos do Canal do Panamá serão usados na infra-estrutura econômica

grande vocação para mantê-la preparada. A todo o momento havia vários de seus melhores quadros doutorando-se em diferentes especialidades nas melhores universidades do mundo. Com a saída do dr. Barleta do governo, pensaram que podiam, já sem seu zeloso cuidado, leiloar o Ministério do Planejamento. E o fizeram. (...) O justo seria que essa equipe continuasse trabalhando junta”.

É essa a idéia de Nicky, segundo nos declarou logo que se soube presidente eleito. Ele pretende um Ministério do Planejamento forte e promete que em todos os ministérios vai exigir um alto nível de profissionalismo. Ele diz que “não se pode ter boas idéias se não se tem quem as execute. Mais que boas idéias, muito profissionalismo, programas de treinamento para o servidor público, para ressaltar sua função e seu trabalho. Esse é um assunto muito importante. Vamos fazer uma promoção muito forte, em todos os aspectos. E também devemos manter uma democracia estável, porque se não tivermos estabilidade, nada pode ser feito na economia.

Então, por isso mesmo, nesse momento de crise, vamos buscar uma forma reconciliadora dos diferentes grupos para definir nossos objetivos e a forma de alcançá-los”.

Os planos econômicos

Eis a íntegra da entrevista de Nicky Barleta:

O desemprego parece ser o problema mais crucial para o Panamá nos dias de hoje. Fala-se em 100 mil ou mais desempregados, o que nos parece uma cifra exagerada para um país como o Panamá. Estão corretas estas cifras? Como o seu governo pretende enfrentar esse problema?

— As informações estão corretas e de fato é muito alta essa cifra para o Panamá. Por isso temos que fazer um esforço imediato em alguns setores com maior e mais rápida capacidade de resposta, como por exemplo, o setor da construção civil. Esse setor será reativado através de estímulos à construção de casas para famílias de baixa renda. Uma política habitacional adequada realizará dois propósitos

sociais importantes: casas baratas e empregos.

Também pretendemos não só reativar como também expandir o setor industrial aproveitando o potencial de exportação dado pelos incentivos e facilidades existentes no Caribe e nos Estados Unidos. Uma política geral, dinâmica, priorizando o setor da exportação, permitirá criar novos empregos e manter o balanço de pagamentos numa situação favorável. Consideramos que também o setor de turismo pode ser reativado em tempo relativamente curto e o setor de serviços, que no Panamá tem muita importância.

Consideramos, antes de mais nada, que devemos oferecer serviços mais profissionais. Portanto, vamos intensificar os programas de treinamento para o trabalho, procurando assimilar as novas tecnologias. O crescimento terá de ser de 5% ao ano.

Em sua campanha foi dada muita ênfase ao apoio que seu governo dará à iniciativa privada, colocando-a como mola mestra da retomada do desenvolvimento econômico. Qual o papel

A POLARIZAÇÃO GERA INCERTEZAS

□ O candidato do Partido Revolucionário Democrático (PRD), governista, Nicolás (Nicky) Ardito Barleta, por um triz não perdeu as eleições presidenciais do dia 6 de maio. A escassa margem de menos de três mil votos mostra uma extrema polarização política no país que, aliada à crise econômica, criou uma situação bastante delicada e difícil. A nova administração só se desenvolverá se atuar com muita maturidade e jogo de cintura, ao mesmo tempo que com firmeza, nas áreas mais sensíveis — a crise econômica e social.

Segundo a junta de escrutínio, Nicky Barleta recebeu 44,60% dos votos e seu adversário, Arnulfo Arias Madrid, 43,91%, uma diferença de apenas 0,69% a favor do candidato situacionista. Na contagem, 2,51% foram votos brancos e nulos e apenas 8,98% foram distribuídos entre os outros cinco candidatos que disputaram as eleições.

Um dos grandes perdedores foi o general da reserva Ruben Dario Paredes, que inicialmente foi candidato do PRD mas depois foi recusado pelo partido e resolveu concorrer em faixa própria. O prestígio pelo visto era do PRD e da Guarda Nacional, da qual ele foi comandante, porque o general Paredes recebeu pouco mais de um por cento dos votos, após ter criado a sua própria legenda, o Partido Nacionalista e Popular.

A esquerda se polarizou em várias candidaturas. O pediatra José Renan Esquivel foi apoiado pela "Frente Eleitoral do Povo Unido" (Frepu), que aglutinou o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Partido Independente da Classe Operária (Pico) e Partido Socialista dos Trabalhadores, todos de origem trotsquista ou maoísta. Como vice-presidentes se apresentaram a demógrafa Carmen Miro e o ex-sacerdote Carlos Perez Herrera, primo do falecido general Omar Torrijos.

O Partido do Povo, comunista, lançou a candidatura do advogado Carlos del Cid, e como vices, o professor universitário Cesar de León e o secretário-geral da Confederação Nacional de Assentamentos Camponeses. O Partido Socialista dos Trabalhadores lançou a candidatura do operário Ricardo Barria. O Partido Ação Popular, de centro-direita, lançou a candidatura do professor Carlos Ivan Zuniga.

A oposição de direita concentrou suas forças na "Aliança de Oposição Democrática" (ADO),

composta pelo Partido Panamenho Autêntico de Arias Madrid, o Partido Democrata Cristão que indicou os dois candidatos a vice-presidente — Carlos Rodrigues e Ricardo Arias — e o Partido Liberal Republicano Nacionalista (Molirena). Arnulfo provou mais uma vez que ainda resta muito de seu carisma junto a amplos setores das massas populares. Setores que antes apoiavam a Omar Torrijos, abandonados pelo oficialismo, sentiram-se novamente atraídos pelo populismo de Arnulfo. Não obstante, o comando da frente oposicionista, como também o dinheiro gasto, era e é da democracia cristã de Arias Calderon.

Foi tal a polarização da população em torno da aliança opositora, que o PRD foi obrigado a criar uma frente para ampliar as bases de apoio de seu candidato. A União Nacionalista Democrática (Unade), está formada pelo Partido do governo, PRD, o Partido Republicano (PR), Partido Laborista (Pala) e o Partido Liberal. E também uma dissidência do Partido de Arnulfo, o Partido Panamenho, além da diminuta Frente Ampla (Frampo). Obtiveram as vice-presidências e logo serão proclamados juntamente com Nicky, o republicano Erik del Valle e o liberal Roderick Esquivel, o primeiro com raízes na oligarquia agrária, e o segundo ligado ao setor empresarial. Também foi formada uma frente de empresários e organizações profissionais em apoio à candidatura da Unade. Na opinião dos próprios dirigentes da esquerda do PRD, "uma aliança com a direita para derrotar o fascismo".

Essa incrível polarização que concentrou 88,51% dos votos de cerca dos 900 mil eleitores panamenhos em duas forças eleitorais, reforçou os prognósticos de que poderá ser socialmente tumultuado o próximo período presidencial. A oposição radicalizada anuncia que não vai abandonar as ruas que conquistou durante a campanha e nos agitados dias pelos quais se arrastaram as apurações. No primeiro dia, facções rivais se enfrentaram provocando quatro mortes e cerca de 50 feridos.

Se a oposição promete não abandonar as ruas, "nós também" — diz o presidente eleito Nicky Barleta, refletindo o pensamento dos grupos radicais de seu partido. E acrescenta: "Até agora temos mostrado maior capacidade que a oposição para ocupar as ruas e vamos continuar demonstrando". O PRD, além do apoio de grupos de militantes dispostos a tudo para defender "o processo", conta com o indisfarçável apoio das forças armadas, que até agora não interferiram nos acontecimentos, mas que deixaram claro que "não permitirão que a paz e a ordem sejam tumultuados".

que terá o Estado em seu programa de reativação?

— Uma grande parte da recuperação do Panamá tem que ser feita pela atividade privada, seja na área de investimentos, na de produção, de exportação, na geração de novos empregos. Por isso, trataremos de harmonizar o máximo possível as relações entre trabalhadores e os empregadores, para que tenhamos uma frente de produção estável, que estimule a produção e que, com os incentivos às exportações, permitam ao Panamá exportar o máximo possível.

Além disso, o Estado, mesmo com um programa de investimentos menor, estará dedicado à geração de empregos, através da construção de casas populares, do programa de reflorestamento e, fundamentalmente, vários programas de pequenas obras para as comunidades que ocupam muita mão-de-obra e geram participação.

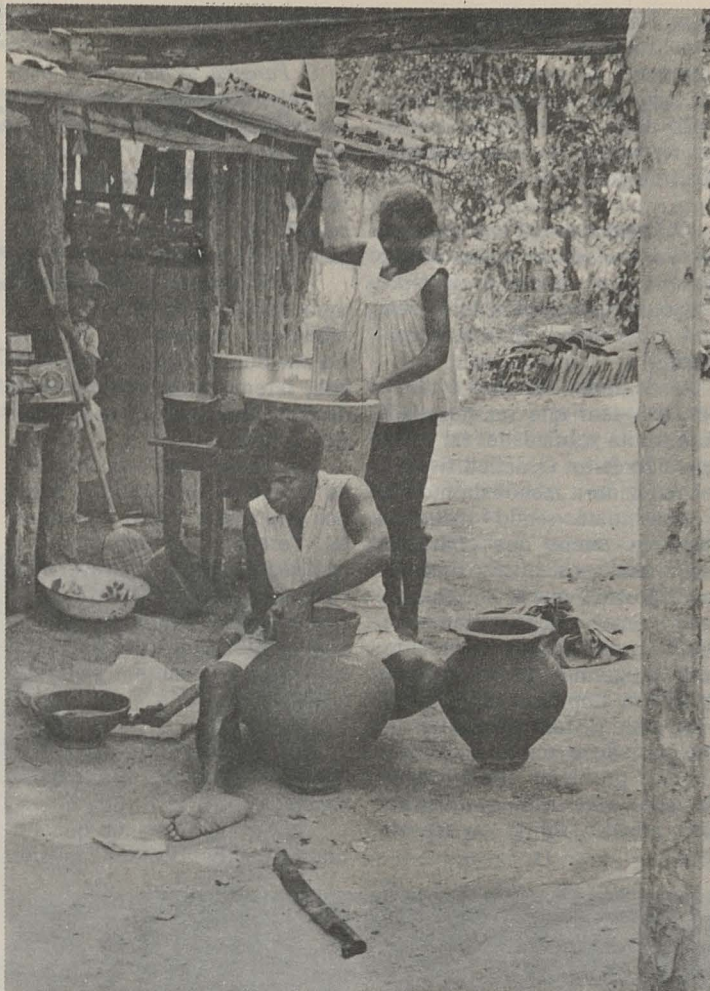
O Estado dedicará 100% de sua capacidade de trabalho para satisfazer as necessidades básicas da população marginalizada, da mesma forma que fazíamos no governo do general Torrijos — com a escola, as estradas locais, a água potável, a eletricidade, enfim, todas as pequenas obras necessárias para incorporar a população marginalizada na cidade e no campo.

Em suma, de um lado, uma promoção da economia privada, com harmonização da força de trabalho com o empresário, e por outro lado o esforço do Estado na área social, com um trabalho dinâmico e forte.

Esta é a exigência da realidade que estamos vivendo. Caso não consigamos um crescimento econômico de 5% ao ano, nada poderemos fazer. Só com um crescimento dessa ordem é que podemos gerar, pelo menos, 20 mil empregos por ano e realizar um trabalho social. Dessa forma, pretendemos equilibrar a situação.

1984 — Junho — no. 67

ONU



“A população pobre receberá toda a ajuda possível do Estado”

O Panamá conseguiu, sob a liderança do general Torrijos, a revogação dos tratados que perpetuavam a situação colonial do território panamenho conhecido como Zona do Canal. No entanto, o Panamá tem denunciado com certa frequência constantes violações dos Tratados Torrijos-Carter por parte da administração norte-americana. Do seu ponto de vista, como se desenvolve o cumprimento dos tratados?

— Na minha opinião, se desenvolve a um ritmo satisfatório considerando a capacidade

administrativa dos dois países. Claro que temos os problemas decorrentes das limitações impostas pela lei de implementação dos tratados, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos. Há algumas limitações que não correspondem ao espírito e ao texto dos Tratados Torrijos-Carter e por isso temos que ser perseverantes, temos que continuar dialogando com o governo dos Estados Unidos, respeitosamente, amistosamente, para que sejam feitas as mudanças pertinentes.

Não obstante, a parte administrativa caminha muito, muito

terceiro mundo - 57

bem. Há boa cooperação e um bom trabalho. O fundamental é conseguir, no momento oportuno, algumas alterações na legislação deles, de maneira a anular as restrições ao cumprimento dos tratados.

O Panamá estará entre os dois ou três países de maior dívida externa per cápita do mundo. Como sua administração enfrentará o problema? Haverá renegociação?

— A dívida externa é alta e por isso tem que ser manejada com muita sobriedade, tal como tem sido feito. O déficit fiscal já foi reduzido a menos da metade e continuará sendo reduzido. Também temos que continuar melhorando os níveis financeiros. Não creio que seja necessária uma renegociação dramática. Basta uma política prudente, com programas de crédito que permitam ampliar o prazo da dívida. Isso já foi conseguido no ano passado e acredito que não teremos problema em conseguir de novo este ano, se tivermos uma política sóbria no aspecto fiscal.

A defesa de Contadora

O Panamá já não tem o mesmo relacionamento que tinha no tempo de Torrijos com as forças revolucionárias da América Central e a situação se agrava a cada momento na região. Qual será a posição do seu governo em relação a esse problema?

— Obviamente, nossa primeira preocupação é trabalhar pela estabilidade interna do Panamá. Na medida em que conseguimos isso, teremos mais oportunidade de contribuir para a paz na América Central.

Continuaremos participando do Grupo de Contadora. Parecemos que esse é o foro fundamental. Teremos que trabalhar com paciência, com perseverança, com uma diplomacia sutil e com criatividade. O importante é conseguir fazer com que as partes em conflito se sentem à mesa de negociações.

As eleições realizadas em El Salvador alteram a situação na região?

— Continuo achando que a situação em El Salvador tem sido

muito trágica, como tem sido trágica a tensão nas relações entre os países da região. Mas nossa posição é de buscar a paz. É conseguir não só a paz em El Salvador, na Nicarágua, como o respeito das fronteiras entre os países e a retirada de toda e qualquer presença ou influência externa da América Central.

Oxalá também possa haver um mínimo desarmamento mútuo. Sei que muita gente considera isso impossível, mas vale a pena pensar que esses recursos gastos na guerra sejam dedicados ao desenvolvimento. O fundamental é buscar a paz.

Os Estados Unidos estão colocando milhares de dólares em armas nas mãos de mercenários, ajudando maciçamente o exército salvadoreño (acabam de aprovar uma nova ajuda de 100 milhões de dólares). Não parece um pouco utópico falar em desarmamento? Parece iminente uma intervenção norte-americana na região. Um aspecto que nos preocupa diante dessa ameaça é a possível utilização do território panamenho, da Zona do Canal, como apoio para essas ações agressivas.

— Não. Isso não é factível. De acordo com os termos dos Tratados Torrijos-Carter, a presença militar dos Estados Unidos no Panamá se dá de forma igualitária com as forças panamenhas e é exclusivamente para a defesa do Canal do Panamá. Pode ser que algumas atividades definidas como de "defesa" possam se relacionar com o que ocorra na América Central, mas não uma ofensiva militar. Isso não seria aceito, pois não está dentro do espírito dos tratados.

Até o momento, não tenho evidência de que os Estados Unidos pretendam usar sua base militar no Panamá para qualquer propósito ofensivo na América Central. De qualquer maneira, teremos de acompanhar com muito cuidado esses aspectos. ●



As forças dos EUA no Panamá não poderão intervir em El Salvador

Erros da esquerda levam a direita ao poder

A nova etapa que começa no país vai obrigar as forças progressistas a lutarem no Parlamento

Maluza Stein

A vitória do candidato de direita no Equador, na segunda rodada eleitoral realizada a 6 de maio passado, poderá implicar modificações importantes a nível interno, e também na orientação da política externa que vinha sendo consolidada desde 1979.

Nesse ano, o Equador voltou ao regime democrático depois de sete anos de ditaduras militares. Nas votações de então, saíram vitoriosos Jaime Roldós para presidente e Oswaldo Hurtado para vice, com um programa reformista que colocava como prioritárias as necessidades das grandes massas marginalizadas do campo e da cidade. Em política externa, o programa *roldosista* se baseava na aproximação com os países do Terceiro Mundo, no fortalecimento do diálogo Norte-Sul e na busca de soluções para fundar uma Nova Ordem Econômica Internacional. Após a morte de Roldós, ocorrida a 24 de maio de 1981 em circunstâncias ainda não devidamente esclarecidas, Hurtado (democrata-cristão) assumiu a presidência do país, conduzindo-se como um continuador audaz do programa *roldosista*.

Durante a sua gestão de três anos, Hurtado levou a cabo uma



Hurtado não elegeu o sucessor

agressiva diplomacia, inaugurando uma nova era na história das relações internacionais do Equador. Contrariamente aos presidentes anteriores — democratas e ditadores —, que se haviam limitado a intensificar laços com os Estados Unidos, Hurtado abriu novas perspectivas políticas e econômicas para o país. O Equador alinhou-se também com os países terceiro-mundistas que estão buscando uma via alternativa comum para negociarem com as nações industrializadas as questões da dívida externa e do

comércio. Neste sentido, destaca-se a realização em Quito, em janeiro deste ano, da Conferência Econômica Latino-Americana (Cela), cujo documento final vem servindo de guia para as discussões que o Parlamento Conjunto da América Latina mantém com o FMI e os bancos internacionais responsáveis pelo grosso da dívida externa da região. (Ver cadernos do terceiro mundo nº 63).

No plano interno, a gestão econômica de Hurtado também obteve alguns resultados positivos. A taxa de inflação vem caindo gradativamente há sete meses, tendo se situado, em fins de abril, em 44,7% ao ano. Nestes primeiros cinco meses do ano a balança comercial registrou um superávit de 156 milhões de dólares e espera-se que feche 1984 com um saldo positivo de 800 milhões. O Produto Interno Bruto (PIB), que em 1983 teve uma queda de 3,3%, crescerá este ano entre 0,5 e 1,7%, segundo as previsões oficiais.

Não obstante, a crise econômica do país é ainda muito grave e complexa. O *boom* petrolífero, começado em 1972 e terminado em 1977, não foi utilizado com critérios sociais e só fez aumentar as desigualdades existentes. O Equador tem hoje uma dívida externa de quase sete bilhões de dólares, um enorme déficit estrutural de casas habitacionais e de infra-estrutura em geral, além de sérios problemas agrícolas que o tornaram importador de alimentos.

O programa da direita

León Febres Cordero, o empresário direitista que assumirá a presidência do país no próximo 10 de agosto, é um adepto fervoroso das concepções econômicas neo-liberais (monetaristas).

Manifestou-se partidário de realizar negociações unilaterais com o FMI que, segundo ele, "não impõe condições a nenhum

país”, e disse estar convencido das vantagens de atrair o capital estrangeiro para investir no Equador. Referindo-se ao Pacto Andino, do qual o Equador faz parte junto com a Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela, expressou que o acordo de integração sub-regional não tem sido proveitoso para seu país.



O conservador Febres Cordero

Consultado sobre a Opep, acerca da qual havia dito anteriormente que era “um mal irremediável para o Equador”, manifestou que seu governo manterá relações com todos os países da Opep, fazendo a diferenciação expressa entre a organização e os países membros.

O Equador e a Venezuela são os dois únicos países latino-americanos membros da Opep. Na opinião do presidente eleito, essa associação tirou do Equador capacidade negociadora para estabelecer o preço do seu petróleo.

“Ferida aberta”

Sobre o conflito fronteiro que o Equador mantém com o Peru, Febres Cordero reafirmou sua tese da “ferida aberta”, o que significa manter aberta a fronteira nos 79 quilômetros que restam sem delimitar, porém sem permitir que por isso se suscitem

conflitos armados entre os dois países.

O Equador não reconhece a executabilidade do Protocolo do Rio de Janeiro, assinado por ambos países como forma de terminar a guerra mantida por eles em 1941, pelo qual esse trecho de 79 quilômetros ficou sem demarcação. “Manteremos a ferida aberta até que o Direito Internacional nos dê a razão”, enfatizou Febres Cordero.

Com respeito a modelos econômicos, o futuro presidente disse considerar que o povo chileno está em melhores condições sob Pinochet que nos tempos de Salvador Allende. Afirmou, ao mesmo tempo, acreditar na eficiência do programa aplicado por Martínez de Hoz na Argentina dos militares. Para Febres, a única objeção a lamentar foi a de que o programa de Hoz não tenha podido ser cumprido em sua totalidade.

Coerentemente com suas idéias, Febres pretende aplicar um programa econômico no Equador que corte substancialmente os gastos públicos e que eleve a produção do país mediante o estímulo ao capital privado e estrangeiro. O Estado, segundo ele, deve manter-se unicamente como avalizador, ou seja, como garantia para os investidores.

Por que perdeu a esquerda?

Para inúmeros analistas e mesmo para os simpatizantes da frente de centro-esquerda (ID, Izquierda Democrática), a derrota de Rodrigo Borja — vencedor na primeira rodada eleitoral realizada a 29 de janeiro passado — foi no mínimo surpreendente.

Com um programa avançado, Borja disputou a presidência como um socialista democrático, para quem “é possível conciliar a justiça social, a equidade econômica e o melhoramento do nível de vida do povo equatoriano com a manutenção das liberda-

des políticas”. Na sua plataforma eleitoral ele colocou uma série de idéias básicas tendentes a diminuir o desemprego (por volta de 15% da população ativa) e a inflação. Para reduzir o primeiro, Borja pensava implementar a maciça utilização de mão-de-obra na construção de estradas, que além do mais contribuiriam à incorporação de um importante número de hectares à produção agrícola, com o que haveria um aumento na demanda de mão-de-obra camponesa. Isso levaria também a uma diminuição das importações de alimentos.

A inflação, segundo Borja, é um fenômeno estrutural e não monetário (como pensa Febres), que deve ser encarado com o aumento da produção, para o que se daria incentivos às pequenas e médias empresas.

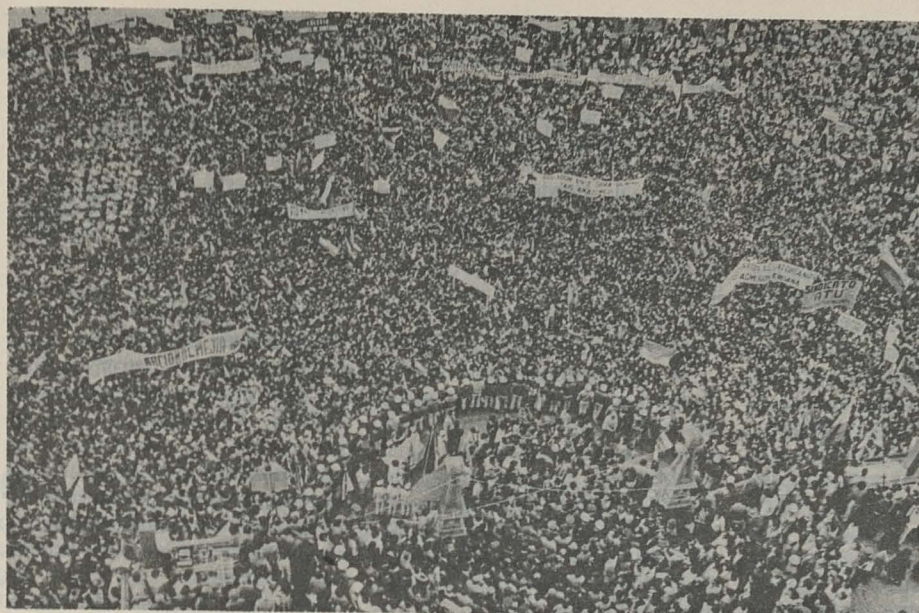
Importante também era a sua posição favorável à negociação conjunta da dívida externa latino-americana, assim como ao aprofundamento do diálogo Norte-Sul. Declarou-se partidário de uma solução política para a crise centro-americana e contrário, obviamente, à escalada militarista na região.

Tendo em vista o anterior, fica difícil explicar à primeira vista a derrota de uma candidatura cujos postulados básicos só viriam consolidar a democracia política e social no país.

Vários erros, no entanto, foram cometidos por Borja e pela ID, que terminaram custando-lhes a derrota e que poderá custar ao Equador um retrocesso bastante sério.

Entre esses erros, os próprios dirigentes da ID assinalam que o excesso de confiança na vitória e, conseqüentemente, a subestimação da capacidade de fogo do adversário, foram os elementos principais da derrota.

Desta maneira, Borja, confiado no triunfo devido à fácil vitória conseguida na primeira rodada, optou por uma política que desestimulou a formação de



A euforia da vitória na primeira votação levou a esquerda equatoriana a subestimar a direita no segundo turno, mas mesmo assim conseguiu fazer a maioria dos deputados no Congresso Nacional

alianças táticas com os pequenos partidos de orientação parecida à da ID, mas que foram derrotados em janeiro. Políticos como Francisco Huerta, do Partido Democrata (PD), Júlio César Trujillo do governista Partido Democrata Popular-União Democrata Cristã (PDP-UDC) e Jaime Aspiazu da Frente Radical Alfariata (FRA), apesar dos seus esforços por apoiarem Borja, viram-se marginalizados de toda participação pública.

Devem-se acrescentar ainda os reiterados ataques de Borja ao atual presidente Hurtado, que tiveram um efeito contrário ao esperado pela ID. Os analistas assinalam que não se entende como Borja, com um programa praticamente idêntico ao que defende Hurtado, pôde pretender angariar votos da direita que, em todo caso, se sentia mais representada por Febres que pelo candidato da frente de esquerda. Nas fileiras da ID, pelo contrário, tais ataques só produziram confusão e um certo desencanto dada a popularidade que Hurtado goza entre os seus membros. Com esses ataques, Borja não conseguiu captar votos dos ini-

Guillermo Neira



migos de Hurtado mas certamente perdeu alguns na esquerda.

Importante também, na derrota do candidato social-democrata, foi a indefinição dos sindicatos. Apesar de se terem lançado contra a direita de Febres, os líderes sindicais mostraram uma preocupação muito grande em distanciarem-se de Borja que, no seu entender, “não representa os interesses do povo, como o tem demonstrado a social democracia em outras latitudes”. Com esse argumento, os sindicalistas engrossaram a campanha de Febres,

cuja maior acusação a Borja era de que ele pretendia implantar no Equador o mesmo regime “ineficiente” da Argentina de Alfonsín, da Venezuela de Luisinchi e da Espanha de Felipe González.

No mesmo sentido, atuaram contra Borja os cruciais 8% da votação maoísta do Movimento Popular Democrático (MPD). Tudo indica que o MPD aplicou ao pé da letra a tática de “aguçar as contradições”, marcando dessa maneira uma preferência implícita por Febres que, para eles,

vai acirrar os contrastes sociais e econômicos no Equador.

A esquerda ainda tem chance

De todo modo, a vitória de Febres não consolida, por si mesma, uma vitória total da direita, já que terá que governar com minoria parlamentar. Das 71 cadeiras que tem o Congresso bicameral do Equador, o Partido Social-Cristão de Febres só elegeu nove. Os demais partidos que compõem a Frente de Reconstrução Nacional (FRN), que apoiou o candidato vencedor, totalizam, em conjunto, sete deputados que se somam a outros sete do Centro de Forças Populares (CFP) de Angel Duarte, aliado de Cordero. Assim, o novo presidente contará com apenas 23 deputados contra 41 dos partidos de centro-esquerda, além dos seis parlamentares eleitos pelas organizações da esquerda marxista.

Similar situação deverá en-

frentar a direita no que se refere a governadores e prefeitos, já que o FRN obteve apenas uma prefeitura das 2.319 que se disputaram nas eleições.

Esta é, sem dúvida, a razão pela qual Cordero convocou, logo após os resultados eleitorais, a composição de um governo de união, sublinhando que não havia vencedores nem vencidos e que a meta deveria ser a de "construir uma Pátria grande".

O presidente nacional da ID, Javier Ledesma, afirmou que o seu agrupamento se oporá firmemente "à implantação das idéias neo-liberais", já que o espírito do seu partido se baseia na construção de "um país rico, porém não com um povo pobre, onde impere a paz, mas não baseada na injustiça".

Os adversários políticos do presidente eleito destacam que não entendem como Febres Cordero se arranjara para combater

a inflação sem aumentar o desemprego. Sabe-se, pelas receitas monetaristas, que as políticas de caráter antiinflacionário estimulam o crescimento do desemprego e que quando se opta por combater este fenômeno volta a subir a inflação. Este é o nó que os governos de Reagan nos Estados Unidos, de Thatcher na Inglaterra, de Kohl na Alemanha Federal, de Pinochet no Chile e dos militares no Uruguai, além de alguns outros casos espalhados pelo mundo, não conseguem desfazer. Ao contrário, é um nó que a cada dia estrangula mais suas possibilidades de continuarem no poder na mesma medida em que vai causando significativos estragos econômicos e sociais em seus países.

Os equatorianos têm ainda chances — mediante o Parlamento — de modificar os planos econômicos do seu novo presidente.

Agora você vai ficar sabendo tudo sobre o seu país

Jornal do País Nas bancas

Todas as semanas. Circulação nacional.

“Ainda é possível uma saída pacífica”

A conjuntura do país e o desafio do movimento popular, analisados pelo secretário-geral do Movimento Democrático Popular e por um membro da Comissão dos Direitos Humanos

“A experiência dos países latino-americanos nos ensinou que é necessário o acordo democrático entre as forças de oposição, ainda que tenhamos projetos históricos diferentes. Porque, em definitivo, nem o projeto histórico do centro e da direita democrática, nem o da esquerda são possíveis enquanto exista a ditadura”. A afirmação é de Jaime Insunza, secretário-geral do Movimento Democrático Popular do Chile. Insunza e o dr. Leopoldo Ortega, ex-deputado pelo Partido Comunista representando a província sulista de Aisen e membro da Comissão de Direitos Humanos, foram expulsos do Chile a 6 de abril passado e colocados em um avião com destino ao Brasil. Ao chegar ao Rio de Janeiro ambos denunciaram que foram sequestrados por pessoas vestidas em trajes civis e conduzidos diretamente ao aeroporto de Santiago, de onde foram embarcados em um vôo da companhia Ladeco que se dirigia ao Brasil. Eram acusados de realizar “atos terroristas” que os transformavam em “um perigo para a sociedade”.

Já em solo brasileiro ambos os dirigentes leram um manifesto no qual afirmavam: “Fomos expulsos violentamente pela ditadura que reina no Chile, embora as autoridades tenham garantido que não interfeririam na luta do povo chileno por seu di-

Beatriz Bissio



Insunza, secretário do MDP e...

Beatriz Bissio



...Dr. Botero: expulsão violenta

reito à democracia”.

No Rio de Janeiro, os dois dirigentes dialogaram com caderanos do terceiro mundo sobre a atual conjuntura chilena.

O Movimento Democrático Popular

A partir de maio de 1983 a

luta de massas se intensifica no Chile e a oposição se agrupa em torno da Aliança Democrática e do Movimento Democrático Popular (MDP). A Aliança Democrática havia se constituído a partir da divulgação do “Manifesto Democrático” em abril de 1983 e foi integrada por direitistas republicanos, democratas cristãos, radicais, social-democratas e um setor do Partido Socialista. O MDP é uma aliança semi-legal. Os partidos que a integram (um setor do Partido Socialista, o PC, o Mapu — operário-camponês e o MIR) são clandestinos. Jaime Insunza explica que o MDP fixou como metas estratégicas a derrubada da ditadura e um acordo democrático nacional com o conjunto das forças da oposição, “que se expresse não somente no plano político como também no social”, e a instauração de um governo democrático popular, antiimperialista e antioligárquico “que gere as bases para a construção do socialismo no Chile”, objetivo final do MDP, segundo o seu secretário-geral.

A partir da Jornada de Protesto de 27 de março passado, a repressão iniciou um “processo seletivo” contra o MDP, atingindo sobretudo quadros intermediários e da direção nacional. Foi decretado novamente o estado de emergência, o controle noturno de veículos, espécie de toque de recolher, a censura prévia à imprensa, particularmente sobre as quatro revistas através das quais a oposição se expressa.

Nestas condições — diz Insunza — “as possibilidades de ação do MDP estão mais restritas. Contudo, nossa capacidade de mobilização política é muito ampla, particularmente nos setores populares, que são, por outro lado, os mais ativos no combate à ditadura. O resto da oposição reconhece que não é possível pensar em uma solução democrática para o Chile sem levar em

conta a presença do MDP e o que ele representa”.

A igreja hoje

Insunza reconhece na igreja chilena “uma força fundamental na luta pela democracia, sobretudo no campo da defesa dos direitos humanos e de apoio à organização popular”, mas aponta ao mesmo tempo uma tendência recente a “adotar uma posição apolítica, tratando de se converter em um centro aglutinador que permita um determinado grau de acordo entre as forças que apóiam a ditadura e as forças de oposição”. Simultaneamente, se produz um fenômeno de independência das organizações sociais com relação à igreja, assumindo sua própria personalidade.

Tanto Leopoldo Ortega como Jaime Insunza concordam que este processo se deve fundamentalmente ao desenvolvimento crescente das mobilizações. As últimas jornadas de protesto, por exemplo, já não se restringiram às grandes cidades, mas também tiveram expressão em todos os povoados do país, atingindo uma amplitude social muito maior do que os protestos anteriores. Pela primeira vez, se incorporaram formalmente as organizações dos profissionais liberais, do comércio, dos transportes. Depois do meio-dia, o país praticamente se paralisa durante estas jornadas. Alguns bairros das grandes cidades se convertem em verdadeiras zonas liberadas, com formas de auto-defesa criadas pelos próprios vizinhos que impedem a entrada das forças repressivas.

“Os sete mortos da jornada de protesto de 27 de março foram pensados, previstos, até anunciados, com o objetivo de manter certo grau de terror sobre a população”, afirmam. E dão um exemplo: “Um menino de 12 anos foi assassinado brutalmente quando, curioso, foi ver um helicóptero que estava

64 - terceiro mundo



Os sindicatos são a maior força de oposição à ditadura chilena

baixando em seu povoado. No mesmo instante dispararam à queima-roupa”.

Os mapuches, população indígena do sul do Chile, se uniram às jornadas de protesto e “com verdadeira combatividade tomaram as armas e enfrentaram os carabineiros com um saldo de 100 feridos de cada lado”.

“Este é o resultado de um processo de organização das bases muito importante. Hoje em dia em Santiago existem 47 Comitês de Base de Direitos Humanos. Estes comitês não tinham tradição na história do Chile. É uma forma de organização completamente nova. E se essa nova modalidade adquire essa expressividade de massa, isto demonstra que as outras formas históricas de organização como os comitês de favelados sem casa, as organizações de mulheres, os comitês culturais de jovens, as ‘panelas populares’ (mutirão para distribuição de comida), existem às centenas nos arredores de Santiago”, afirma o dr. Ortega.

O tema sindical

O movimento sindical continua sendo, na opinião de Jaime Insunza, a força com maior po-

der de convocação social e política do país, capaz de aglutinar ao seu redor o conjunto dos setores que estão contra a ditadura. Embora não haja uma organização sindical única, existe um acordo do conjunto das principais organizações sindicais do país constituídas no Comando Nacional de Trabalhadores (CNT), “instância de coordenação e de direção”, segundo a definem. Nesse comando estão representadas as cinco organizações de trabalhadores mais importantes do país: a Coordenadora Nacional Sindical, a Confederação de Trabalhadores do Cobre, a Confederação de Empregados Particulares, a União Democrática de Trabalhadores e a Frente Unitária de Trabalhadores.

No 19 de Maio último, durante a primeira manifestação pública autorizada depois de mais de uma década de regime militar, produziram-se graves conflitos entre manifestantes e carabineiros com um saldo de centenas de feridos e detidos. Estes acontecimentos se repetiram nas principais cidades do país, como Valparaíso e Concepción.

Rodolfo Seguel, presidente do CNT, leu no ato do parque



UPI

O líder sindical Rodolfo Seguel

O'Higgins de Santiago uma pauta de reivindicações de 22 pontos, na qual se incluem o pedido de aumentos salariais, medidas concretas para enfrentar o desemprego, o fim da repressão e o congelamento de dívidas para os desempregados. Seguel exigiu ainda, em nome do Comando, "a reconstrução democrática e um novo governo para o Chile".

Qualificando-o como "o governo do fracasso, pois disseram que respeitariam os direitos dos trabalhadores e nunca antes fomos tão explorados e humilhados", Seguel culpou o regime pelos um milhão e 200 mil desempregados que existem atualmente no Chile sobre uma força de trabalho calculada em 3,7 milhões de pessoas. O desemprego generalizado limitou em grande parte a própria mobilização sindical: poucos podem correr o risco de perder o emprego. Daí resulta que as manifestações de luta se dão através do movimento dos "pobladores",¹ depois da jornada de trabalho.

"Nas jornadas de protesto,

1) No Chile se chamam *pobladores* os habitantes das *poblaciones* (favelas), bairros periféricos das grandes cidades.



Quase todas as semanas há protestos de favelados em Santiago

durante o dia, a mobilização principal está a cargo dos estudantes que saem às ruas em manifestações no centro de Santiago, Valparaíso ou Concepción. A partir das sete da noite começa nas favelas o *cacerolazo*, se erguem barricadas e se executam marchas, comícios e sabotagens", assinala Insunza.

Apesar das dificuldades, "o movimento sindical conseguiu ir regenerando suas forças e adquirindo uma capacidade de luta cada vez maior". Atualmente está em discussão a realização de uma paralisação geral, cuja data deverá ser definida nos próximos meses.

Mudança aparente da política econômica

A participação crescente nas jornadas de protesto de setores até bem pouco tempo aliados da ditadura obrigou-a a efetuar algumas modificações na política econômica. Aparentemente foram retirados de cena o grupo dos "Chicago Boys"² e em seu lugar apareceram nomes identifi-

cados com o desenvolvimentis-

mo, em uma clara manobra para tentar recuperar setores como a pequena e média indústria, o de transportes, o dos comerciantes etc, que estão passando para a oposição.

Segundo Insunza, "atualmente estão sendo negociadas com o FMI as bases de um acordo que busca ampliar o déficit fiscal para poder emitir moeda e reativar a economia. Ao mesmo tempo — acrescenta — o governo negocia o adiamento do pagamento da dívida pois só o pagamento dos juros e a amortização equivale a 70% da renda do país".

A direita

A configuração política da direita no Chile, segundo Insunza, se divide atualmente em quatro setores: a) o Movimento de Ação Nacional, que representaria "o fascismo clássico, mussoliniano, corporativista e populista"; b) a União Democrática Independente, que é o "fascismo moderniza-

2) Grupo de economistas formados na Escola de Chicago



Pinochet, o "Somoza" do Chile

Camera Press

ções. Se se dá este processo e se obtém o acordo democrático, é possível pôr fim à ditadura em um prazo relativamente curto".

Conflitos nas forças armadas

"Existe e vem se gerando há longo tempo um conflito que ganhou expressão pública entre a força aérea e a marinha contra Pinochet", assinala o dirigente. "Eles estão particularmente descontentes com a tendência do general Pinochet de fortalecer o seu poder pessoal, passando por cima da junta na tomada de algumas decisões".

"A esta situação de conflito interno deve se acrescentar o impacto que a crescente mobilização popular tem produzido no interior das forças armadas ao ponto de obrigá-las a discutir formas de saída."

Segundo o secretário-geral do MDP, "os setores de direita que apóiam a ditadura e mesmo Jarpa não expressam opiniões pessoais, mas as das próprias forças armadas". "O projeto Jarpa — assinala — de tratar de neutralizar a oposição, de chegar a algum acordo com setores de centro-direita, está sob os auspícios do conselho geral do exército com o apoio da marinha e da aviação e aparentemente contra a opinião de Pinochet".

Nos Estados Unidos, o Departamento de Estado não está alheio a este processo, e inclusive protestou pela expulsão do país de Insunza e Vergara.

"Talvez tenham sido as constantes denúncias de corrupção o que mais contribuiu para o isolamento de Pinochet e o surgimento de conflitos com as forças armadas, marcadas por toda uma tradição de honorabilidade", diz Insunza. Essas denúncias causaram recentemente o fechamento da revista *Cauce*, por haver divulgado que Pinochet mandou construir com dinheiro do Estado uma casa e uma estrada de

26km com acesso somente a ela.

O setor mais conflitivo, "o mais fascista", segundo Insunza, é constituído "pelos jovens oficiais formados nestes 10 anos. Os oficiais tradicionais buscam uma saída política de direita, embora não coloquem como condição prévia a renúncia de Pinochet".

A "somozição" do Chile

Insunza compara Pinochet com Somoza e faz uma caracterização da ditadura no Chile: "Em nosso país — diz — o caráter do golpe de estado foi diferente do resto dos países latino-americanos. O golpe correspondeu à necessidade de acabar com um processo revolucionário. Tem alguma semelhança com o processo uruguaio, mas é muito diferente do processo argentino ou brasileiro. A ditadura no Brasil estimulou de certa maneira o desenvolvimento industrial. No Chile não. Significou a destruição da economia nacional para colocá-la exclusivamente a serviço das transnacionais e do capital financeiro".


"Atualmente, nós corremos o risco de nos transformarmos em um novo El Salvador e eu creio que em grande parte o projeto da ditadura e do imperialismo caminha nessa direção. Mas em nosso caso o movimento democrático ainda não tem condições de assumir formas armadas de luta."

"Acreditamos que no Chile ainda é possível uma saída política. Mas também estamos convencidos de que se o processo para derrubar a ditadura se prolongar e esta insistir em sua política de repressão, de violência, de terror contra o povo, a possibilidade de uma saída política irá se restringindo cada vez mais. Isso obrigaria o povo chileno a buscar outras fórmulas de luta para enfrentar a ditadura. Inclusive a armada." ●

do", a expressão política dos "Chicago Boys"; c) a União Nacional, grupo vinculado a Sergio Onofre Jarpa, ministro do Interior, e que postula uma "certa abertura na busca de uma saída de direita" e d) o Partido Nacional, "que tende a aproximar-se das proposições da Aliança Democrática".

Estas quatro forças e outros grupos menores não têm um acordo monolítico e, por sua vez, insistem em aparecer desvinculadas do regime.

"O jogo da ditadura foi o de tentar neutralizar a Aliança Democrática", acrescenta o dirigente opositor. Ou ao menos alguns setores dentro dela, "coisa que até agora não conseguiu". A AD mantém sua plataforma fundamental que exige a saída de Pinochet, um governo democrático provisório e a instauração de uma Assembléia Constituinte, exigindo *democracia agora*. "Para nós, o incremento e o crescimento da mobilização de massas é a única alternativa até o fim da ditadura e é além de tudo o elemento fundamental para se alcançar o acordo democrático", afirma Insunza. "Não cremos que esse acordo seja gerado na mesa de conversações. Pelo contrário, será o resultado da luta popular. Só depois, poderemos chegar à mesa de conversa-



UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 73671 2/3, CP. 342
Telex "IN CAFE" LUANDA

A batalha contra a seca

A estiagem que já dura quatro anos, agravada pelo banditismo e pelo tufão Demoina, obrigou o governo a mobilizar todos os recursos para ajudar as vítimas e salvar a economia

Etevaldo Hipólito

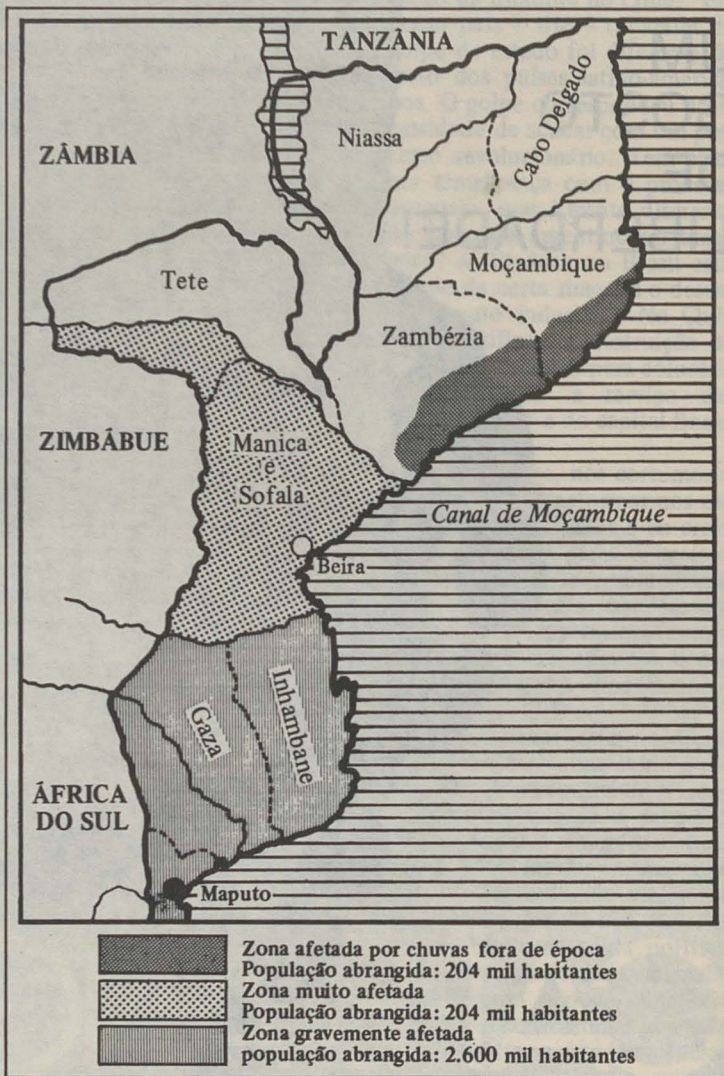
Desde 1980 parou de chover em quase metade do território moçambicano. O mesmo fenômeno atinge também outros países da África Austral, mas a ex-colônia portuguesa foi a que sofreu as consequências mais sérias, em termos humanos e econômicos, por causa do precário sistema agrícola deixado pelos colonizadores europeus. Um-terço dos 12 milhões de moçambicanos passaram a ter menos comida e muitos deles já convivem com a fome há pelo menos dois anos.

A seca por si só já seria suficiente para criar uma situação trágica, mas ela foi agravada ainda pela ação de grupos armados apoiados pela África do Sul, que tornaram extremamente difícil a ajuda às vítimas da estiagem e os esforços para manter em funcionamento os mecanismos econômicos essenciais. E como se tudo isto não bastasse, o calvário moçambicano ficou ainda pior a partir de janeiro, quando os que escaparam da seca sucumbiram às enchentes causadas pela passagem do tufão Demoina. O caso de Moçambique é no momento o exemplo mais trágico de um fenômeno que ameaça a África e assusta o Terceiro Mundo.

A tragédia em números

Os sinais de alarme quanto à situação alimentar na África pas-

68 - terceiro mundo





Moçambique e 23 outros países africanos atingidos pela seca só poderão sobreviver se receberem uma ajuda maciça em alimentos e empréstimos para a compra de adubos ou produtos químicos

Fievaldo Hipólito.



saram a se repetir nos últimos meses com inquietante frequência. Por duas vezes, ainda no início do ano, a Organização das Nações Unidas declarou-se profundamente preocupada com o futuro da população no continente, ameaçada por uma crescente escassez de alimentos. Na primeira quinzena de janeiro, Javier Pérez de Cuellar, o secretário-geral da ONU, alertou a comunidade internacional para o fato de que nada menos que cinco milhões de crianças morrem todos os anos em consequência da fome. Estes são os mortos. Igual número consegue sobreviver, mas carregando deformações causadas pela subnutrição.

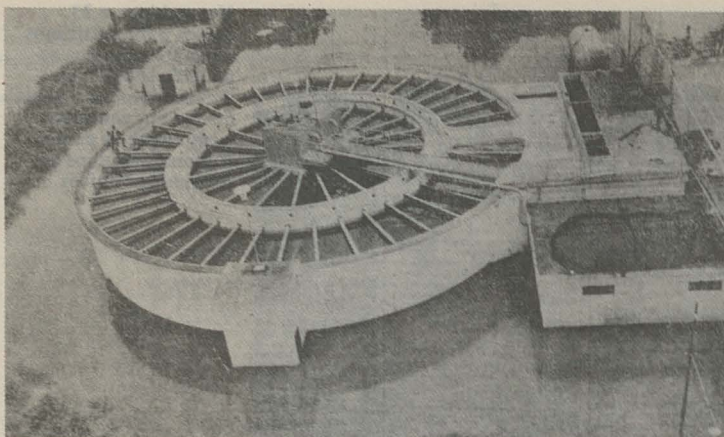
Mais uma indicação de que, em alguns casos, a calamidade é um fato concreto, está num documento elaborado por técnicos da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que após estudos em 24 países, concluíram que estas nações só podem sobreviver se receberem ajuda em alimentos, para a recuperação da agricultura e para a proteção de rebanhos. A origem de todos estes problemas, além das situações criadas pelo próprio homem, está no regime irregular de chu-

vas na região. Na maior parte do continente africano, a precipitação pluviométrica verifica-se de forma insatisfatória: em quantidade insuficiente, fora de época ou torrencial.

A situação se deteriorou de tal forma nos últimos anos que os 24 países precisaram importar 5,3 milhões de toneladas de cereais, a fim de cobrir as necessidades previstas para 83/84. Este volume é 38% maior que a demanda referente ao período imediatamente anterior. Do total agora exigido, 3,4 milhões destinam-se apenas à alimentação. A produção de gêneros alimentícios irá obrigar, por outro lado, que 18 países apliquem 31,1 milhões de dólares exclusivamente na aquisição de produtos químico-

cos e fertilizantes.

Na África Austral, mesmo os países de agricultura mais desenvolvida não escapam do panorama geral. Assim, o Zimbábue, que em 1981 alcançou a cifra recorde de 2,8 milhões de toneladas de milho, colheu no ano passado, somente 1 milhão. Somada com as reservas de 1982, esta quantidade seria suficiente apenas para garantir o consumo interno e os compromissos de exportação já assumidos. Por sua vez, a África do Sul sofreria uma queda equivalente a 4,2 milhões de toneladas na colheita de milho de 1983. Em situação normal, o país produz algo em torno dos 10 milhões. Enquanto no período de 82/83 foi possível exportar 4,5 milhões de tonela-



O tufão Demoina inundou as estações de tratamento de água em Maputo, cujos habitantes ficaram expostos a epidemias

das deste produto, no corrente ano as importações tinham sido estimadas em 2,3 milhões.

As consequências da seca não se manifestam somente na redução do volume de produtos colhidos. Elas acarretam problemas de outra ordem como, por exemplo, a necessidade de uma pronta resposta nos campos da saúde, transportes e assistência técnica, entre outros. Neste caso, os países pouco desenvolvidos se defrontam com situações de emergência para as quais se mostram completamente despreparados. A fragilidade das suas estruturas econômicas e as deficiências verificadas no setor administrativo deverão prolongar os efeitos desta calamidade e tornar o quadro ainda mais sombrio. De acordo com alguns analistas internacionais, os estados com mais probabilidades de superar a crise, que assume inevitáveis conotações políticas e sociais, são exatamente aqueles que optaram por uma gestão centralizada e uma economia planificada.

Muito embora o impacto não possa ser absorvido totalmente, a subordinação dos recursos disponíveis a planos concretos de assistência às populações e recuperação de áreas afetadas influirá de forma positiva nas próximas décadas.

A preocupação com as futu-

ras consequências da seca não vem fora de propósito. Numa recente conferência sobre população, financiada pelas Nações Unidas e realizada na cidade tanzaniana de Arusha, verificou-se que, caso não mude o atual ritmo de crescimento demográfico, dentro de 20 anos o contingente africano de 439 milhões de pessoas terá saltado para a casa dos 922 milhões de habitantes. Desta cifra, 430 milhões será de jovens com idade em torno dos 15 anos. A tendência atual para uma urbanização acelerada — cerca de 414 milhões de pessoas estarão nas cidades — aumentará a procura de alimentos, ao mesmo tempo que diminuirá o número de braços para produzi-los. De imediato, a questão que se coloca é de como garantir comida para todos. A solução destes desafios implica, entre outras medidas, definir políticas relacionadas com a distribuição de terras e a sua correta exploração.

Combate organizado

Em janeiro, o ministro moçambicano do Comércio Interno, Aranda da Silva, reuniu-se com o corpo diplomático, em Maputo, para informar sobre a situação criada pela seca e solicitar apoio da comunidade internacional no sentido de evitar que os seus pe-

sados efeitos se aprofundassem ainda mais. Depois de descrevê-la como grave, alertou que a prolongada estiagem ocasionara um duro golpe na economia de Moçambique.

Este tinha sido o segundo contato para tratar do mesmo tema. Um mês antes, a ONU, as representações diplomáticas e organismos internacionais receberam um informe abordando a extensão e as perdas alcançadas pela seca, a mais grave dos últimos 50 anos no país.

Com exceção das províncias de Niassa e Cabo Delgado e ainda de partes da Zambézia, Tete e Nampula, todo o resto do território moçambicano se encontra afetado. Os vultosos prejuízos causados podem ser avaliados a partir de dois fatos expressivos: um-quarto da produção nacional de cereais sai das áreas atingidas e cerca de 70% da criação familiar de gado se localiza nestas regiões. Em termos de população, em torno de 4 milhões de pessoas — cerca de 925 mil famílias — foram diretamente atingidas. Este número equivale a um-terço dos habitantes de Moçambique, de acordo com o último recenseamento nacional.

Existe, porém, um outro contingente que também depende do campo e que se viu afetado. Durante um balanço feito em reunião com membros do Partido Frelimo sobre as consequências da seca e do tufão Demoina,¹ em meados de fevereiro, o ministro Aranda da Silva chamaria atenção para este aspecto do problema:

“Em circunstâncias normais — informou — há no nosso país cerca de dois milhões de pessoas

¹ O tufão Demoina provocou, no início de fevereiro, grandes chuvas e inundações no sul de Moçambique. Mais de 100 pessoas morreram afogadas e cerca de 9.500 famílias que moravam nas proximidades dos rios Maputo, Umbeluzi e Nkomati perderam todos os seus bens. Foram destruídas aproximadamente 102 mil toneladas de cereais, legumes e cítricos.

que não produzem diretamente a comida. São os habitantes das cidades, que têm de ser alimentados pelos excedentes dos camponeses. De repente, em vez de dois milhões, ficamos com seis milhões e meio para alimentar, ou seja, metade da população do país”.

Apesar do quadro sombrio, as autoridades moçambicanas se mostram otimistas quanto à possibilidade de superar as dificuldades criadas pela irregularidade das chuvas e pela ação desestabilizadora do banditismo. Os principais dirigentes do Partido Frelimo desencadearam uma verdadeira campanha militar no sentido de organizar o povo, educá-lo para enfrentar as adversidades naturais e estimular o combate à passividade e ao derrotismo.

Para se ter uma idéia de como se materializa este tipo de preocupação com a participação da população na resolução dos problemas que afetam o país, vale a pena fazer referência a uma reunião mantida entre Jorge Rebelo, responsável do Departamento do Trabalho Ideológico do Partido Frelimo, e os representantes de órgãos de base da cidade de Maputo, como chefes de quarteirões e de Grupos de Dez Famílias. Estes últimos, além de um coordenador, são integrados por um membro da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e outro da Organização da Juventude Moçambicana (OJM). Calcula-se entre 70 e 80% a área da capital onde tais organismos se encontram instalados.

Ao fazer uma retrospectiva dos passos dados na organização da cidade, Jorge Rebelo recordou que, de início, foram criados os distritos urbanos, depois teve lugar a reestruturação dos Grupos Dinamizadores, seguida da dos quarteirões, chegando finalmente a vez dos Grupos de Dez Famílias. “Se os órgãos de base, que são os alicerces da sociedade, não funcionarem democraticamente e não tiverem vita-

lidade, o edifício social não pode ficar sólido nem ser democrático” – comentou o secretário do DTI, advertindo para os perigos de possíveis desvios quanto à sua concepção original. Esta preocupação decorre da presente etapa que atravessa o país, que enfrenta uma série de problemas ainda resultantes dos 500 anos de dominação colonial portuguesa. Somente através de uma organização dinâmica, que envolva todos

os setores econômicos, sociais e políticos, será possível criar uma nação, consolidar a independência e construir o socialismo. Desta forma, ainda segundo Jorge Rebelo, a responsabilidade individual se encontra estreitamente vinculada à coletiva, verificando-se um real relacionamento entre as bases e os seus dirigentes. Em termos práticos, significa o controle efetivo sobre os mecanismos do aparelho de Estado. ●

MOÇAMBIQUE I

Um hospital coberto de palha

Amélia Felimane Saveca não deve ter mais de 20 anos e já carrega nos ombros uma grande responsabilidade. Depois de ter concluído o curso de Parteira Elementar, ministrado durante 12 meses em Xaixai, foi enviada para assumir a direção do hospital instalado na Aldeia Comunal “4º Congresso”, na localidade de Chipadja. Situado no interior

da província de Gaza, este povoado é formado por uma série de palhoças e casas de alvenaria espalhadas numa área de densa mata que, à primeira vista, parece constituída apenas por cajueiros. Ao todo, seis mil pessoas aí vivem dedicando-se principalmente à agricultura.

Manjacaze, o distrito onde se encontra Chipadja, tem uma po-

Ezevaldo Hipólito



Amélia Felimane, a parteira que cuidou de seis mil flagelados

pulação calculada em 138 mil habitantes, dos quais 70 mil foram diretamente atingidos pela seca. À semelhança do que ocorreu em outras partes da província, os camponeses chegaram a semear até quatro vezes, na esperança de colher alguma coisa. Cada pancada irregular de chuva levava a que, a qualquer hora do dia, a terra fosse trabalhada por milhares de pessoas, crianças inclusive, em toda a parte. O resultado são as grandes clareiras onde se encontram, visíveis, os esforços para aproveitar estas precipitações esporádicas. Ao longo das rodovias conduzindo a Manjacaze ou Chibuto surgiam, aqui e ali, *machambas* (plantações) de milho com diferentes alturas.

Os problemas que chegam até o pequeno hospital são muitos e estão bem ao seu redor. Para se chegar onde o centro de saúde foi instalado, é preciso percorrer uma estrada de chão batido, vigiada por postos de controle militar. Milicianos e quadros regulares das Forças Populares realizam, de forma conjunta, o trabalho de manter a segurança em toda a região. Numa entrevista divulgada pelo jornal "Notícias de Maputo", Alberto Langane, o administrador desta área, informava que em várias aldeias estavam sendo ministrados cursos de preparação político-militar. E outra frente de combate não menos importante tinha sido aberta com a criação de um "Estado-Maior de Luta contra a Fome", inspirado nas resoluções do 4º Congresso do Partido Frelimo, realizado no ano passado.

Sobre a mesa da jovem parteira, encontram-se algumas publicações orientando o trabalho médico no campo. Neste local, uma sala de proporções muito reduzidas, são feitos os primeiros contatos com os pacientes e algumas consultas simples. A sala de partos está logo ao fundo e a enfermaria geral ocupa a maior parte da construção. À noite, as

parturientes dormem lá dentro. Durante o dia, ficam debaixo das árvores, onde descansam e cozinham. Esta situação, ditada pela modéstia de recursos e meios é compartilhada também por Amélia Felimane, para quem alguns voluntários se ofereceram para construir uma cabana de palha. As instalações do hospital são acanhadas, mas tudo se encontra bem arrumado e em perfeita ordem. Em conversa à parte, dois médicos europeus que se encontravam em viagem de inspeção — eles deveriam preparar um relatório sobre a utilização das doações recebidas de organismos internacionais — elogiaram o nível de organização encontrado, levando em conta que a visita tinha sido feita de surpresa.

Corpos inchados

Pendurado na ramagem de um cajueiro, um vidro de soro relembra a dureza e dramaticidade dos esforços para prestar assistência a um número cada vez maior de flagelados. Por dia, chegou-se a ter mais de 70 casos graves de subnutrição. Os pedidos de ajuda se tornaram cada vez mais insistentes, com períodos em que entre 300 a 400 pessoas se dirigiam diariamente ao posto de saúde buscando alguma coisa para comer. Os responsáveis distritais enviaram leite em pó, farinha de milho, açúcar e óleo.

Como nas instalações existentes não era possível abrigar o grande número de casos exigindo assistência constante, acomodações tiveram de ser improvisadas. Uma das soluções encontradas foi utilizar a palhoça onde funcionava uma igreja. Nela e em outra cabana, coberta de capim, chegaram a ficar alojadas até 40 pessoas. Toda uma extensa área ao redor tinha, nestes dias, a aparência de um imenso acampamento plantado em terra estéril.

A escassez de alimentos atingiu tal ponto que a população da região viu-se obrigada a recorrer

a todo tipo de improvisação em matéria de comida. Este desespero provocou algumas vítimas fatais. A manga ainda verde, por exemplo, era cozinhada em água e transformada numa papa viscosa e de sabor pouco comum. Os organismos mais debilitados pela fome não resistiam à estranha sopa. Por outro lado, a *nkakana* trouxe uma série de problemas. Refogadas em água, sal e misturadas com amendoim, suas folhas miúdas e ligeiramente amargas são parte integrante da cozinha tradicional moçambicana. Os pequenos frutos, conhecidos como *tiaka*, recebem preparação mais elaborada, na qual entram óleo, sal e cebola. Estes pratos são normalmente acompanhados de *ushua*, uma consistente pasta de farinha de milho branco.

A calamidade que se abateu sobre a região reduziu a população a uma situação de tamanha penúria que, numa tentativa desesperada de sobrevivência, a *nkakana* passou a ser consumida com rama e tudo, depois de uma fervura em água pura. E as consequências não se fizeram esperar: inchações por todo o corpo.

Trabalho organizado

Um dos fatores importantes na luta contra os flagelos resultantes da seca encontra-se na organização do trabalho de assistência implantado na aldeia. Além do apoio recebido por parte dos organismos governamentais, os próprios moradores assumiram a responsabilidade por tarefas que no dia-a-dia deveriam manter o centro de saúde em funcionamento, apesar das novas exigências. Carregar água e lenha, auxiliar na triagem dos enfermos e no seu tratamento, ou ainda assistir nos trabalhos de maternidade, tudo isto foi realizado como parte de um conjunto de ações coordenadas. Enquanto membros da Organização da Juventude Moçambicana ajudavam na limpeza do hospi-

Os estragos do Demoina

tal, abrindo fossas para o lixo acumulado, a Organização da Mulher Moçambicana indicava alguns dos seus quadros para apoiar diretamente o trabalho de Amélia Felimane. Hoje, elas já sabem preparar os alimentos distribuídos aos necessitados, de acordo com as prescrições dos nutricionistas. "Quando eu tenho que ir a Chibuto fazer levantamento dos medicamentos, elas ficam aqui com os doentes e o que *desconseguem*¹ eu mesma faço" — diz ela, com orgulho.

O contato estabelecido com a população, ainda que feito numa situação excepcional, permitiu desenvolver campanhas de esclarecimento sobre problemas de saúde. Assim, enquanto os doentes se encontram recebendo tratamento, logo de manhã a primeira coisa que se faz é ministrar noções de educação sanitária. Entre os pontos de discussão abordados está a limpeza das casas, a necessidade de dar pelo menos dois banhos diários nas crianças e porque se deve combater as moscas. Este trabalho é assumido também pela OMM e OJM, tendo já dado alguns frutos, observados em determinadas mudanças de comportamento: agora, antes de construir a sua casa, qualquer pessoa na aldeia constrói primeiro uma latrina e um local onde tomar banho.

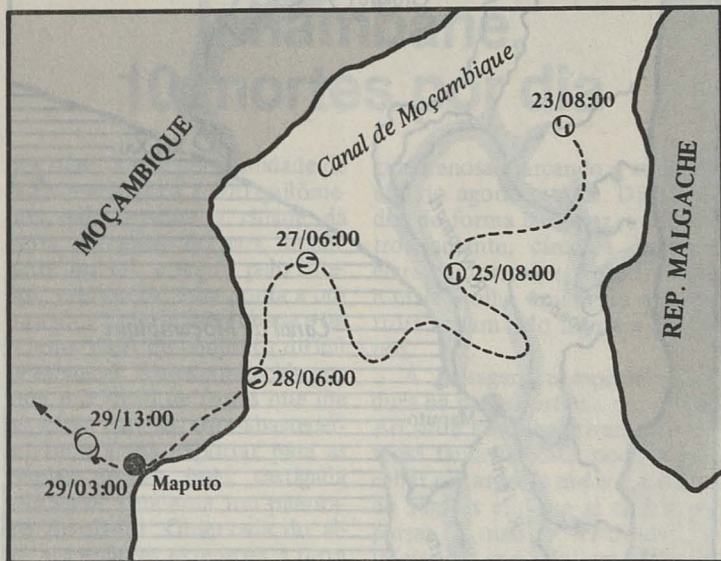
As chuvas esparsas verificadas no mês de novembro tinham atenuado a situação no distrito de Manjacaze. De nenhuma forma, porém, chegaram a ser uma solução mas, com os cajueiros carregados de frutos, os habitantes da área praticamente desapareceram do posto de saúde. As castanhas e o suco de caju e mais alguma pequena cultura de rápido crescimento deveriam assegurar uma alimentação, ainda que precária, até os meses de fevereiro ou março.

Em fevereiro, ao drama dos refugiados da seca somou-se a tragédia das vítimas de uma enchente tão devastadora quanto a prolongada estiagem. Os milhares de moçambicanos que durante meses a fio esperaram pela volta das chuvas, enfrentaram um novo pesadelo quando elas finalmente apareceram. O que poderia ser a salvação acabou provocando uma nova catástrofe.

Para Alice Calangue e Fenjas Tembe, um casal de camponeses da região de Chihahlo, a manhã de 31 de janeiro parecia indicar um dia não muito diferente dos demais. Já fazia parte da rotina cuidar dos sete filhos e trabalhar duro a terra. Dois fatos recentes rompiam o cotidiano: Alice, agora com 40 anos, estava no último

mês de gravidez e a seca, que estorricava uma parte considerável do país, começava a ser amenizada por algumas pancadas de chuva. Mesmo irregular, tinha feito brotar alguma coisa e despertava muita esperança. Na parte da tarde, porém, teria início um drama capaz de marcá-los para sempre. A eles e a milhares de pessoas em todo o sul de Moçambique.

Quando percebeu que as águas do rio Maputo subiam perigosamente, Fenjas Tembe tentou se afastar do local com a família. Não conseguiu chegar às partes mais altas do distrito de Bela Vista e, como única saída, acomodou-se como pôde numa grande árvore conhecida como *siumaüma*. De acordo com moradores locais, a forte ventania,



O tufão Demoina se formou em janeiro perto da costa de Madagascar e depois mudou várias vezes de rumo na zona do canal de Moçambique, antes de penetrar em terra firme na altura da cidade de Maputo. Os números indicam os dias e a hora em que houve mudança de curso na trajetória destruidora do Demoina. As chuvas provocaram o transbordamento de quatro rios

¹ *Desconseguir*: forma negativa do verbo *conseguir* na linguagem popular moçambicana.

a chuva torrencial e a correnteza que crescia cada vez mais, foram arrancando, um a um, cinco dos seus filhos. Ao mesmo tempo que esta colheita sinistra se desenrolava, a mulher começou a sentir as primeiras dores de parto. Vinte e quatro horas depois, amparada pelo marido que lhe havia improvisado um jirau de galhos e folhas, dava à luz um menino.

“Eu só apareci lá no terceiro dia” — revelou Jorge Faria Peixoto, 27 anos, que iniciou e participou ativamente das operações de resgate, juntamente com Antônio Chivure, agricultor que se recusou a ir para Portugal depois da independência e que tem hoje a gratidão de dezenas de pessoas

por ele salvas. Mas, como ressaltou em declarações ao semanário “Domingo”, depois de narrar como recolheu 18 flagelados em uma só tarde, ficou com a “sensação de não ter feito nada, pelo menos para aqueles que gemiam em cima das árvores, suplicando”.

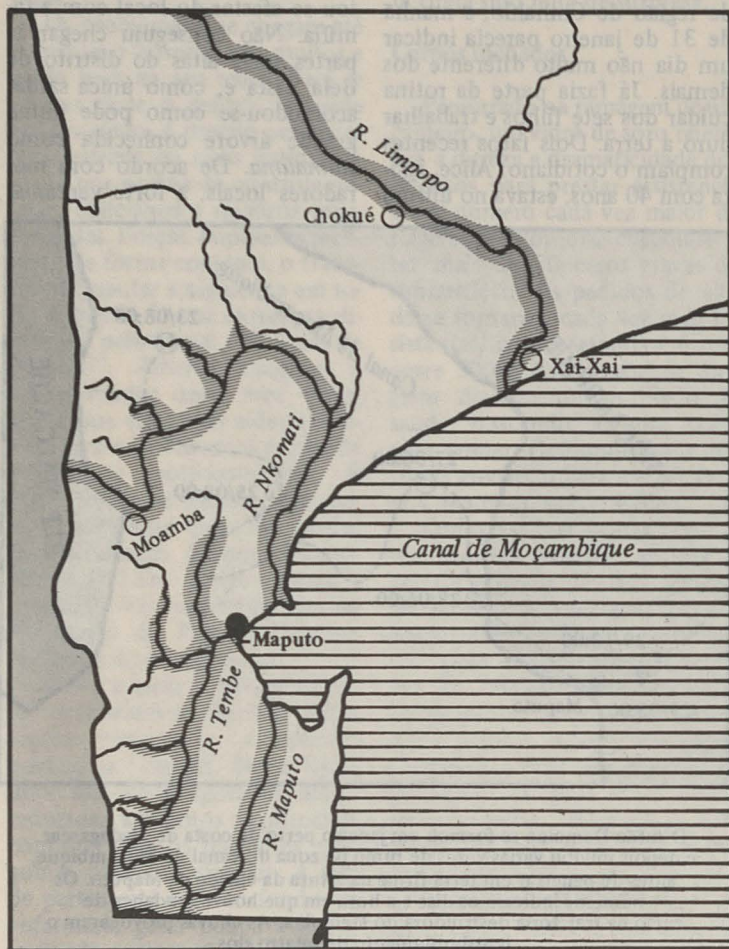
Os relatos dos moradores das margens dos rios são pungentes. Durante a noite, quando se ouvia apenas o deslizar rápido e sinuoso das águas na ramagem das árvores e o vento açoitava com menos intensidade, sobressaíam as vozes saídas das copas mais altas e os gritos daqueles que eram arrastados em direção ao mar. A escuridão atenuava de certa maneira, o horror deste quadro. Mas, durante o dia, era impossi-

vel ignorá-lo. Aos borbotões, a torrente escura e suja arrastava instrumentos agrícolas, colheitas inteiras, animais domésticos e selvagens — até hipopótamos —, arrasando cabanas e casas de alvenaria espalhadas ao longo do seu trajeto. No meio de tudo isto, debatiam-se crianças e adultos.

As consequências da seca também estiveram presentes no drama. Para minimizar o seu rigor, os camponeses tinham lançado sementes naquelas línguas de terra situadas junto ao leito do rio. O problema seguinte, a invasão das *machambas* por hipopótamos, foi resolvido com a construção de cabanas no local. A inundação despencou de forma imprevista. Pior que isto: além de espriar-se, em certas partes era uma implacável massa líquida com mais de 15 metros de altura. “Um verdadeiro dilúvio” — descrevem alguns sobreviventes.

Vindo da embocadura norte do canal formado pelas costas de Moçambique e da República Malgache, o tufão Demoina começou a provocar estragos à medida que se aproximava. Logo abaixo do rio Save, na parte central do país, atingiu a faixa costeira de Inhambane e deixou prejuízos de milhares de dólares. Um documento do governo local, reproduzido pela imprensa, informava que “no setor estatal, da área de 642,5 hectares de culturas diversas com uma produção estimada em 850,4 toneladas, mais de 50% estão perdidas”. Esta província figura como aquela onde a seca que assola o país se manifesta de forma mais inclemente. Enquanto a faixa costeira e a parte sul tinham plantações arrancadas pelas raízes, o centro e o norte se debatiam com a escassez de água.

Na província de Maputo, os resultados foram igualmente sérios. Mais de 10 mil pessoas, habitando as margens dos rios Nkomati, Umbeluzi e Maputo, ficaram ao relento. O setor estatal



perdeu 1.500 hectares de cereais e 63 mil metros quadrados de viveiros. A área de produção familiar se viu atingida em 250 mil hectares. A tudo isto se deve acrescentar ainda 5 mil cabeças de gado, entre as quais um-quarto do rebanho leiteiro de toda a região, e os danos consideráveis ocasionados em 27 represas. Num relatório apresentado pelo ministro do Comércio Interno, Aranda da Silva, a responsáveis de base, estes dados aparecem junto à indicação de que a maior parte do equipamento importado pelo governo para o setor agrícola simplesmente tinha desaparecido com as cheias.

Camponeses organizados

A ofensiva lançada pelo Partido Frelimo não se limitou a envolver os grupos de apoio e solidariedade representados em Moçambique e a população em geral. Visou, também, às próprias vítimas da calamidade, levando-as a refletir sobre a situação em que se viram envolvidas. Logo nos primeiros dias, nos centros de atendimento destinados aos flagelados, estabeleceram-se discussões em torno do que aprender desta trágica experiência. Como não podia deixar de acontecer, a seca e outros problemas anteriores às enchentes também foram enfocados. E a questão principal que se colocava é que, sozinhos e dispersos, os camponeses não podem sair do atraso em que se encontram. A organização irá também facilitar o trabalho de assistência permanente planejado pelo governo.

Os primeiros resultados das reuniões não se fizeram esperar. Nas discussões com os flagelados concentrados no distrito de Boane, por exemplo, chegou-se à conclusão que o mais seguro mesmo é viver em grupos organizados. De início, serão lançadas as bases para a construção de três aldeias comunais. Todos se lembram bem das mais de três

1984 - Junho - no. 67



A enchente e a seca aumentaram o esforço pela organização popular

mil famílias recolhidas nas regiões alagadas e que mais de dois mil hectares por elas cultivados já não existem. Em diferentes locais e situações, podia-se observar uma certa impaciência por aproveitar a terra úmida e come-

çar logo a plantar abóbora, feijão, milho e batata-doce. Além de instrumentos agrícolas, as exigências recaíam sempre sobre sementes. O que não se queria era ficar de braços cruzados, à espera da ajuda de fora. ●

MOÇAMBIQUE III

Inhambane, 10 mortes por dia

Quem tiver a oportunidade de sobrevoar os 1.500 quilômetros que separam a cidade de Beira, no centro do país, de Maputo, no sul, e seguir pelo interior, cruzará de uma ponta a outra a província de Inhambane e terá uma visão de conjunto difícil de esquecer. Antes conhecida por uma produção de frutas que lhe permitia não só auto-abastecer-se como ainda exportar para as demais regiões, hoje, castigada pela seca, apresenta um panorama desolador. Observada do alto, em grandes extensões a terra parece estorricada, coberta apenas por uma vegetação ressequida. Em certas partes, a cor predominante é o cinza escuro; em outras se impõe uma tonalidade ferrosa. Por vezes, surge uma lín-

gua arenosa marcando o curso de um rio agora extinto. Distribuídos de forma irregular, quilômetros adiante, círculos de areia clara contornam e reduzem mais e mais o olho úmido do que outrora teriam sido lagoas e pântanos.

A paisagem é especialmente dura na parte norte da província. Ao sul e numa relativamente extensa faixa da costa, pode-se perceber um aspecto melhor, existindo lugares em que as chuvas esparsas, e mais as verificadas no início do ano, tinham alterado bastante o aspecto original. O verde das plantas já se faz sentir com mais força e suaviza o panorama.

Os efeitos da seca vão muito além da destruição da paisagem.

terceiro mundo - 75

O custo humano ainda é incalculável. Milhares de pessoas fugiram de suas aldeias em busca de comida, remédios e roupas. Elas passaram a se aglomerar nos centros de socorro organizados pelo governo, sobretudo na província de Inhambane, e especialmente no distrito de Vilankulo. Ali, a situação, em março de 84, mostrava uma grande movimentação de gente e uma sensível melhora no fornecimento de comida e roupas aos que perderam tudo na seca.

“Em agosto, não se ouviam aqui estas vozes. As pessoas chegavam, sentavam e ficavam caladas. Não era possível distinguir voz de homem ou de mulher porque ninguém dizia nada. Tudo fraquinho de fome”. Quem chama a atenção para o quadro de uns meses atrás e o de agora é Simeão Maoze, diretor provincial de Educação e Cultura. Ele aponta para os camponeses reunidos numa espécie de praça de frente do escritório administrativo, uns debaixo de uma grande árvore, outros espalhados nas ilhas de sombra ao redor. Enquanto aguardam a distribuição de milho, todos cantam. A várias vozes, iniciadas ora por um homem ora por uma mulher, as canções vão como que escorrendo debaixo do sol escaldante. A temática é simples. Fala dos bandos armados, da libertação da mulher, do combate à fome, ao analfabetismo, do papel da Frelimo na luta armada de libertação nacional e da importância de ter um povo unido e organizado.

Apesar da melhoria verificada no atendimento, existem ainda problemas. No final de dezembro, continuavam chegando aos principais centros do distrito de Vilankulo uma média diária de seis famílias. Vindas a pé de aldeias distantes a 80, 90, 100 quilômetros, muitas ficaram pelo caminho. Primeiro, morriam os velhos e as crianças de colo, em seguida, um a um, iam caindo os demais membros.

76 - terceiro mundo

Não seria demasiado afirmar que nenhuma família deixou de pagar seu tributo à seca. Esta guerra envolveu a todos, dizendo impiedosamente aqui e ali. Na localidade de Mapinhane, durante uma reunião com centenas de participantes, Amós Mondhane, responsável pelo Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais, apontou ao acaso algumas pessoas perguntando quantos parentes morreram em consequência da fome. A resposta foi dramática: os dez inquiridos tinham perdido entre cinco a nove familiares. O trabalho de controle estabelecido em centros como este e outros montados em Macovane, Moapsa e Buxane permitiu recolher dados expressivos sobre a situação em toda a região. Em algumas áreas eram contadas, no início do ano, entre oito e 12 mortes diárias em comparação com os 15 a 20 óbitos computados em igual período nos meses anteriores.

Catando migalhas

Muito embora o flagelo que assola algumas províncias de Moçambique não faça distinção entre as suas vítimas, ceifando a todos indistintamente, os dois grupos mais atingidos são os velhos e as crianças. A idade avançada e a inexperiência na luta pela sobrevivência unem estes pontos extremos e determinam o destino comum. Dificilmente um organismo despreparado conseguirá suportar situações de emergência que exigem um consumo mínimo de água e a ingestão de raízes e ervas pouco adequadas. A iminência da morte obrigou a que milhares de pessoas de todas as idades, sozinhas ou em grupos, empreendessem o caminho da fuga.

E as crianças, um tanto desorientadas, começaram a circular pelas estradas de Inhambane. Um detalhe que de imediato chama a atenção quando se observa

estas manchas maltrapilhas, restos dos grupos originais, é a latinha de leite condensado, vazia, nas mãos. Sua importância é menos recreativa que de sobrevivência. Órfãs ou desgarradas das suas famílias, elas utilizam estas latas para cozinhar punhados de alimentos caídos na beira da estrada.

— É incrível — ressalta um dos moradores do distrito — a distância que algumas conseguiram percorrer colhendo aqui e ali grãos de milho, de arroz e restos de farinha de milho.

Como aves famintas, vieram catando estas migalhas quilômetros afora até chegarem a Vilankulo.

As patrulhas das FPLM enviadas para as regiões afetadas recolheram muitas crianças agonizando nas cabanas junto a parentes mortos. Outras vagavam pelas florestas, mas um número ainda desconhecido morreu no meio do mato. De fome, sede, doença ou devoradas por alguma fera, esta é uma morte que tiveram de enfrentar completamente sozinhas.

Quando foram localizadas, um primeiro passo para sua sobrevivência estava dado. O problema seguinte era a capacidade de resistir aos alimentos mais simples e imediatamente disponíveis como, por exemplo, leite condensado diluído em água. Algumas não conseguiram. De uma maneira geral, o estado de saúde dos sobreviventes é sempre delicado. Além da subnutrição propriamente dita, há a sarna e as verminoses. Corroendo por dentro e por fora, de forma visível, estas mazelas acentuam a complexidade da luta para recuperar corpos tão mirrados. A tudo isto deve-se acrescentar o impacto emocional causado pelas consequências da seca e dos atos de banditismo: plantações destruídas, aldeias abandonadas e famílias inteiras violentamente desfeitas.

Há uma solenidade grotesca

nestas crianças de ventres enormes andando de um lado para o outro nos centros de recolhimento. Os membros finos em extremo e as articulações nodosas nada mais fazem do que acentuar a desproporção das barrigas inchadas pelos vermes. O caminhar é lento e alguns, quando tentam sentar, têm a aparência de velhos excessivamente gordos lutando por equilibrar o corpo. Mesmo absurdas, encontram motivo para brincadeiras e disposição para trazer do mato pequenas braçadas de gravetos e fazer crescer o monte que vai se formando perto da cozinha comunitária. De vez em quando, na palma da mão de um destes recém-chegados, aparece um cacho de frutas silvestres de um vermelho berrante e todo o grupo ri, satisfeito. É um riso sem algazarra, quase silencioso, apenas com a brancura dos dentes à mostra. Elas, em definitivo, apesar de tudo, não são ociosas, conservam a alegria de viver.

As condições de atendimento são precárias. O grande fluxo de flagelados consome toda a ajuda em alimentos e medicamentos recebidos do exterior. As refeições são coletivas e preparadas por membros da Organização da Mulher Moçambicana (OMM). Quando o estoque é suficiente, a dieta normal administrada aos internos duas vezes ao dia, inclui farinha de milho branco, leite em pó, óleo, açúcar e bolachas especiais. Caso contrário, serve-se apenas uma refeição diária.

Em Inhambane, a capital provincial, os centros de saúde estão completamente lotados. No final do mês de dezembro, já não havia mais condições de responder às exigências cada vez maiores de assistência. Até serem criadas algumas alternativas, todos estes menores terão que permanecer nos centros existentes nos distritos, onde, por sua vez, luta-se contra a carência de meios e recursos. Algumas famílias se ofereceram para adotar algumas



Crianças famintas tiveram que caminhar até 100 quilômetros em terras áridas em busca de comida, água e ajuda médica essencial

crianças, mas no total são em número insuficiente para resolver o problema. Uma saída encontrada foi o internamento dos menores em idade escolar, assumindo o Estado a responsabilidade direta pela sua sobrevivência.

Duas velhas

“O patrimônio cultural nosso vai-se embora” — comenta, a meia voz, o administrador, enquanto se afasta de duas velhas deformadas pela fome. Descansando debaixo de uma árvore, elas estabelecem entre si um grande contraste. Uma se encontra extremamente magra, com as articulações todas inchadas e a pele escura grudada nos ossos. Do mesmo modo que as veias, os

seios secaram e encolheram, o que lhe dá à primeira vista aquela aparência de ser assexuado. A outra, pelo contrário, tem o ventre proeminente, como que farto. A mesma falsa gordura se espalha pelos membros e rosto entumescidos. As pulseiras que deveriam adornar braços e pernas se encontram afundadas nesta soturna fartura de carnes.

Ambas vieram de longe, caminharam ao todo 97 quilômetros em busca de comida, assistência médica e proteção contra os bandos armados. Com um fio de voz, a de ossos à mostra diz ser a única sobrevivente de toda uma família forçada a abandonar a aldeia distante. No lado esquerdo da testa, um calombo tão grande como um ovo testemunha a dureza da peregrinação, marcada

por desmaios e fome. Depois de observar o leve arfar sob a pele negro-cinzenta, sua companheira informa simplesmente: "Já está com diarreia."

Todos sabem o que isto significa para um organismo tão debilitado.

Ela mesma, a de membros volumosos, deve ter presente que as suas chances de escapar são mínimas, pois a idade pesa e o corpo está desgastado pelos jejuns e caminhadas forçadas. Contudo, ainda que alguém não compreenda o *chitswa* — uma das seis línguas utilizadas no distrito — fica de imediato atraído pela sua fluência ao falar. Em

resposta à menor pergunta, os olhos afundados na cara brilham e da boca fluem palavras aos borbotões mas sem atropelo. A pronúncia é clara, cada som bem distinto um do outro. Para ela, esta cadência talvez seja uma forma de agarrar-se ao mundo dos vivos. Neste momento, quem consegue se colocar como mero espectador percebe como é correto comparar a musicalidade das línguas bantos com uma cascata. Uma coisa, porém, é certa: para entrevistada e entrevistador, estas sílabas tão sonoras parecem suficientemente fortes para suplantarem o horror da morte ali presente. ●

Notícias



Adelino Julio dos Santos

É NECESSÁRIO AINDA MAIS AJUDA

□ A Cruz Vermelha de Moçambique foi fundada a 10 de julho de 1981. As suas atividades primeiramente se concentraram na formação de socorristas. No momento, além de dar prosseguimento a este programa contínuo e permanente, tem aplicado parte dos seus esforços no apoio às vítimas da seca. Adelino Júlio dos Santos, o seu secretário-geral, prestou algumas declarações a cadernos, das quais transcrevemos um resumo:

"A nossa política é de apoiar todas as populações atingidas, de acordo com as possibilidades existentes. Contamos com a ajuda das demais sociedades congêneres e de outras organizações internacionais. Todos os produtos recebidos são imediatamente canalizados para as áreas de crise.

"Consideramos que há uma situação muito grave atingindo as províncias de Gaza e Inhambane, uma parte da de Maputo e áreas de Manica e Tete. De todas essas, Inhambane se apresenta como a mais grave. Dos seus sete distritos, cinco foram completamente envolvidos por esta calamidade.

"As chuvas agora verificadas não nos garantem, de forma segura, uma produção que possa aguentar até o próximo período de cultivos.

"Temos recebido alimentos e, algumas vezes, veículos. Infelizmente, o volume enviado não é suficiente.

"No tocante às necessidades mais prementes, colocamos em primeiro lugar os produtos alimentícios. Em segundo, roupas. A seguir, os medicamentos. Tudo isto em grandes quantidades. So-

mente em alimentos precisamos de aproximadamente 250 mil toneladas para que a população possa aguentar alguns meses até a colheita seguinte."

A SECA EM NÚMEROS*

	População total	População afetada
Província Inhambane		
Distrito		
Homoine	92.492	55.675
Massinga	222.970	133.782
Morrumbene	109.942	32.983
Vilankulo	128.045	115.241
Govuro	74.665	67.199
Inharrime	67.514	40.508
Panda	56.126	33.676
Sub-total:	751.754	479.064
Província Gaza		
Distrito		
Chibuto	219.538	109.769
Manjacaze	137.790	69.516
Guija	100.188	30.056
Chicualacuala	78.839	63.071
Sub-total:	536.355	272.412
Total:	1.288.109	751.476

* Fonte: Cruz Vermelha de Moçambique

Organizar para sobreviver

A pesar da magnitude dos problemas decorrentes da seca e da atuação dos bandos armados, este desafio está sendo enfrentado com tenacidade e persistência. Mas todo esforço necessita de um comando seguro, capaz de delinear e dirigir a ofensiva adequada para os mais diferentes tipos de exigência.

As estruturas político-administrativas de Moçambique se encontram organizadas em *zonas*, compostas por sua vez por um chefe, uma responsável da OMM e outro da OJM. A seguir vem a *célula*, dirigida por um secretário do Grupo Dinamizador assessorado por representantes da OMM e OJM. O *círculo* será o conjunto de três a quatro células e repete a estrutura anterior. Quatro a cinco círculos formarão uma *localidade*. O primeiro-secretário do Partido assume, neste caso, as funções de presidente do Conselho Executivo. Finalmente, um determinado número de localidades forma um *distrito*.

Numa zona podem ser encontradas de 20 a 40 famílias e o responsável local tem a obrigação de conhecer todos os problemas existentes nesta área. No caso da seca, por exemplo, deve informar não só o número total de moradores em sua jurisdição, como ainda a composição do agregado familiar e a situação em que cada um se encontra. No dia da distribuição de produtos, a entrega será feita diretamente aos chefes de família e na presença do respectivo responsável que, com uma lista na mão, vai conferindo os nomes dos membros da sua própria comunidade. Desse modo, torna-se impossível,

por exemplo, que pessoas moradoras de um determinado círculo tentem receber mais quotas em outro local. Como todo o processo se desenvolve de forma pública, inibe-se também a ocorrência de desvios e apropriações indevidas de produtos. Caso estas irregularidades ocorram, a identificação dos pontos de estrangulamento pode ser feita quase que de imediato. Existe, assim, a garantia de que cada gênero encaminhado pelo governo

central chegue ao seu destinatário.

No que diz respeito à segurança, essa estrutura político-administrativa reduz o risco de infiltração por parte de agentes inimigos. Uma pessoa não pertencente a uma determinada região e que nela apareça por qualquer motivo, logo será detetada. Em menos de 24 horas um não-residente, por mais que queira passar despercebido, terá que se apresentar e se identificar perante os dirigentes locais. A vigilância popular assim reforçada conseguiu desmascarar bandidos disfarçados de pacatos cidadãos.

As declarações feitas por várias pessoas permitem concluir que as pressões exercidas pelos bandos armados sobre os habitantes do distrito de Vilankulo



A sucessão de tragédias naturais obrigou as autoridades moçambicanas a criar uma nova estrutura de organização popular



Homens e mulheres de Moçambique foram mobilizados em milícias para ajudarem no socorro às vítimas da seca e das enchentes



— o mesmo vale dizer quanto ao restante da província — deram oportunidade a uma experiência antes não conhecida. Conforme também sublinhou o administrador de Vilankulo, Eduardo Gima, a luta armada contra o colonialismo português e a guerra de libertação do Zimbábue não alcançaram Inhambane, ficando

assim delimitada uma situação especial para a região. No primeiro caso, a resistência popular se fez de armas nas mãos, principalmente em Cabo Delgado, Tete e Niassa. No segundo, as agressões lançadas nas zonas fronteiriças da então Rodésia pelos regimes racistas de Ian Smith e Abel Muzorewa se circunscreveram a estas áreas. Em consequência, quando os bandidos iniciaram os seus ataques na região de Vilankulo sobreveio o pânico. Posteriormente, cada morador foi compreendendo que era possível oferecer resistência e derrotar os responsáveis por seqüestros, roubos e assassinatos.

A nova atitude veio na sequência do trabalho de mobilização realizado pelo Partido Frelimo, que promoveu discussões sobre a sua natureza e a melhor forma de combater o inimigo. Rompida

a barreira de uma ilusória neutralidade — de alguns que achavam que esse combate não lhes dizia respeito —, iniciou-se a organização da vigilância popular em toda a região. A etapa seguinte foi organizar os voluntários para as Milícias Populares, reconstruir escolas destruídas e orientar tarefas de apoio às vítimas das agressões e da seca.

Neste sentido, pode-se dizer que os ataques dos bandidos tiveram o seu lado positivo: despertaram a população para uma realidade em relação à qual se mantinha até então alienada. Hoje, em lugar de medo, o que se observa é a disposição para a defesa individual e coletiva. A *cata-na* (um tipo de facão), a flecha e até mesmo o machado são parte do arsenal empregado na luta para manter de pé cada parede levantada de escola ou hospital. ●

O próximo alvo do "apartheid"

Depois de tentar desestabilizar Angola e Moçambique, o governo sul-africano concentra agora os seus ataques contra o primeiro-ministro Robert Mugabe

Carlos Castilho

As principais autoridades políticas de Harare, capital do Zimbábue, estavam convencidas no começo de maio que a África do Sul intensificará nos próximos meses a guerra secreta iniciada há quase dois anos e que tem como principal objetivo desestabilizar o governo liderado pelo partido Zanu (União Nacional, Africana do Zimbábue). As pressões começaram em 1982 com a tentativa de provocar um conflito generalizado entre as duas principais etnias do país, os *shona* (70% da população) e os *ndabele* (17%). Evoluíram depois para o boicote econômico, passando pela intimidação dos brancos que resolveram permanecer no Zimbábue após a independência em 1980, e agora tentam isolar o governo de Mugabe em relação aos governos ocidentais para impedir a ajuda econômica num momento em que o país enfrenta uma violenta seca.

O Zimbábue é o único país da Linha de Frente (integrada também por Moçambique, Angola, Zâmbia, Botsuana e Tanzânia) que desde 1980 mantém uma posição totalmente contrária a qualquer tipo de negociação com o regime do *apartheid*, embora os laços econômicos com Pretória sejam muito importantes. O Zimbábue declarou oficialmente



O "premier" Robert G. Mugabe

que "entende e apoia" os acordos de Moçambique e Angola com a África do Sul, mas o ministro de Relações Exteriores, Witness Mangwende, teria declarado na última reunião da Linha de Frente, em Arusha (Tanzânia), segundo o jornal inglês *Guardian*, que o governo de Pretória "acabará não cumprindo os tratados firmados com os países vizinhos".

O ministro Mangwende disse que no caso específico do Zimbábue, os fatos e informações recolhidos nos últimos meses indicam que houve um considerável aumento do apoio sul-africano aos grupos armados que des-

de 1982 agem na província de Matabele, no sul do Zimbábue, onde a maioria da população é de origem *ndabele*. O serviço secreto zimbabueano tem informações de que os dois grupos conhecidos no ocidente pela designação de "dissidentes" já não são mais apêndices de partidos oposicionistas negros, mas desde o final de 1982 estão sob controle direto do exército sul-africano, através de um ex-agente do *Rhodesian Special Branch* (serviço secreto na era colonial) chamado Malcom Callaway.

Fontes da inteligência militar do Zimbábue revelaram também que no ano passado foram apreendidos em poder dos rebeldes rifles do tipo AK-47 fabricados em 1980 na Romênia e que possivelmente foram capturados pelos sul-africanos em combates dentro de Angola ou Moçambique, ou ainda comprados no mercado clandestino de armas da Europa. A apreensão destas armas é apresentada como uma evidência de que o governo de Pretória assumiu diretamente o fornecimento de material bélico aos chamados "dissidentes", porque desde 1979 cessou a entrega de fuzis, metralhadoras e munições soviéticos aos antigos grupos guerrilheiros do Zimbábue que lutavam contra o regime racista de Ian Smith, na então Rodésia.

Outros sinais do agravamento da ofensiva sul-africana são os três ataques promovidos por bandos armados em Moçambique, no mês de abril, contra o oleoduto que liga o porto da Beira à cidade de Mutare em Zimbábue, e o aumento da propaganda contrária ao governo de Mugabe nas transmissões da "Rádio Verdade", uma emissora clandestina instalada na região do Transvaal e que apoia os "dissidentes". O oleoduto Beira-Mutare é vital para o abastecimento de combustíveis a Zimbábue e voltou a funcionar rapidamente depois dos três ataques, perpetrados de-

pois que os sul-africanos se comprometeram através do acordo de Nkomati a não apoiar os grupos armados que agem dentro de Moçambique.

O dado mais recente é a intensificação da campanha de denúncias de arbitrariedades supostamente cometidas por forças do exército do Zimbábue no combate aos dissidentes, que também são conhecidos como a "Super Zapu" (Zapu - União Popular Africana do Zimbábue - é o nome do movimento guerrilheiro que até a independência atuou em aliança com a Zanu, de Mugabe). As denúncias de perseguições e mortes se concentram na imprensa europeia e norte-americana apesar dos sucessivos desmentidos do governo de Harare.

As origens da crise

As divergências entre a Zanu, dirigida por Robert Mugabe, e a Zapu, liderada por Joshua Nkomo, começaram pouco antes da independência do Zimbábue, em abril de 1980. Nkomo, um veterano líder sindical de origem *ndabele*, queria ser escolhido candidato único da Frente Patriótica (nome da coalizão Zanu-Zapu no período final da guerrilha contra Ian Smith) mesmo sendo minoritário em termos eleitorais e apesar de seu partido não ter desempenhado o papel preponderante na ofensiva final contra o colonialismo. O resultado foi o rompimento da Frente, com Mugabe e Nkomo concorrendo isoladamente nas eleições de janeiro de 1980. Mugabe venceu folgadoamente com 63% dos votos, total que lhe dava a possibilidade de governar sem alianças.

Nkomo nunca aceitou a sua derrota, assim como nunca abandonou os preparativos para uma revanche, mesmo depois de ter sido nomeado para o estratégico Ministério do Interior, no primeiro governo livre do Zimbábue. E a prova disto é que man-

Samuel Lavelberg



O controverso Joshua Nkomo

dou os seus guerrilheiros enterarem armas, munições e uniformes em esconderijos secretos na Zâmbia, à espera de um possível confronto no futuro, em vez de entregar todo o material bélico ao exército regular formado após a independência, conforme havia sido resolvido no acordo de Lancaster House, que antecedeu a realização das eleições e o fim da dominação colonial inglesa. Nkomo, um dos signatários do acordo, e a Zapu nunca se conformaram com um papel secundário na política do Zimbábue e passaram a usar a influência do partido entre os *ndabele* do sul do país no sentido de capitalizar todos os resultados da independência.

O serviço médico gratuito, a elevação dos salários em quase 200%, o fim da discriminação racial no serviço público, as garantias de emprego e toda a legislação social adotada por Mugabe em 1980 foram explicadas aos *ndabele* como sendo atos da Zapu e não da Zanu. Nos seus primeiros meses de governo, Mugabe seguiu até as últimas consequências a sua política de reconciliação, a ponto de nomear para cargos importantes na região de Matabele, membros do partido de Nkomo. Mas os membros da Zapu continuaram fazendo a política de partido, mesmo tendo sido nomeados representantes de

um governo. Isto manteve acesas velhas divergências entre *shona* e *ndabele*, surgidas antes mesmo do início da era colonial, quando as duas etnias lutavam pelo controle do planalto central da África Austral.

A partir de 1981, a rebeldia de Nkomo só piorou. Ele perdeu o cargo de ministro do Interior, foi indicado para um ministério sem pasta e acabou finalmente expulso do governo quando ficou comprovada a sua vinculação com um depósito secreto de armas descoberto em fevereiro de 1982 numa fazenda da Zapu em Bulawayo, a principal cidade da região de Matabele. As armas apreendidas eram suficientes para uma brigada de cinco mil homens. Em julho do mesmo ano, os adeptos de Nkomo foram responsabilizados pelo sequestro de seis turistas estrangeiros e no mesmo mês, 13 aviões da força aérea foram destruídos num ataque contra a base aérea de Gweru, em outro atentado no qual membros da Zapu também estiveram envolvidos. Em fevereiro de 1983, Nkomo, também conhecido como "Big Joshua" (o gordo Joshua), foi preso no aeroporto de Harare quando se preparava para deixar o país com uma quantidade de dólares superior à permitida por lei. Um mês depois, o líder da Zapu conseguiu fugir do Zimbábue, disfarçado de mulher, indo para o Botsuana e depois Londres, alegando que o governo estava tentando matá-lo.

A fuga de Nkomo marcou o ponto decisivo na sua desmoralização como dirigente político, depois de uma longa carreira como líder nacionalista. Ele nem chegou a avisar os seus companheiros de partido que ia viver no exílio, e vários dirigentes da Zapu, entre eles o vice-presidente Josiah Chinamano, afirmaram que Nkomo seria destituído caso não voltasse. Esta possibilidade fez com que o "Big Joshua" regressasse meses mais tarde, sem

ser incomodado pela polícia, mas a esta altura ele já não tinha mais o controle sobre os dissidentes da Zapu.

Os ex-guerrilheiros que ele havia mantido à margem da lei na tentativa de um confronto futuro com Mugabe já estavam recebendo ordens de Malcom Callaway. Em pelo menos 48 ações de ex-guerrilheiros da Zipra (as antigas forças militares da Zapu) realizadas no ano passado, ficou evidente a participação de agentes sul-africanos, que assumiram também o comando e suprimento dos "auxiliares", a força militar criada pelo bispo Abel Muzorewa, um dirigente negro que colaborou com o regime racista de Ian Smith entre 1978 e 1979.

A questão das terras

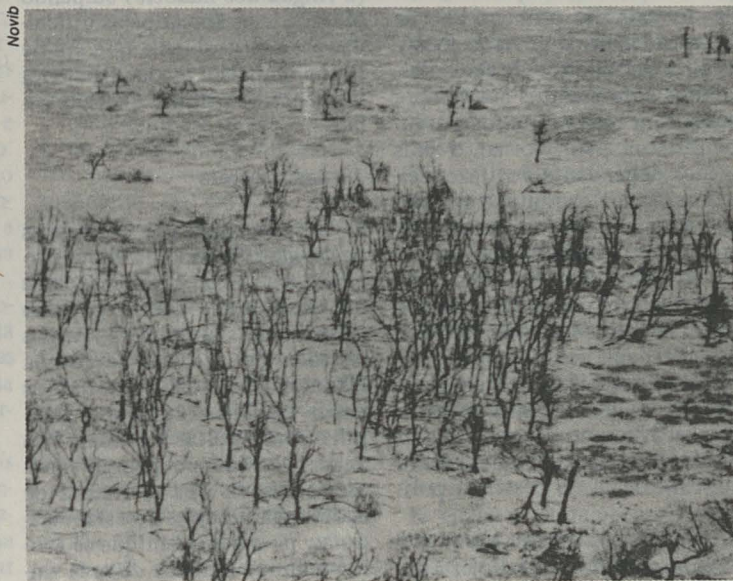
Mas o problema dos "dissidentes" é mais complicado. Ele envolve a delicada questão da distribuição de terras à população africana. Desde a chegada dos colonos brancos no século passado, as populações negras foram forçadas a abandonar as terras mais férteis em favor dos fazendeiros de origem européia. Em 1969, o regime de Smith dividiu todas as terras agrícolas em metade para os brancos e metade para a população africana. Na prática, isto significou que cada negro tinha em teoria direito a 28 mil metros quadrados de terra, enquanto cada branco dispunha de 700 mil metros quadrados. Acontece que a mesma lei colonial dava aos europeus o direito de ocupar as melhores terras, enquanto que o resto, mais pobre ou totalmente árido, ficava para os negros.

Por esta razão durante toda a luta de libertação, a reivindicação pela redistribuição de terras ocupou sempre um destaque absoluto. Para a população africana do Zimbábue, da mesma maneira que em quase todos os demais países negros da África, a terra sempre esteve diretamen-

te associada à sobrevivência física e cultural. Durante gerações, os *shona* e *ndabele* se acostumaram a cultivar suas terras segundo as suas próprias necessidades. Não havia problemas de limites e nem de área, porque havia lugar para todos. Quando os brancos chegaram, tudo isto foi mudado à força. A auto-subsistência que antes era tranquila, tornou-se quase impossível e a consequência foi o empobrecimento rápido até os limites extremos da miséria. Os *ndabele* foram os mais prejudicados porque viviam em terras baixas, cujo grau de fertilidade era reduzido, já que a região de Matabele é um prolongamento do deserto de Kalahari. Os *shona* ocupavam terras do planalto, mais férteis e também mais extensas.

intensa em Matabele, onde a resistência à penetração branca foi extremamente violenta desde o início da era colonial. Existem autores zimbabueanos que chegam a afirmar que para a população africana a luta pela independência estava mais associada à busca de terras do que à conquista da liberdade política. O certo é que o fim do colonialismo não representou a satisfação imediata desta velha aspiração tanto dos *shona* como dos *ndabele*.

Os acordos de Lancaster House assinados em dezembro de 1979 em Londres garantiram o acesso da maioria negra zimbabueana ao poder político mas restringiram severamente o acesso à terra. Foi o preço pago pelos dirigentes nacionalistas para conseguir uma vitória importan-



A seca agravou o problema da distribuição de terras em Zimbábue

Tanto um grupo como o outro foram expulsos para a periferia das áreas mais produtivas, onde a elevada concentração demográfica exauriu rapidamente a escassa fertilidade da terra, obrigando os negros a tentar a sobrevivência como trabalhadores mal pagos em propriedades alheias. Esta espolição foi mais

te e até decisiva sobre a antiga metrópole, mas uma vitória parcial. O governo independente se comprometeu a não expropriar terras de brancos, recebendo em troca a promessa de que a Inglaterra e outros países ocidentais forneceriam créditos facilitados para que fossem compradas terras não usadas para serem distri-

buídas entre camponeses negros. Houve um momento em Lancaster House que Robert Mugabe pensou em rejeitar esta cláusula, mas foi persuadido a aceitá-la por dirigentes de países africanos vizinhos que já haviam enfrentado experiências traumáticas com o êxodo em massa de fazendeiros brancos.

Assim, quando a Zanu assumiu o poder, ela se tornou a depositária das esperanças de quase sete milhões de africanos por um pedaço de terra. Uma esperança que não poderia ser materializada rapidamente porque Mugabe precisava evitar o caos econômico que resultaria de uma eventual fuga maciça de fazendeiros, o que provocaria o colapso na produção agrícola e a falta de comida, sem falar na desarticulação completa do comércio externo do país. No primeiro ano de independência, o governo incentivou a distribuição de sementes, adubos e de créditos aos camponeses para aumentar a sua produtividade e assim tornar o país menos dependente dos fazendeiros brancos. O resultado foi que em 1981, favorecida pelas boas condições climáticas, a agricultura do Zimbábue registrou uma safra recorde em toda a sua história. Mas em Matabele, os membros da Zapu creditaram as facilidades concedidas aos camponeses não ao governo mas ao partido de Nkomo, numa manobra destinada a impedir que a Zanu aumentasse o seu prestígio político.

Em 1982 começou a seca que viria a continuar até hoje, atingindo também a maioria dos demais países da África Austral (ver matéria sobre Moçambique). A deterioração da agricultura reacendeu as reivindicações pela redistribuição de terras, especialmente em Matabele, a região mais atingida pela estiagem prolongada. E mais uma vez os membros da Zapu ligados a Nkomo usaram de argumentos pouco éticos. Eles passaram a

culpar o governo de Mugabe pelas dificuldades e pela morosidade na repartição das fazendas, inclusive as abandonadas pelos brancos. Na época da independência havia cerca de sete mil fazendas em mãos de europeus. Hoje apenas quatro mil deles continuam no Zimbábue, mas o governo não pode expropriar as terras abandonadas por causa do acordo de Lancaster House. Quase ao mesmo tempo a Inglaterra e os Estados Unidos atrasaram a liberação dos créditos prometidos em Londres, numa clara manobra de pressão sobre Mugabe. O cerco sobre o governo aumentou quando os ex-guerrilheiros da Zipra começaram a atacar fazendas de brancos em Matabele ao mesmo tempo em que espalhavam folhetos em *sindebele* (a língua dos *ndabele*) culpando Mugabe e os *shona* pelas dificuldades. Um problema que era de fundo político e ideológico foi transformado numa questão tribal.

A guerra secreta

Os primeiros atos terroristas de ex-guerrilheiros da Zipra surgiram em 1982. Eram mais atos de banditismo, que o governo inicialmente atribuiu a grupos isolados de adeptos de Joshua Nkomo, interessados em usar as armas recebidas durante a guerrilha para assaltar e roubar. Mas depois começaram a surgir sinais crescentes de que se tratava de ações organizadas e desestabilizadoras, na medida em que se avolumaram os indícios de uma vinculação estreita entre dirigentes da Zapu e os rebeldes, bem como começou a ficar evidente a participação sul-africana nos atos de sabotagem e nos atentados terroristas em Matabele.

Em maio do ano passado foi preso George Thebe, ex-comandante das tropas da Zipra na região de Wankie, perto da fronteira com a Zâmbia. Em dezembro, o exército do Zimbábue prendeu

Hillary Ndlovu, outro ex-comandante militar da Zapu durante a luta contra Ian Smith. Os dois confirmaram durante interrogatórios que mantiveram contato com agentes da inteligência sul-africana, em dezembro de 1982, num hotel de Francistown, em Botsuana. Entre os agentes estava Malcom Callaway, que pouco antes do encontro no hotel havia organizado uma grande entrega de armas de fabricação soviética para os dissidentes da Zapu.

Além de rifles AK-47, lançamísseis RPG-7, metralhadoras e minas terrestres, os sul-africanos passaram a fornecer à "Super-Zapu" uniformes de camuflagem iguais aos do exército zimbabueano. Também foi entregue uma grande quantidade de distintivos de plástico com a figura de Nkomo e a inscrição *Father Zimbabwe* ("Pai do Zimbábue") usados por quase todos os guerrilheiros da Zapu durante a luta de libertação.

Das informações fornecidas por Thebe e Ndlovu foi possível estabelecer também que os rebeldes são dirigidos por uma comissão de três membros, um dos quais é Makatini Moyo, membro do Comitê Central da Zapu, e que no momento vive no campo de refugiados de Dukwe, em Botsuana, recrutando rebeldes que fugiram do Zimbábue. O fundador do grupo terrorista é Abel Vela, ex-representante da Zapu em Botsuana até 1980, a partir de onde organizou toda a montagem do esquema clandestino do partido de Nkomo. Vela nunca regressou ao Zimbábue e foi também o principal responsável pelo esquema da fuga de Nkomo para Botsuana, em março de 1983.

No momento, a inteligência do exército zimbabueano acredita que os efetivos totais da "Super-Zapu" giram em torno dos 400 a 500 homens, entre os quais 100 treinados na África do Sul, nos campos de Mandimbo, Gumbo, Spencer e Pafuri, ao lon-

go do rio Limpopo na fronteira com o Zimbábue. Além disso, o governo de Pretória permite o funcionamento da emissora clandestina "Rádio Verdade", que transmite em inglês e *sindebele*. Os programas da rádio são apresentados por uma locutora branca que se auto-denomina Flame Lily, responsável pela maior parte da campanha de difamação feita pela emissora contra altos funcionários do governo de Robert Mugabe. O alvo principal da "Rádio Verdade" é o ministro do Exterior, Witness Mangwende.



A luta contra os "dissidentes" é um teste de fogo para o exército

O partido único

A desmoralização política de Joshua Nkomo e o aumento das evidências de colaboração entre os dissidentes e a África do Sul provocaram uma grande crise interna na Zapu, onde existe um forte grupo contrário ao desvirtuamento dos objetivos iniciais da organização que sempre lutou pela libertação nacional e contra o racismo ou tribalismo. Em meados de abril, o ministro de Minas, Callistus Ndlovu, rompeu publicamente com a Zapu e anunciou que iria ingressar na Zanu.

As bases do partido de Nkomo na região de Matabele ainda estão fortemente influenciadas pela campanha tribalista lançada pela Zapu no começo do governo de Mugabe.

Mas em outras partes do país existe uma grande confusão entre os membros da Zapu, notadamente depois que a imprensa ocidental começou a denunciar arbitrariedades cometidas pelo exército do Zimbábue contra civis na província de Matabele. Estas denúncias tiveram em sua maior parte origem em informações divulgadas por um ex-policial branco do Zimbábue, chamado Donald Simpson, que depois da independência começou a trabalhar como jornalista para o diário inglês *The Times*. Entre outras coisas, Simpson afirmou

que mais de 30 mil civis foram mortos pelo exército do Zimbábue, na região de Matabele. No começo de abril, a Conferência de Bispos Católicos do Zimbábue entrou também na polêmica em torno das supostas arbitrariedades ao enviar um documento sigiloso ao governo pedindo o respeito dos direitos humanos.

As denúncias nunca chegaram a ser comprovadas integralmente. Nem mesmo depois que o comandante do exército, general Rex Nhongo, organizou em maio uma comitiva de jornalistas, entre os quais se encontrava o repórter do *Times*, para procurar evidências do anunciado massacre em Matabele. Depois de dois dias de deslocamentos para cidades e aldeias apontadas por Simpson, nada foi encontrado e nenhuma prova convincente foi obtida nos depoimentos de pessoas que alegaram ter testemunhado arbitrariedades.

A ação dos bandos armados e as denúncias deram a certeza ao governo de que ambas fazem parte de um plano de desestabilização que o primeiro-ministro Robert Mugabe pretende neutralizar através do projeto de criação de um partido único no Zimbábue. Trata-se de um plano que visa acima de tudo mudar a realidade política do país reunindo num só organismo todos os setores interessados na defesa do

projeto nacional dirigido ao socialismo. Na opinião de vários dirigentes do Zimbábue, a Zanu e outros partidos se estruturaram para a luta pela independência, e agora depois que esta foi alcançada, devem se reorganizar visando a construção de uma nova sociedade, a partir de novas bases políticas. A polêmica sobre o partido único já mobiliza amplos setores da sociedade do Zimbábue e deve atingir o seu clímax em agosto, quando a Zanu realizar o seu segundo congresso, desde a fundação do partido, na década de 60.

A discussão deve provocar também uma nova ofensiva contra os Acordos de Lancaster House, já que eles proíbem a formação de um partido único. Mas o enfraquecimento da Zapu e as divisões surgidas entre os 20 parlamentares brancos aumentaram as chances de que o partido único possa surgir dentro das próprias regras do acordo, que legalmente deve vigorar até 1990. Se a estratégia do governo der certo, o partido único pode vir a ser alcançado através de um plebiscito futuro, que poderá servir de precedente para a derrubada das restrições sobre o problema da distribuição de terras, sem sombra de dúvida a questão chave em todo o projeto de reconstrução nacional defendido por Robert Mugabe. ●

Você precisa
de um almanaque
que não veja o mundo
com os olhos
dos países ricos



Brevemente
nas bancas
e livrarias

Mapas e dados atualizados da política, economia,
história e geografia de todos os países do mundo

Um futuro incerto para a minoria tamil

Os confrontos étnicos ameaçam a estabilidade política do país e podem conduzir à secessão

Ravindran Casinader

Sentado em uma cadeira de vime, na espaçosa embora pouco mobiliada sala de estar de sua casa, em um bairro residencial de Jaffna (ao norte de Sri Lanka e a quase 375 quilômetros da capital), K. Nesiah, de 76 anos, membro da minoria étnica tamil, ocupa grande parte de seu tempo interrogando-se sobre o futuro do seu povo.

Vestindo uma simples camisa de algodão branco de largas pregas e um *verti* (saia composta de quatro metros de tecido leve atada à cintura), o ex-professor universitário é reconhecido atualmente como um tamil precisamente por sua roupa.

Atado ao colo e aberto sobre seus ombros cai o *salvai*, uma peça de pano de poucos centímetros, cuidadosamente passada, com que ocasionalmente Nesiah enxuga o suor que banha sua fronte, no intenso calor da tarde nesta ilha do Oceano Índico. Durante o domínio colonial britânico no Ceilão (Sri Lanka), Nesiah militou nas fileiras dos que pediam a independência da ilha. Hoje é um homem que perdeu suas ilusões.

"Se retrocedermos a 1948, ano crucial da independência, é cada vez mais evidente que a formação da nação em Sri Lanka não passa de uma aparência, uma fachada. Como podem os tamis considerar-se parte da nação de



Guerrilheiros do grupo étnico tamil usam armas modernas

Sri Lanka se a maioria cingalesa pensa que são nossos amos?", pergunta-se o velho professor. Nesiah foi um dos que estiveram em um histórico dia de abril de 1932, em que cingaleses e tamis celebraram o ano novo, no Congresso da Juventude de Jaffna, cujos participantes se atreveram a hastear pela primeira vez a bandeira amarela, vermelha e verde que se agitaria no futuro, quando a ilha viesse a obter a sua independência. Tal era então o fervor nacionalista, lembra.

Hoje, Nesiah escuta indeciso relatos sobre as ações dos radicais jovens, que portam fuzis *Kalashnikov* e granadas de fabricação caseira e que estão dispostos

a lutar pela secessão através da luta armada.

Seguidor de Mahatma Gandhi, Nesiah afirma que odeia "todas as formas de violência". "Mas creio que é chegado o momento de dar solução política ao problema étnico de Sri Lanka", acrescenta.

Um conflito de longa data

Em julho do ano passado a ilha se viu convulsionada pela pior explosão de violência étnica de sua história, em que pelo menos 400 tamis foram mortos e em torno de 100 mil perderam suas casas e empregos. Os danos às propriedades foram avaliados em milhares de milhões de rúpias.

Jay Vital

A violência desencadeada na parte sul da ilha fez com que duas terças partes dos tamis (em um total de 90 mil pessoas) de Colombo, a capital, se dirigissem para os estados do norte e do leste da ilha, onde são maioria.

O conflito entre a etnia cingalesa que domina em Sri Lanka (cujos ancestrais foram os ários que habitaram o noroeste da Índia) e a minoria tamil (que descende dos dravidianos do sul da Índia) permaneceu, com altos e baixos, durante quase toda a história conhecida da ilha. Os cingaleses formam agora 74% dos 15 milhões de habitantes do país. Os tamis, que constituem 18%, estão divididos em dois grupos: os "tamis de Sri Lanka" (12,6%) e os "tamis indianos" (5,6%). Os "tamis de Sri Lanka" vieram à ilha há uns 2000 anos e vivem principalmente nas províncias do norte e do leste. Os "tamis da Índia" pertencem a uma imigração recente. Foram trazidos da Índia pelos ingleses para trabalhar nas plantações de

chá e de borracha.

Aproximadamente 93 mil dos "tamis indianos" são pessoas sem pátria. Sua preocupação principal é a questão de sua nacionalidade e não a formação de um estado tamil separado, exigido por seus congêneres das províncias do leste e do norte. Oito anos depois da independência, Solomon Bandaranaike soube capitalizar o nacionalismo cingalês através de uma campanha baseada em uma plataforma exclusivamente cingalesa nas eleições de 1956, o que lhe valeu ser eleito primeiro-ministro.

Durante as primeiras horas da madrugada de 14 de junho de 1956, o Parlamento adotou um texto constitucional por 66 votos a favor e 29 contra, que diz, entre outras coisas: "A língua cingalesa será o idioma oficial do Ceilão". Os tamis e a esquerda parlamentar votaram contra esta disposição.

"Os que apoiaram a ata cingalesa não compreenderam que manter duas línguas e o bilin-

guismo tamil-cingalês na administração era um elemento formativo de uma nação, e que insistir em uma só língua oficial apenas conduziria à formação de duas nações", comenta severamente Nesiiah. Enquanto os líderes de ambas as comunidades estudam alguma solução política, ao norte de Jaffna as guerrilhas tamis travam uma guerra prolongada contra as tropas do governo. Sua campanha por um estado separado soberano é conhecida como *Tamil Eelam*.

Para muitos círculos de Jaffna, os guerrilheiros são "combatentes irregulares", porém para as tropas governamentais trata-se apenas de um movimento "terrorista".

A história do separatismo tamil se iniciou com a formação da Frente Unida Tamil (TUF) a 4 de maio de 1972, quando três partidos tamis uniram suas forças: o Partido Federal, o Congresso Tamil e o Congresso de Trabalhadores do Ceilão, pró-indiano.

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
- FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) - Cr\$ 2.500,00
Semestral (24 nºs) - Cr\$ 5.000,00

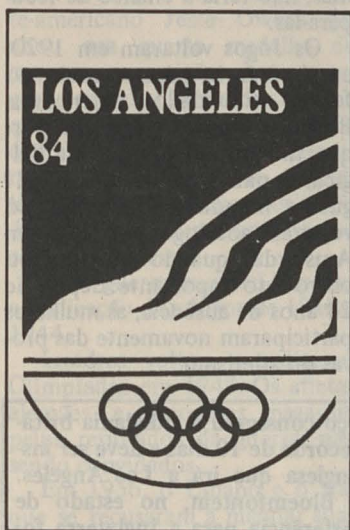
Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo vale postal cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) - CEP 20241, referente à minha assinatura trimestral semestral do Semanário *Barricada Internacional*.

A política nas Olimpíadas

Apesar dos ideais do barão de Coubertin idealizador dos jogos modernos - a política sempre marcou a maior competição de esporte amador da atualidade

Rodolfo de Bonis



Não houve muita surpresa quando o Comitê Olímpico da URSS anunciou que a União Soviética não mandaria sua delegação para participar dos 23º Jogos Olímpicos, em Los Angeles, julho próximo.

A causa principal do boicote, segundo Marat Gramov, presidente do Comitê Olímpico Soviético, é a falta de segurança para a delegação de seu país, representando isto uma quebra, por parte dos organizadores, das prescrições da Carta Olímpica.

Brigas de um lado e de outro, o fato é que isto não é uma novi-

dade. A política esteve presente em toda a história dos Jogos Olímpicos, desde a Grécia Antiga, quando foram inaugurados, cerca de dois milênios antes de Cristo. Naquele tempo, os gregos tinham um respeito muito grande para com o esporte. Era uma honra para um cidadão competir numa Olimpíada. Participavam dela apenas os cidadãos gregos, ficando de fora as mulheres, os escravos e os estrangeiros. As vitórias dos atletas eram oferecidas aos deuses, assim como os próprios Jogos.

No século 2 a. C., o quadro mudara completamente. Roma conquistara a Grécia e a Macedônia e os romanos não se interessavam pelo esporte. Em vez de corridas e lutas, preferiam combates de gladiadores e mais tarde o "esporte" de ver os leões devorarem cristãos. A decadência foi rápida, até que em 393 d. C., Teodósio 1º decretou o final das Olimpíadas. O pretexto foi a sua conversão ao cristianismo, proibindo as festas "pagãs". Ainda se tentou salvar os Jogos da Antiguidade, porém os imperadores romanos do Oriente e do Ocidente, Teodósio 2º e Honorius, para pôr fim ao que deles restava, destruíram todos os templos dos deuses gregos, inclusive o estádio, palco das competições.

Esporte para a paz

Daquele ato autoritário até o renascimento dos Jogos, passaram-se 1500 anos. Um novo espírito regeria os Jogos Olímpicos da Era Moderna. Seu organizador, o francês Pierre de Fredi, barão de Coubertin, imaginava possível conseguir a paz do mundo através do esporte. Para que isto desse certo seria preciso que não se misturasse política e competições esportivas e que os preconceitos e as discriminações fossem colocados longe dos estádios. Que decepção teria Coubertin se soubesse que o que mais houve nesses anos todos foram preconceitos, discriminações e interferências políticas em detrimento do esporte!

Os Jogos, no entanto, já começaram mal. Nos 1ºs Jogos Olímpicos da Era Moderna (Atenas, 1896), por pressão mesma do barão, as mulheres não puderam participar. Daí por diante as lutas políticas prevaleceram, como se fizessem parte da programação. Ainda nos Jogos de Atenas, os alemães fizeram a primeira ameaça de não participação, alegando que não disputariam uma competição idealizada por um francês. A causa era a guerra franco-prussiana, ainda recente.

Na 3ª Olimpíada (Saint Louis, EUA, 1904) houve discriminação em todos os sentidos: alojamentos separados por etnias (apesar de protestos das delegações) e organização de uma competição paralela, de caráter racista e preconceituoso, denominada "The Anthropological Day", onde negros, índios, anões e mutilados competiriam entre si. As mulheres haviam conseguido vencer o machismo do barão de Coubertin e competido na 2ª Olimpíada (Paris, 1900) porém, quatro anos depois viram os resultados de suas lutas caírem por terra. Foram colocadas à margem das competições olímpicas regulares, tendo que se sujeitar, em Saint

Louis, à luta de boxe feminino, uma volta lamentável aos tempos da Grécia Antiga. Como resultado de toda esta discriminação, o Comitê Olímpico Internacional não reconheceu a maioria das medalhas conquistadas nos Estados Unidos.

Em 1906, a Grécia, sem permissão do Comitê Olímpico Internacional (COI), organizou uma Olimpíada. A intenção era fazer de Atenas a única sede dos Jogos. O próprio COI comandou o movimento de boicote oficial a estes Jogos, negando apoio financeiro ao Comitê Organizador, e não registrando nos seus anais os recordes batidos nas competições. Os Jogos se realizaram apesar de tudo, e sua organização foi melhor do que nos anteriores. Porém, o governo grego acabou desistindo da idéia de fazer de Atenas a sede permanente da competição devido à revolta que causou o boicote oficial do COI.

Problemas com os norte-americanos

Em 1908, as Olimpíadas, regulares, foram disputadas em

Londres. Por controvérsias econômicas, os ingleses fizeram de tudo para prejudicar a participação dos atletas norte-americanos. A bandeira dos Estados Unidos deixou de ser hasteada por ocasião do desfile da festa de abertura no estádio de Wembley. Os ingleses alegaram que não haviam encontrado nenhuma disponível.

Os contratemplos prosseguiram durante todo o tempo da competição. A Rússia czarista não aceitava que a bandeira da Finlândia fosse hasteada. Dois anos antes, a Finlândia, resistindo às tentativas de dominação de Nicolau 2º, lutara pelos seus direitos. O governador-geral russo da região foi assassinado, e os russos demonstraram em Londres o seu desagrado exigindo a retirada da bandeira finlandesa.

Quatro anos depois, o racismo voltou. Eram os Jogos Olímpicos de Estocolmo (1912). Um grande atleta aparecia para o mundo: o índio norte-americano Jim Thorpe, o "Destino Brilhante", que venceu espetacularmente as provas do pentatlo e do decatlo. Já de posse de suas meda-

lhas de ouro, os organizadores fizeram de tudo para retirá-las de Thorpe. E conseguiram. Uma acusação, nunca bem provada, de que ele havia sido profissional foi a justificativa, pois as Olimpíadas pressupõem o amadorismo. Na verdade, fizeram-no devolver as medalhas não pelo fato de ser ou de ter sido profissional, mas, sim, pelo de ser índio.

A próxima Olimpíada seria em Berlim, em 1916. Mas, ao contrário do que ocorria na Antiguidade, quando as guerras se interrompiam na época dos Jogos Olímpicos, a 1ª guerra mundial causou o seu cancelamento. Thorpe, roubado de suas medalhas, não teria a chance de recuperá-las.

Os Jogos voltaram em 1920, em Antuérpia, para os quais não foram convidados Alemanha, Bulgária, Áustria e Hungria porque tinham lutado contra a Bélgica, o país patrocinador, na 1ª guerra mundial. Tais países só voltaram aos Jogos em 1928, em Amsterdã, quando se registrou outro fato importante: depois de 24 anos de ausência, as mulheres participaram novamente das provas do atletismo.

OS FUROS NO BOICOTE AO APARTHEID

□ A polêmica mundial provocada pela retirada soviética colocou num segundo plano outro problema que pode gerar um novo caso nos Jogos Olímpicos de Los Angeles. Vários atletas brancos sul-africanos estão se registrando em outros países para tentar burlar o boicote imposto ao regime do *apartheid* desde 1970 em competições olímpicas. E há também a possibilidade de represálias contra a Inglaterra, que autorizou uma equipe de *rugby* a visitar a África do Sul. Nos jogos de Montreal (Canadá, em 1976) 29 países africanos não mandaram atletas em protesto contra o fato da Nova Zelândia não ter sido afastada das competições depois de mandar também um time de *rugby* para uma excursão na África do Sul.

O caso mais polêmico é o da corredora Zola Budd, de 17 anos, recordista dos cinco mil me-

tros, que em março conseguiu a cidadania britânica num tempo recorde de 10 dias e deve ser inscrita na equipe inglesa que irá a Los Angeles. Zola nasceu em Bloemfontein, no estado de Orange e sua transferência para a Inglaterra foi patrocinada por uma agência de publicidade norte-americana chamada *International Management Group* e pelo jornal britânico *Daily Mail*.

O caso da atleta sul-africana provocou protestos de corredores ingleses que levaram o caso até o Comitê Olímpico britânico. Outro sul-africano que deve ir a Los Angeles é Sidney Maree, de 26 anos, recordista dos 1.500 metros. Ele já obteve cidadania norte-americana. Na mesma situação estão Mark Handelsman que deve ser inscrito por Israel, John da Silva, integrante da equipe portuguesa para o revezamento, Mathews Moshweratu, recordista sul-africano dos 10 mil metros e que se registrou por Botswana; Koos van der Merwe, lançador de dardos inscrito pela Alemanha Ocidental e Cornelia Buirki, nascida na África do Sul, mas registrada na equipe suíça.

A supremacia dos negros

Em 1936, depois de muita controvérsia, a sede dos Jogos foi confirmada para Berlim. Hitler cuidou de todos os detalhes para que a Alemanha fosse a grande vencedora. Queria mostrar ao mundo a superioridade da raça ariana através do esporte. Investiu muito dinheiro e exigiu o máximo de seus atletas. Ainda assim, a Alemanha sofreu derrotas inesquecíveis, principalmente no atletismo. A delegação de atletismo norte-americana era formada quase integralmente por negros, e ganhou 12 das 23 medalhas de ouro nas provas masculinas. E mais: o atleta negro norte-americano Jesse Owens ganhou sua quarta medalha de ouro na competição e bateu o recorde mundial numa das provas, que só seria ultrapassado 24 anos depois. Hitler não quis cumprimentá-lo e se retirou do estádio, já que sua "raça superior" não demonstrara a superioridade que ele tanto afirmara.

A 2ª guerra mundial impediu a realização dos Jogos de 1940 e 1944.

Londres voltou a sediar as Olimpíadas em 1948. Os atletas alemães e japoneses pagaram pelos resultados da guerra, não sendo convidados.

Em 1956, o Líbano e o Iraque se recusaram a mandar suas delegações a Melbourne (Austrália), devido à invasão israelense no Egito. A Espanha, Suíça e Holanda também não compareceram, por causa da intervenção da URSS na Hungria.

Até 1964, nenhum país asiático havia sido sede de uma Olimpíada. Nesse ano, o Japão foi o primeiro, e logo na abertura houve uma surpresa: quem entrou no estádio de Tóquio conduzindo a tocha olímpica não foi um atleta, mas sim o magro japonês Yoshinori Sakai, nascido exatamente no 6 de agosto de 1945 em Hiroshima, dia da explosão atômica.



Hitler montou um grande show em 36, mas acabou humilhado

1968 foi um ano de contestação em quase todo o mundo. Os Jogos Olímpicos do México não ficariam à margem desses movimentos. A realização de um evento de tal ordem exige do governo um investimento grande. Os estudantes foram às ruas para forçar o governo a não arcar com o pesado ônus. O governo mexicano porém, ignorou a pressão dos estudantes e resolveu patrocinar as Olimpíadas. O resultado foram 300 mortos em choques entre estudantes e policiais, fatos que ficaram conhecidos como o "massacre de Tlatelolco". Foi também nesta Olimpíada que os atletas negros norte-americanos, chamados ao "podium" como vencedores, lançaram seu protesto contra a discriminação racial no seu país, fazendo a saudação característica do Poder Negro durante o hino norte-americano.

A expulsão da Rodésia

Em 1972, os Jogos foram em Munique. Vários países africanos anunciaram boicote aos Jogos, caso a Rodésia de Ian Smith fosse competir. O COI tentou temporizar o problema, explicando que forçara os rodesianos a levar à Alemanha Ocidental uma delegação multi-racial. Porém, isto não foi considerado su-

ficiente pelos países que protestavam. O COI, ao final, teve de ceder às pressões da África, do Caribe e também dos negros norte-americanos. Por 33 votos contra 31 expulsou a Rodésia desses Jogos. Outro fato marcante abalou o esporte em Munique. Oito guerrilheiros palestinos da organização "Setembro Negro" invadiram os alojamentos da Vila Olímpica, matando dois atletas israelenses e levando nove como reféns para uma troca por 230 presos políticos, dos 1.650 que se encontravam em Israel. Na luta da polícia com os sequestradores, os nove atletas israelenses acabaram sendo mortos.

Vinte e nove países africanos boicotaram os Jogos de Montreal (1976) devido à presença da Nova Zelândia, que havia rompido o boicote à África do Sul. Dessa vez, ao contrário de 1972, o COI resistiu às pressões do boicote e manteve firme sua disposição de preservar a participação da Nova Zelândia na Olimpíada. Muitos atletas africanos com grandes possibilidades de ganhar medalhas ficavam fora da competição, como John Akii Bua, medalha de ouro em 1972 e campeão mundial dos 400m com barreira. Formosa também não participou dos Jogos de Montreal, por não aceitar as imposições do Comitê Organizador dos Jogos para que desfilasse em nome de Formosa, e não do povo chinês, como pretendia.

Liderados pelos EUA, 56 países boicotaram os Jogos de Moscou. A intensa campanha do governo Jimmy Carter se utilizou de todos os meios (principalmente os de comunicação) para fazer fracassar os Jogos Olímpicos da URSS. A intervenção soviética no Afeganistão foi o fator alegado para o boicote. A lista é longa. Muitos outros fatos estranhos ao esporte deturparam o ideal olímpico, na história dos Jogos Modernos nascidos em inspiração dos gregos e realimentados pelos sonhos de Coubertin. ●

Equador: reitores apóiam Universidade Andina

O discutido projeto de criação da Universidade Andina ganhou recentemente o apoio dos reitores das universidades equatorianas, anunciado em reunião mantida com o presidente do Congresso e com deputados daquele país. Na reunião, se ressaltou que a universidade, que dará cursos de pós-graduação, desempenhará um papel importante não só como centro de ensino, mas também como um órgão de pesquisa.

Estudo elogia campanha de alfabetização na Etiópia

A campanha de alfabetização *Yemissrach Dimts*, desenvolvida na Etiópia entre 1972 e 1976 basicamente entre jovens de 15 a 24 anos, foi considerada por um estudo feito por especialistas suecos como "um modelo de importância global para as agências de poucos recursos que atuam neste campo". O estudo reconhece o mérito da campanha, que elevou a taxa de alfabetização na Etiópia de 7 para 63%. A principal característica da campanha foi dar às populações locais e aos grupos comunitários a responsabilidade em contratar professores, levantar escolas, administrar fundos etc. A campanha foi realizada principalmente em *amhárico* o idioma mais falado na Etiópia.

Novo centro cultural palestino

Os palestinos ganharam mais um espaço para suas manifestações artísticas: foi inaugurado em meados de maio, na cidade santa de Al Qods (Jerusalém), o complexo cultural palestino "Centro Nuzha-El-Hakawati". O Centro, que custou 100 mil dólares, foi financiado por personalidades palestinas. O complexo consta de um teatro e de uma sala de exposição que serão utilizados não só por palestinos de Israel como por estudantes e intelectuais dos territórios ocupados, que serão convidados a produzirem espetáculos. Isso porque a censura exercida pelas autoridades israelenses em relação às atividades culturais palestinas é muito mais rígida nos territórios ocupados do que dentro de Israel.

Turquia introduz língua árabe

A Turquia decidiu introduzir o idioma árabe nos cursos universitários a partir do próximo ano, segundo anunciou o presidente do Conselho Supremo de Educação. O objetivo desta decisão, anunciou, é consolidar os laços históricos que unem a Turquia ao mundo árabe.



Bishop: símbolo revolucionário

Homenagem a Maurice Bishop

A "Casa das Américas" instituiu, no final de abril, o prêmio "Maurice Bishop" como uma homenagem à contribuição intelectual e revolucionária do líder da revolução granadina, símbolo das lutas libertadoras da América Latina e do Caribe.

O prêmio será concedido a cada três anos — a partir de 29 de maio de 1985, aniversário de nascimento de Bishop — àquelas personalidades ou grupos artísticos, políticos, sociais e científicos da América Latina e do Caribe que tenham contribuído substancialmente para o desenvolvimento da sociedade e da cultura na região. A escolha do vencedor — que receberá a quantia de cinco mil dólares, ou seu equivalente em moeda nacional, e um diploma — será feita por personalidades especialmente convocadas para este fim.

Zimbábue: ensino obrigatório

O governo do Zimbábue tornará obrigatório o ensino para todas as crianças até a idade de 16 anos, segundo anunciou o ministro da Educação Dzingayi Mutumbuka. O projeto de ensino obrigatório será enviado pelo governo ao Parlamento ainda este ano. O ministro Mutumbuka informou que, atualmente, o governo só conta com recursos suficientes para proporcionar educação gratuita aos alunos das escolas primárias, embora esteja estudando formas de conceder bolsas de estudos ou outros tipos de ajuda.

A educação primária universal foi introduzida no Zimbábue imediatamente após a independência do país em 1980, e de lá para cá o número de crianças que frequentam a escola aumentou de 830 mil para 2,5 milhões.

20 anos de IPS

Provando que é viável um projeto alternativo no campo da comunicação, dentro dos princípios da Nova Ordem Informativa Internacional (Noii), a agência de notícias *Inter Press Service* comemorou em maio o seu 20º aniversário. Em discurso feito em uma das reuniões organizadas na sede da agência, em Roma, para festejar a data, o presidente da IPS, Pérez Guerrero, lembrou que outras "duas importantes iniciativas identificadas com a causa do Terceiro Mundo também estão completando 20 anos: a Unctad (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento) e o Grupo dos 77".

Pérez Guerrero, ministro venezuelano de Relações Econômicas Internacionais, assinalou que a IPS conseguiu atingir "o propósito inicial dos fundadores da cooperativa", destacando que além do apoio dos países em desenvolvimento — com o qual sempre contou — a IPS recebeu crescentes manifestações de respaldo provenientes do mundo industrializado.

Por sua vez, o diretor geral da *Inter Press Service*, Roberto Savio lembrou o difícil caminho percorrido pela agência desde a sua fundação, em 1964. Quando começou o projeto, disse ele, "não havia indício algum que uma agência de informação do Terceiro Mundo pudesse ser formada. Estes 20 anos demonstraram que era possível".

"A IPS alcançou agora — continuou Savio — um alto nível de reconhecimento internacional como a sexta estrutura de comunicações e como um projeto completamente inovador para uma estratégia de comunicações, muito diferente das agências de imprensa tradicionais".

Em um comunicado distribuído a todos os assinantes e colaboradores da agência, Pérez Guerrero e Roberto Savio ressaltam que apesar das dificuldades vividas nestes 20 anos em prol de uma Nova Ordem Informativa, "seria superficial supor que o processo aberto em 1964 tenha fracassado, ou estancado até o ponto de haver perdido vigência".

"A crise da velha ordem é agora aceita pela comunidade internacional, e os problemas que determinaram a busca de soluções inovadoras não só continuam sem solução, como têm se agravado".

Neste contexto, acrescenta o comunicado, a "IPS tem conseguido dar uma resposta concreta ao problema de como oferecer uma melhor informação sobre o Terceiro Mundo aos países industrializados, possibilitar um maciço intercâmbio Sul-Sul e incorporar os grupos sociais e culturais à comunicação".

Uruguai: cresce repressão à imprensa

Nos últimos dois meses, o governo militar uruguaio vem desenvolvendo uma intensa campanha repressiva contra os órgãos de imprensa do país. A última publicação fechada, em princípios de maio, foi o semanário *Convicción*, um portavoz do setor sindical. A justificativa do governo foi o fato do semanário ter publicado uma entrevista com o dirigente cassado do Partido Nacional (Blanco), Wilson Ferreira Aldunate.

Convicción é a oitava publicação fechada, temporária ou definitivamente, pelo governo nos últimos dois meses. A atual onda de perseguição à imprensa uruguaia começou em 2 de março passado com a suspensão por três edições do jornal *Ultimas Noticias*, por ter publicado uma versão sobre uma suposta reabilitação de Ferreira Aldunate. No início de abril, o *La Prensa*, da cidade de Salto, é suspenso por 90 dias. Ainda naquele mês são fechados, em caráter definitivo, o periódico *Cinco Días*, a revista *Tribuna Amplia* (que só chegou a tirar um número) e o semanário *Somos Idea*, portavoz do Partido Nacional. Já o semanário *Búsqueda* teve sua circulação suspensa por oito edições.

O caso mais insólito ocorreu com o semanário *La Democracia*, que em 1983 já tinha sido fechado por seis meses. Desta vez, o *Democracia* — portavoz do Partido Nacional — foi recolhido nas bancas pela polícia no início de maio passado, e devolvido depois em forma de 1.170 quilos de papel picado. (Esta foi a primeira vez que um jornal confiscado foi devolvido — ainda que em pedaços — pela polícia uruguaia).

Mas a onda de repressão não se limita à imprensa escrita. Em meados de maio, o governo militar uruguaio fechou o Canal 10 de televisão por ter entrevistado Hugo Batalla, dirigente político cassado da Frente Ampla. O fechamento provocou um enérgico protesto por parte da Associação Interamericana de Radiodifusão, que em nota oficial advertiu o general Alvarez de que "a situação da liberdade de expressão no Uruguai tem sido objeto de crescente preocupação, não só da comunidade internacional de radiodifusores privados, como também de outras instituições defensoras dos direitos humanos".

Internamente, o endurecimento da censura — antes mesmo dos últimos fechamentos — já tinha levado os jornalistas uruguaio a promoverem, em 3 de fevereiro passado, uma manifestação pública pela mais importante avenida de Montevidéu, a 18 de Julio. Em passeata, os jornalistas desfilaram amordaçados e empunhando faixas nas quais exigiam o restabelecimento da liberdade de imprensa.

Correios e pessoal, a luta da África para romper o isolamento

O primeiro passo para a independência total da África no campo das comunicações é a criação de uma rede postal rural e o desenvolvimento de programas de capacitação de pessoal. Esta foi a proposta apresentada pelo presidente do Zimbábue, Canaan Banana, ao abrir em Harare a 1ª Conferência da União Postal Panafricana (Panu).

"As empresas transnacionais dominam o sistema mundial de comunicações e destinam bilhões de dólares para pesquisas a fim de manter o domínio", afirmou o presidente do Zimbábue na sessão inaugural, assistida por ministros de Correios e Telecomunicações e representantes dos governos dos países da Organização da Unidade Africana (OUA).

Dos 500 milhões de telefones existentes no mundo, a África conta com apenas seis milhões e responde por apenas 3% do tráfego postal mundial, de acordo com dados citados por Canaan Banana. "Os Estados Unidos", acrescentou, "têm uma média de 79 telefones para cada 100 habitantes enquanto essa relação na África é de apenas dois aparelhos para cada 100 pessoas. E a defasagem entre países ricos e subdesenvolvidos na área das comunicações tende a aumentar".

O presidente zimbabueano anunciou que a construção de uma estação em Mazowe, ao norte de Harare, iniciada recentemente, permitirá em meados do próximo ano ligações diretas do Zimbábue para os países vizinhos da Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) sem necessidade dos serviços telefônicos da África do Sul. Hoje, todas as ligações do Zimbábue para o exterior são feitas através da Cidade do Cabo.



África: independência na comunicação

Assassinado jornalista palestino

O secretário-geral da Federação de Jornalistas Árabes, Hanna Moqbel foi assassinado em Nicósia, Chipre, no início de maio, num atentado em que também ficou ferido o seu secretário, Raymond Farra. A representação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) atribuiu o crime a agentes do serviço de inteligência israelense. A OLP manifestou a convicção de que os assassinos do escritor palestino não fugirão a uma punição e que as autoridades de Nicósia os perseguirão até apresentá-los à opinião pública.

Chile: solto diretor de "Análisis"

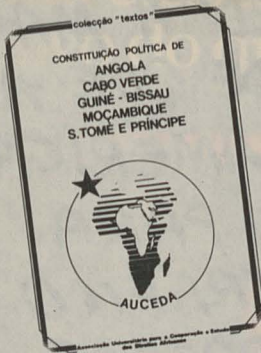
Depois de permanecer preso por 17 dias, foi posto em liberdade sob fiança, o diretor da revista oposicionista chilena *Análisis*, que está sendo processado por "incitar a subversão da ordem pública e a derrubada do governo". O jornalista Juan Pablo Cárdenas conseguiu a liberdade condicional por uma sentença emitida pela Corte de Apelações de Santiago, que ratificou uma resolução anterior da magistrada Raquel Camposano. A ação contra o jornalista foi movida pelo Ministério do Interior por causa de um editorial de um número da *Análisis*, confiscado pela polícia.

Alasei faz sua primeira reunião

Com a participação de representantes governamentais de dez países, de três organizações da América Latina e da Unesco, a Agência Latino-Americana de Serviços Especiais (Alasei) realizou no final de abril sua primeira reunião, com a finalidade de designar o Conselho Executivo e aprovar os regulamentos e o plano de atividades para 1984. No encontro, realizado na Cidade do México, se enfatizou o papel da Alasei, que "é a primeira resposta concreta para que a informação sirva de maneira constante à causa do desenvolvimento, da integração econômica e social e da defesa da nossa identidade cultural", conforme se expressou o diretor da agência informativa mexicana, Héctor Ezeta.

Guiné cria agência de informação

O novo governo da Guiné-Conácri decidiu, em fins de abril, criar uma agência nacional de informação, segundo informaram fontes do país. Segundo essas fontes, a decisão foi tomada durante uma reunião realizada em Conácri pelo ministro guineense da Informação, Mohamed Traore, com jornalistas do país. As autoridades da Guiné pretendem concretizar este projeto com a colaboração sobretudo da Agência Africana de Notícias (Pana).



CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DE ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Luís C. Mendonça & A. Duarte Silva. Col. Textos, Ed. Auceda, Lisboa, 1984.

O livro é uma coletânea de textos constitucionais atualmente vigentes nos países africanos de língua oficial portuguesa publicado por iniciativa da Associação Universitária para a Cooperação e Estudo dos Direitos Africanos (Auceda).

O texto da Constituição Política atualmente em vigor em cada um daqueles Estados é precedido por uma curta "nota introdutória" onde se abordam os acontecimentos que marcam a história recente desses países e que precederam a aprovação dos respectivos textos constitucionais. Obra de utilidade evidente não só para estudiosos e especialistas do Direito Comparado mas também para os leigos em Direito que se interessam pelas realidades dos novos países africanos de expressão oficial portuguesa, apesar de conter riscos de se desatualizar a curto prazo.

Seus autores são o dr. Luís Correia de Mendonça e o dr. Duarte Silva, juristas de larga experiência na cooperação em Cabo Verde e Guiné-Bissau,

respectivamente.

É o primeiro de uma série de textos e ensaios que a Auceda pretende publicar sobre temas de Direito na África, em especial nas ex-colônias portuguesas. Estudos sobre o direito social, da família etc., deverão em breve vir a ser publicados.

A Auceda é uma associação não-oficial que funciona na Faculdade de Direito de Lisboa e que procura promover a cooperação no campo do Direito e, mais do que isso, propõe-se a apoiar, no plano científico e didático, os estudantes africanos das faculdades de Direito portuguesas, com a finalidade de integrá-los às realidades jurídicas dos respectivos países. *(Baptista da Silva)*



MEMÓRIA DA TERRA ESQUECIDA

António Victorino de Almeida. Col. Crônicas e Reportagens, Ed. O Jornal, 1984, Lisboa, Portugal, 95 pp.

"Memória da terra esquecida", de António Victorino de Almeida — compositor, músico e homem da cultura portuguesa — é uma interessante, viva e apaixonada reportagem, onde o autor — com o talento que sempre o caracteriza — dá testemunho das experiências vividas nos campos de refugiados saarauís, no sul da Argélia, em Tindulf.

O livro não é — como o autor logo declara na introdução — uma análise onde se pretenda discorrer sobre a complexa situação que se vive naquela região do Maghreb, ou sobre o pano de fundo diplomático que condiciona e influencia o teatro de guerra em que se trava a já longa luta de libertação do povo da antiga colônia espanhola contra o expansionismo marroquino. Trata-se, como diz Victorino de Almeida, de "simples impressões de viagem (...), o diário das emoções vividas nessa experiência levada a cabo numa das zonas mais tórridas e inóspitas do nosso planeta — o lugar onde, além de todas as ações militares e de todos os enredos diplomáticos, um povo que luta pela sua independência e dignidade humana tem sido condenado a viver e a sobreviver".

Talvez por isso, o leitor minimamente informado sobre a luta da Frente Polisario, habituado a acompanhar a sua evolução pelo que a imprensa vai dizendo, se sinta algo frustrado ao ler essas Memórias, tanto mais que as descrições dos costumes dos saarauís, as duras condições climáticas e de habitat que esse povo exilado tem de suportar no deserto, já perderam o ineditismo e mesmo o "folclorismo" veiculado pelos jornalistas nos anos de fogo de 75 e 76.

O livro de Victorino de Almeida tem, no entanto, um grande mérito: ajudar a compreender como são e como reagem os homens e as mulheres saarauís. A sua hospitalidade e a sua ternura sempre presente, as suas irritações e o seu orgulho ancestral e à flor da pele ou a sua maneira hábil de superar problemas e situações aparentemente insolúveis. *(B. S.)*

NINGUÉM ACREDITA MAIS
NESSE NEGÓCIO DE QUE A
C.I.A. ESTÁ NA AMÉRICA
LATINA APENAS PARA
COMBATER O TRÁFICO
DE DROGAS,
EXCELENCIA

DROGA!



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

**Quando se
pensa em banco
no Estado do
Rio de Janeiro,
tem um que está
na cabeça de
todo mundo.**



**BANERJ
NA CABEÇA**

BANERJ

As coisas estão mudando.